

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Priscila Talita Oliveira Silva

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO:
o trabalho voluntário na conquista de corações e mentes

Rio de Janeiro

2014

Priscila Talita Oliveira Silva

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO:
o trabalho voluntário na conquista de corações e mentes

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação Profissional em Saúde.

Orientadora: Marcela Alejandra Pronko

Rio de Janeiro

2014

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

S586p

Silva, Priscila Talita Oliveira

Plano de mobilização social pela educação: o trabalho voluntário na conquista de corações e mentes / Priscila Talita Oliveira Silva. - Rio de Janeiro, 2014.

109 f.

Orientador: Marcela Alejandra Pronko

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, 2014.

1. Educação. 2. Voluntários. 3. Política Educacional. I. Pronko, Marcela Alejandra. II. Título.

CDD 370

Priscila Talita Oliveira Silva

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO:
o trabalho voluntário na conquista de corações e mentes

Dissertação apresentada à Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio como requisito
parcial para obtenção de título de Mestre em
Educação Profissional em Saúde.

Aprovada em 02/09/2014

BANCA EXAMINADORA

Dra. Marcela Alejandra Pronko (FIOCRUZ / EPSJV)

Drº Carlos Montaña (UFRJ / Escola de Serviço Social)

Dra. Virginia Fontes (UFF)

*Dedico este Trabalho a todos aqueles que,
a sua maneira, contribuíram
com esta produção.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela rica oportunidade de aprendizagem que me foi concedida em mais uma existência.

Agradeço a minha família (incluindo a minha avó que já se encontra no plano espiritual), por todo apoio e incentivo, certamente tudo seria muito mais difícil sem o amor, carinho, respeito e a compreensão de todos vocês.

Agradeço aos meus amigos pelas longas conversas "terapêuticas" nos momento de crise, e olha que estes não foram poucos.

Agradeço também a grande companheira Maria das Mercês Navarro Vasconcellos, por acreditar em mim antes mesmo que eu acreditasse, me ajudando a perceber que eu seria capaz de ingressar e concluir esse processo.

Por fim agradeço a minha orientadora Marcela Alejandra Pronko, por todo o respeito que teve com o meu processo de amadurecimento. Foi fundamental ter ao meu lado alguém que não se limitou a me orientar academicamente, mas que trocou comigo experiências que levarei por toda a minha vida.

“Nenhum vento sopra a favor para quem não sabe para onde ir.” (Sêneca)

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma análise das políticas educacionais que fomentam o trabalho voluntário no âmbito educacional, apontando como essas práticas voluntárias vem sendo formatadas no sentido de corresponder às novas formas de sociabilidade burguesa contemporânea. A experiência de quinze anos no campo do voluntariado, impeliu a realização deste estudo na busca de compreender como as vontades são produzidas e educadas para atender a determinados interesses sociais. Para isso foi realizada, na primeira parte deste estudo, uma análise sobre a prática de ações voluntárias destinada aos pobres no início do século XIV, na Europa. Tais ações serviam tanto para atender minimamente as necessidades dos mais pobres, como também para apassivar possíveis conflitos. Essas práticas vão sendo reconfiguradas nos primórdios do capitalismo, até o desenho das políticas sociais mais contemporâneas. No segundo capítulo, a partir da análise do processo de reestruturação produtiva do capital desde a década de 1970, analisamos a organicidade entre governo, empresariado e organismos internacionais no processo de reformulação das políticas sociais de educação no Brasil, com o intuito de (re) formar a sociabilidade dos sujeitos. Destacamos o quanto a prática do trabalho voluntário era propagada, tanto no campo educacional quanto no empresarial, no sentido de reforçar determinadas formas de viver em sociedade. No terceiro e último capítulo analisamos o Plano de Mobilização Social pela Educação, uma política governamental do Ministério da Educação que não apenas propaga a adesão ao trabalho voluntário como aponta a maneira pela qual este poderá ser desenvolvido. O estudo revelou o quanto a prática de um trabalho voluntário sem reflexão crítica pode atender aos interesses do capital.

Palavras Chaves: Educação. Trabalho Voluntário. Política Educacional.

ABSTRACT

This paper is a result of practical volunteer work in educational field that has been used to attend capital's interests. Fifteen years of experience in volunteer field, impelled realization of this study searching comprehension of how will are produced and educated to attend certain interests. In the first part of this study were analyzed volunteer actions destined to work-people and poor, in the beginning of the century XIV, at Europe. Those actions attend minimally the needs of the poorest, but were efficient on pacify possible conflicts. After that, analyzing the means of production new forms of structure process, it is analyzed the organization between government, ownership class and international organizations and its social and educational policies, that intend to reformulate social interactions. Prior attention on how volunteer work are diffused, either educational field or private business. On the third and last chapter, there is an analysis of "Plano de Mobilização Social", that is a Brazilian government policy which not only disseminate volunteer work, but orients how it must be developed. The studies reveal that volunteer work without reflection can be used to attend capital interests.

Keyword: Education. Volunteer. Educational Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Lógica da Mobilização.....	74
Ilustração 2	Critérios para a seleção de público para as oficinas	80
Ilustração 3	Localidade dos Comitês de Mobilização Social pela Educação.....	84

LISTA DE SIGLAS

ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
BM	BANCO MUNDIAL
CME	Conselhos Municipal de Educação
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PMSE	Plano de Mobilização Social pela Educação
PREAL	Programa de Produção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SER	Responsabilidade Social da Empresa
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
TPE	Todos pela Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A CONTROVERSA ORIGEM DAS POLÍTICAS SOCIAIS E O TRATO À QUESTÃO SOCIAL	17
2.1 O CONTEXTO EUROPEU E O TRATO À QUESTÃO SOCIAL.....	18
2.2 A “ERA DE OURO” DO CAPITAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS: O “ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL”	22
2.3 O BRASIL E A FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	25
2.4 A INDUSTRIALIZAÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO DO TRATO À QUESTÃO SOCIAL.....	28
2.5 A REFORMA DO ESTADO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	31
3 O EMPRESARIADO E A EDUCAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA A FORMAÇÃO TÉCNICA E ÉTICO-POLÍTICA DOS TRABALHADORES	37
3.1 O EMPRESARIADO E A EDUCAÇÃO.....	42
3.2 TODOS PELA EDUCAÇÃO: DE MOVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL À POLÍTICA GOVERNAMENTAL.....	48
3.3 TODOS PELA EDUCAÇÃO - CONHECENDO A ESTRUTURA	53
3.4 PARCEIRO E MANTENEDORES DO TPE	60
4 PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO: CONQUISTANDO CORAÇÕES E MENTES PARA UMA EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO CAPITAL	68
4.1 A CONJUNTURA QUE ANTECEDE O PLANO	69
4.2 A MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO.....	73
4.3 FORMAS DE DISSEMINAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS COMITÊS.....	82
4.4 MATERIAIS PARA A MOBILIZAÇÃO	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

O interesse em participar de trabalhos voluntários, com a ideia de que assim poderia contribuir para transformar a realidade, me instiga desde a adolescência quando ainda fazia parte de um grupo de jovens frequentadores do Grupo Espírita Amor e Luz de Maria Madalena (Centro Espírita), localizado no bairro de Rocha Miranda, zona norte do Rio, no ano de 1999.

Ao longo dos encontros, fazíamos visitas a asilos, orfanatos, maternidades e discutíamos a partir dos fundamentos da doutrina espírita, a importância da prática de ações voluntárias tanto para as pessoas que eram ajudadas (através de doações de alimentos, roupas, etc) quanto para as que ajudavam. Já na fase adulta, dei continuidade ao desenvolvimento de trabalhos voluntários e me inseri em um grupo¹ que distribuía sopa e cobertor para a população moradora de rua.

O discurso que propagava a prática do trabalho voluntário era muito forte e vinha por meio da mídia, da religião, da família e de amigos. A naturalização da realidade não me permitia compreender os elementos que produziam/produzem tanta pobreza, tão pouco os que a mantinham/mantém. Naquele momento apenas a solidariedade era vista enquanto ferramenta de intervenção na realidade, principalmente pelo fato de nunca ter tido vivência em outros grupos que não fossem os de casas espíritas, por exemplo.

O papel da mídia, em particular da Rede Globo de televisão, na divulgação e promoção de projetos como o Criança Esperança² e a Ação Global³, também era visto de forma naturalizada e tais ações eram tidas como benéficas em si, sem que houvesse qualquer reflexão crítica a respeito de quais interesses elas atendiam.

¹ De outra casa espírita, chamada Humberto de Campos também localiza no bairro de Rocha Miranda.

² Projeto da Rede Globo em parceria com a UNESCO - Órgão das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. <<http://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/noticia/2011/06/campanha-crianca-esperanca.html>> Acesso em 05 de maio de 2013.

³ Projeto do SESI e da Rede Globo desenvolvido desde 1995 com o objetivo de prestar serviços a população.

O processo de desnaturalização dessa visão de mundo se inicia após minha inserção no grupo de estudo do Projeto Tecendo Redes por um Planeta Terra Saudável⁴ no ano de 2011 e se aprofunda com minha inserção no Mestrado Profissionalizante em Educação Profissional em Saúde na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), no ano de 2012.

Foi ao longo das aulas e das discussões de textos fundamentados no materialismo histórico dialético que passei a enxergar o mundo a partir da luta de classes. Foi através desse novo olhar que pude perceber que a realidade não estava dada, que ela é uma construção humana cheia de contradições. Essa tomada de consciência foi o ponto em que iniciou a desconstrução de uma visão ingênua e romântica do mundo.

Compreender a pobreza como um fenômeno produzido e mantido socialmente, me fez refletir e buscar intervir na realidade, não apenas, me pautando na prática do trabalho voluntário, mas através de ações⁵ que provoquem um olhar crítico sobre a realidade. Essa nova concepção de mundo, ainda que limitada, me fez compreender que áreas como saúde, educação e trabalho não devem ser de responsabilidade do mercado nem de instituições como ONG e OS, mas garantidas no campo das políticas públicas sociais.

O trajeto de quinze anos no campo do voluntariado e a nova forma de perceber a realidade me motivaram a buscar elementos para compreender como o trabalho voluntário pode ser funcional ao modo de produção capitalista e intensificar ainda mais as desigualdades produzidas por esse sistema. Partindo desse princípio analisei o fomento a prática do trabalho voluntário a partir do Plano de Mobilização Social pela Educação (PMSE), uma ação do Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de estimular a prática do trabalho voluntário a partir da propagação de uma determinada concepção de educação.

⁴ O grupo é formado por professores da rede pública de ensino (e outros profissionais interessados) e acontece uma vez ao mês no Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz com discussões fundamentadas no materialismo histórico dialético. O grupo de estudo tem por objetivo construir um espaço de troca, de discussões e de aprendizado. Alguns docentes aproveitam o espaço para produzirem seus projetos de mestrado e doutorado.

⁵ Essas ações passaram a ser incorporadas tanto na minha prática profissional em oficinas ministradas para os alunos do ensino médio do curso de Educação Profissional em Gestão e Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), bem como nas palestras ministradas na casa espírita onde busco problematizar a ideia de voluntariado especificando a necessidade de se refletir sobre ela para saber a quais interesses ela está atendendo.

O plano, lançado em 2008, se define enquanto uma ação estratégica do MEC para que famílias e comunidades, através do trabalho voluntário, contribuam para por em prática as 28 diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 24 de abril de 2007.

Ao longo da pesquisa pudemos observar que o PMSE, mais do que um plano estratégico para por em prática as diretrizes do PDE, é principalmente, uma maneira de (re)formar a sociabilidade dos sujeitos, de transmitir-lhes uma determinada concepção de mundo e de educação funcionais a garantia da hegemonia do capital.

A funcionalidade do trabalho voluntário ao capital, no âmbito das políticas de educação, foi analisada com base no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico dialético, por compreendermos que analisar o concreto implica em analisar criticamente os processos que o constituíram e dessa forma refletir sobre ele a partir da categoria do concreto pensando.

Tomando a história como fio condutor desta pesquisa, analisamos o PMSE enquanto plano governamental que estimula a prática do trabalho voluntário, ao mesmo tempo em que orienta a forma como os interessados deveriam agir, tanto para contribuir com a "qualidade"⁶ da educação, quanto para reivindicar "melhoras".

Esta análise foi realizada tomando como referência temporal os dois mandatos dos ex-presidentes da república Fernando Henrique Cardoso- FHC- (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva-LULA- (2003-2010)⁷, considerando como pano de fundo o processo de reestruturação produtiva do capital, iniciado desde meados da década de 1970, bem como a reforma do Estado promovida no Brasil durante o primeiro mandato de FHC.

O conceito de grande política e pequena política, cunhado por Gramsci, nos permitiu compreender as ações que se estabeleciam no seio do Estado, no período da reforma estatal. Segundo Gramsci (2007,p.21):

⁶ A partir desse momento faremos o uso de aspas sempre que nos referirmos a "melhoria da qualidade da educação" sendo esta fundamentada na concepção que tem por finalidade atender a lógica do capital, organicamente propagada pelas agencias internacionais, empresariado e governos.

⁷ Importante lembrar que o lançamento do Plano de Mobilização Social pela Educação ocorreu em 2008, durante o segundo mandato do ex-presidente LULA.

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura entre as diversas frações de uma mesma classe política.

É nesse sentido que compreendemos o trabalho voluntário enquanto funcional a formação desse novo Estado, sendo este legitimado pela Lei nº 9.608 em 18 de fevereiro de 1998, como também massivamente propagado pelos aparelhos privados de hegemonia como igrejas, escolas, ongs, o que colabora para a formação dos novos sujeitos coletivos que passam a aderir a prática sem qualquer reflexão crítica sobre a mesma.

A formação desses sujeitos político coletivos ocorre no seio do Estado que, segundo Gramsci⁸(2007), é formado por sociedade política e sociedade civil e é realizada tanto através da coerção como do consenso. Nessa lógica, o Estado desempenha a função de educador agindo na propagação do consenso e quando necessário utilizando a coerção no processo de formação. (GRAMSCI,2007).

Como o próprio Gramsci ressaltou, é importante destacar que a função educativa do Estado no processo de formação dos sujeitos coletivos está diretamente relacionada aos interesses⁹ que impulsionam o desenvolvimento do processo produtivo, sendo assim a formação desses sujeitos se torna:

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade.[...]. (GRAMSCI,2007,,p.23/ **grifo nosso**).

No Brasil, por exemplo, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Social da Indústria (SESI), ainda na primeira metade do século XX, uma ação do Estado em parceria com os representantes do capital (empresariado), evidencia estratégias de formação dos sujeitos coletivos, convergindo com o processo de

⁸ O autor identifica que essa separação entre sociedade civil e sociedade política é uma separação metodológica e não orgânica.

⁹ Interesses de classes e frações de classes que disputam a hegemonia.

“modernização” do país e amadurecimento do sistema capitalista. Nas palavras de Gramsci (2007) seria a formação dos sujeitos coletivos coadunando com o contínuo desenvolvimento do modo de produção.

A questão social, que se expressa enquanto o “conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo” (YAZBEK,2008,p.4), volta a ser, a partir da década de 1990, tratada no campo da "boa vontade" e do voluntariado, porém desta vez sendo fomentada através das políticas governamentais.

Nesse sentido nosso estudo analisou o fomento a prática do trabalho voluntário¹⁰ no âmbito da política governamental, sendo funcional ao processo de reestruturação do capital, na medida em que atua na formação ético-política dos trabalhadores redefinindo tanto a sua sociabilidade quanto propagando uma concepção de mundo e de educação que almeja se manter hegemônica. Porém antes de aprofundarmos nesta análise realizamos, o resgate da origem das políticas sociais buscando evidenciar que seu desenvolvimento se deu em paralelo a ações de caráter voluntário e que antes mesmo da formulação de tais políticas a atenção destinada aos pobres era de responsabilidade das igrejas ou desempenhada por grupos da sociedade civil.

Esse resgate histórico nos possibilitou identificar que a prática de ações voluntárias já se dava, antes mesmo da formulação das políticas sociais e mesmo após, elas permaneceram existindo.

Entendendo que a produção das políticas sociais se dá no campo da luta de classes e que desta forma são produzidas tanto para atender a demanda dos trabalhadores, quanto aos interesses do capital, busquei ao longo do capítulo I fazer mais do que um apanhado histórico sobre tais políticas, mas evidenciar as necessidades concretas que impeliam a sua formulação, bem como a quais grupos sociais elas eram destinadas. Veremos no primeiro capítulo que paralelo ao surgimento de tais políticas, bem como antes mesmo de sua produção, as ações voluntárias já existiam e eram destinadas as famílias pobres, nesse sentido, a atenção às

¹⁰ Partindo da concepção ontológica de trabalho em Marx (apud Frigotto,2008,p.400) compreendendo trabalho como a ação humana que transforma a realidade ao mesmo tempo em que transforma os sujeitos que a praticam, utilizaremos o termo trabalho voluntário, visto que essa ação é transformadora tanto no que se refere a transformação da realidade, quanto na concepção de mundo dos que nela estão envolvidos.

necessidades dos trabalhadores, antes de ser transformada em questão legal, era realizada a partir do viés caritativo, via Igrejas ou organizações da sociedade civil e quando institucionalizada prezava pela manutenção da ordem local, em detrimento da preocupação com a falta de trabalho e com o aumento da pobreza. Se antes da institucionalização das leis de regulamentação do processo de trabalho as ações voluntárias eram estimuladas e necessárias aos pobres, por volta do século XVIII com o avanço do processo de industrialização na Europa e a expansão das ideais liberais, veremos que o chamado "protecionismo" aos trabalhadores via ações voluntárias ou pautados na legislação, passou a ser criticado pelos defensores do ideário liberal, na justificativa de que poderiam desestimular a livre competição dos trabalhadores por oportunidades de trabalho. O encerramento desse capítulo se deu com uma breve abordagem sobre a construção das políticas sociais no Brasil nas primeiras décadas do século XX, evidenciando a estreita relação entre o amadurecimento do sistema capitalista e a formulação das políticas sociais durante o processo de industrialização. Destaquei no último item a relação entre a reforma do Estado na década de 1990 e a forte propagação do trabalho voluntário.

No segundo capítulo analisei a organicidade entre empresariado, governo e os organismos internacionais no processo de reformulação das políticas sociais de educação. Na medida em que o processo de neoliberalização se expandia, se fazia necessária a produção de um novo padrão de sociabilidade e de intervenção social. Nesse sentido a área da educação passa a ser vista enquanto estratégica para a formação técnica e ético-política da classe trabalhadora. O esforço realizado por empresariado e governo para mobilizar os diferentes segmentos da sociedade a contribuírem com o novo padrão de sociabilidade seria funcional ao período de recessão de investimentos em políticas sociais, daí a necessidade de se fomentar o discurso da solidariedade e do trabalho voluntário. Vimos que o discurso do trabalho voluntário, já identificado em outras conjunturas, é legitimado na década de 1990 enquanto política governamental. No âmbito educacional ganhou força nos anos 2000 o discurso que propagava a mobilização de “todos pela educação”, como sendo uma vontade única de toda a sociedade civil, porém tal discurso surge do segmento do empresariado, já interessado pelo campo da educação, estrategicamente funcional aos interesses do capital.

No terceiro e último capítulo analisei detalhadamente o Plano de Mobilização Social pela Educação (PMSE), um plano governamental do Ministério da Educação (MEC) com o

objetivo de convencer famílias e comunidades a aderirem a prática do trabalho voluntário. Busquei evidenciar o quanto um plano governamental é capaz de promover, através do trabalho voluntário, uma determinada concepção de mundo e de educação funcionais a lógica do capital. Através da estrutura do plano e dos materiais utilizados para a mobilização das famílias descrevi como são formados os intelectuais orgânicos que trabalham voluntariamente para a sua implantação, bem como as orientações que recebem para transmitir as famílias ditando a elas a forma como devem contribuir com a “melhoria” da qualidade da educação. Este último capítulo revela o quanto um trabalho voluntário sem reflexão crítica pode ser funcional a lógica do capital.

2 A CONTROVERSA ORIGEM DAS POLÍTICAS SOCIAIS E O TRATO À QUESTÃO SOCIAL

Não é consensual entre os autores que abordam a temática das políticas sociais o período histórico e o local onde elas surgiram. Segundo Pereira (2008), um grupo de autores, dentre eles Thomas Henry Marshall, Derek Fraser, Peter Flora e Arnold Heidenheimer, entendiam que as políticas sociais tinham origem britânica e que surgiram no final do século XIX como uma forma de intervenção do Estado para amenizar fenômenos como pobreza, miséria, mendicância e desemprego, que se intensificavam com a implantação do modelo de produção capitalista. Ainda segundo esses autores, tais políticas culminam no pós Segunda Guerra Mundial, período conhecido como Welfare State (Estado de Bem Estar).

Para contrapor essa interpretação considerada evolucionista, Pereira (2008) recorre a obra de Ramesh Mishra (1995), autor que identifica o Welfare State como um fenômeno específico do século XX, iniciado após a Segunda Guerra Mundial. A singularidade desse fenômeno implica diretamente na intervenção do Estado na garantia de políticas de pleno emprego e seguridade social, no entanto, é importante destacar que tais ações não ocorreram no mundo inteiro e que parte

“desse bem estar de setores do operariado europeu e americano foi financiado pelos trabalhadores do terceiro Mundo, que, com o seu trabalho, geraram a riqueza dos Estados periféricos, canalizadas e transferidas, através do comércio desigual e do pagamento de juros e dívidas, aos países desenvolvidos”. (PADRÓS 2008,p.244-245).

Pereira também entende que as políticas sociais não estão circunscritas a determinada época ou a determinado local, mas que tais políticas

‘tem caráter e escopo genéricos, que lhe permitem estar presente em toda e qualquer ação que envolva intervenção do Estado compartilhada por diversos agentes “interessados” no atendimento de demandas e exigências não exclusivas democrático-cívicas’ (PEREIRA,2008,p.27).

Como foi possível observar, não é consensual entre os autores o período histórico em que surgem as políticas sociais nem sua vinculação a culminância do Welfare State. Estudos produzidos no campo das políticas sociais mostram quão dinâmico é o processo que abarca a produção de tais políticas, e que a implantação dessas se faz dialeticamente na medida em que resultam tanto das lutas dos trabalhadores em prol da conquista de direitos, quanto do

interesse do Estado em utilizá-las como instrumento para exercer o controle sobre essa classe, aspecto que será discutido adiante.

2.1 O CONTEXTO EUROPEU E O TRATO À QUESTÃO SOCIAL

Pensando ainda no contexto europeu, identificamos que o trato despendido aos trabalhadores, antes de ser transformado em uma questão legal, era realizado por meio de ações filantrópicas e mesmo após ser institucionalizado não inibiu a expansão destas, que caminhavam em paralelo a criação das políticas sociais. De acordo com Friedlander

“Desde a Idade Média até o século XIV o cuidado dos pobres era de responsabilidade da Igreja, que por sua vez, era sustentada por donativos dos membros da família real e da aristocracia. Além das instituições religiosas vários grêmios, sociedades e fraternidades civis, organizados por afinidades ocupacionais ou por localidade- como a dos artesãos e camponeses- prestavam ajuda mútua aos seu filiados e parentes, bem como aos pobres em geral, principalmente em épocas de seca e fome. (FRIEDLANDER, 1973, apud PEREIRA, 2008, p. 61).

A questão da pobreza passa a ter caráter institucional e se transforma em questão legal no século XIV quando são criadas as Leis dos Pobres na Grã-Bretanha. Dentre as diversas regulações, esta lei buscava controlar a mobilidade dos pobres que perambulavam entre as paróquias em busca de trabalho e melhores condições de vida. Segundo Pereira (2008,p.62):

“[...] as regulamentações contra a perambulância de pessoas em busca de melhores ocupações, ou a chamada “vagabundagem”, constituíram a origem da assistência social institucional. Esta, por seu turno, funcionava, simultaneamente, como controle sobre o trabalho e sobre possíveis conseqüências negativas, para a ordem prevalecente, de uma pobreza não confinada territorialmente. Sua índole era mais punitiva que protetora, mas não eficiente e eficaz no alcance de seus objetivos.

O trato com os trabalhadores, via Leis dos Pobres, não evidenciava preocupação com os que não tinham trabalho, nem com o aumento da pobreza, pelo contrário, servia muito mais como forma de controlar e punir qualquer indício de “desordem” causada pelos sujeitos que viviam a perambular em busca de trabalho e moradia.

Tanto as primeiras Leis dos Pobres, formuladas na Grã-Bretanha no período pré-industrial (1388) como sua reedição realizada em 1601, para autores como Polanyi (2000), representam o controle e a repressão exercida pelas classes dominantes para com as classes dominadas. Esse exercício de controle se materializava na indução dos pobres ao trabalho, independente das precárias condições a que poderiam estar expostos.

Em 1601 com a reedição das Leis dos Pobres buscou-se separar por categorias as diferentes necessidades, uma estratégia de organizar os grupos segundo suas especificidades. Assim, organizaram as classificações em

[...] pobres impotentes (idosos, enfermos crônicos, cegos e doentes mentais), que deveriam ser alojados nas Poor-house ou Almshouse (asilos ou hospícios) pobres capazes para o trabalho, ou mendigos fortes que deveriam ser postos a trabalhar nas chamadas workhouse; e os capazes para o trabalho, mas que se recusavam a fazê-lo (os corruptos), que deveriam ser encaminhados para reformatórios ou casas de correção. (PEREIRA, 2008, p. 64).

Pouco depois, essa medida foi suprimida para o atendimento unificado nas *workhouses* (casas de trabalho) que segundo Pereira (2008) representava o espírito da exploração mercantil do trabalho. A prática do trabalho forçado nas chamadas *workhouses*, garantia aos pobres as mínimas condições para a sobrevivência como alimentação e abrigo, no entanto a carga de trabalho exigida aos moradores era tão abusiva que alguns preferiam permanecer a perambular pelas ruas a ter que se submeter a um regime tão opressor.

Pautada em uma lógica diferente das Leis dos Pobres é elaborada em 1795 a chamada Lei de Speenhamland¹¹ que assegurava não somente os sujeitos sem trabalho, mas também os trabalhadores que necessitavam de uma complementação em sua renda. No período dessa Lei, trabalhadores e desempregados poderiam negociar, ainda que minimamente, melhores remunerações, mas em contrapartida exigia-se a fixação destes no território, impedindo a livre circulação em busca de trabalho.

A revogação da Lei Speenhamland em 1834 e sua substituição pela New Poor Law (Nova Lei dos Pobres) retratava o avanço dos ideais liberais na efervescência do capitalismo nascente e relegava mais uma vez às ações filantrópicas o cuidado aos pobres. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Para as autoras

A nova lei dos pobres revogou os direitos assegurados pela Lei Speenhamland, restabeleceu a assistência interna nos albergues para os pobres “inválidos” reinstalou a obrigatoriedade de trabalhos forçados para os pobres capazes de trabalhar, deixando à própria sorte uma população de pobres e miseráveis sujeitos à “exploração sem lei”, do capitalismo nascente. O sistema de salários baseados no livre mercado exigia a abolição do “direito de viver”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 50 **grifo nosso**)

¹¹ Esta lei foi concebida em "Berkshire, na aldeia inglesa de Speenhamland." (PEREIRA, 2011, p. 67)

Com a intensificação do processo de industrialização e ascensão do liberalismo as poucas medidas que eram direcionadas às classes mais pobres, via intervenção estatal, passam a ser intensamente criticadas pelos liberais. O chamado “paternalismo” vinculado às práticas caridosas promovidas pela Igreja também passa a ser criticado. Para os que defendiam o livre mercado e acreditavam na sua auto-regulação, medidas protecionistas deveriam ser extintas já que, supostamente, poderiam onerar o Estado e desestimular as novas relações- pautadas na lógica da competição- que estavam sendo construídas.

Outro aspecto da Lei dos Pobres criticado pelos liberais estava relacionado à fixação dos sujeitos a um único território¹², o que “impedia que os trabalhadores se deslocassem para outras Paróquias mais atraentes quanto à remuneração do trabalho [...]” (PEREIRA,2008,p.65). Essa ação constituiu-se em lei no século XVII- Lei de Residência na Grã-Bretanha- o que, para os liberais, inviabilizava a constituição do livre mercado, a competição e a livre circulação para a venda da força de trabalho.

Tanto para Thomas Malthus como para David Ricardo, economistas clássicos defensores do liberalismo, as Leis dos Pobres “eram contraproducentes e autodestrutivas, o que tornava o seu extermínio uma causa urgente e defensável” (PEREIRA,2008,p.72). No entanto, o que estava oculto no discurso dos liberais eram os motivos que produziam tanta miséria, mendicância e desemprego. Muitos acabavam por julgar a pobreza como resultante do atraso moral dos sujeitos, culpando-os individualmente por um problema que é socialmente produzido. Quanto aos motivos geradores da pobreza, Pereira (2008,p.79) destaca que:

“A ênfase nos efeitos do antigo sistema de proteção social e nas suas desastrosas consequências para o progresso da nação, impediu, desde Malthus, que as verdadeiras causas da pobreza fossem consideradas. Eventos complexos como a rápida transformação de uma economia agrária para outra industrial, o desemprego tecnológico atingindo os artesãos, as flutuações dos salários e mudanças de ambiente – que desencorajavam os indivíduos, desestruturavam as famílias, e produziam alienação social e pauperismo- foram subestimados.

¹² Medida adotada como forma de controlar o deslocamento dos pobres entre as paróquias em busca de melhores condições de vida. Esse deslocamento de pessoas de um lugar para outro, poderia acabar onerando mais uma Igreja do que outra.

Essa visão ideologizada, que interpreta o fenômeno da pobreza como o responsável pela mendicância, vagabundagem e estopim para a promoção da desordem, não revela os elementos estruturantes responsáveis pela produção e manutenção desse fenômeno¹³.

Julgar a pobreza, fenômeno produzido socialmente, como resultado do atraso moral dos sujeitos culpabilizando-os individualmente pelas precárias condições em que vivem, expressa o equivocado julgamento que confunde a “existência real” ou a “coisa em si” da representação fenomênica da realidade. Quando Kosik (1976) aborda a questão da dialética enquanto o estudo que trata da “coisa em si”, destaca logo em seguida que tal “coisa” não se apresenta de maneira imediata ao homem. Dessa forma, entender dialeticamente a pobreza implica em compreender o que está além das representações fenomênicas, ou seja, compreender as ações que a produzem e a mantêm.

Ainda que para os liberais a expansão da pobreza devesse ser contida no intuito de prevenir possíveis desordens, ela, ao mesmo tempo, era uma condição necessária para a ascensão da classe burguesa, fonte de riqueza produzida a partir da exploração da força de trabalho.

No século XIX, na Europa, o pauperismo provocado pela exploração cada vez mais intensa do capital sobre a classe trabalhadora, provocou a mobilização desses sujeitos a reivindicar proteção social e trabalhista. É nesse contexto, mais precisamente na Europa Ocidental, que Yazbek (2008) identifica o surgimento da “questão social”, a partir da reação da classe trabalhadora- também chamada pela autora de primeiro proletariado- a exploração cada vez mais intensa da sua força de trabalho. Imamamoto (IAMAMOTO apud Yazbek,2008,p.5) também considera que a questão social se expresse no processo de “formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.”

Vimos até o momento que o trato dispensado aos trabalhadores, quando ainda não havia sido transformado em uma questão legal, se fazia via ações filantrópicas e que após ser

¹³ De acordo com Kosik (1976) a representação fenomênica ainda não é capaz de captar a relação existente entre o mundo do fenomênico e a essência. Segundo o autor “a existência real” e as formas fenomênicas da realidade [...] são diferentes e muitas vezes absolutamente contraditórias com a lei do fenômeno, com a estrutura da coisa e portanto, com o seu núcleo interno essencial e o seu conceito correspondente. (KOSIK,1986,p.10)

transformado em lei- Lei dos Pobres- teria muito mais a intenção de controlar possíveis conflitos do que garantir condições dignas para esses sujeitos.

Com a Revolução Industrial e a intensificação da industrialização vimos que rearranjos foram tomados para que tais políticas estivessem de acordo com o novo modo de produção que se expandia, o sistema capitalista. Assim, observamos que não era “apenas” o surgimento de um novo sistema econômico que estava sendo desenvolvido e sim o modo de produção da existência que estava sendo modificado a partir deste.

Imersa nesse universo de contradições e fruto das lutas de classe, estão as políticas sociais, que como vimos, “não produzem invariavelmente a melhoria das condições humanas, especialmente das camadas mais pobres” (PEREIRA,2008,p.28), servindo tanto ao atendimento das reivindicações dos trabalhadores quanto ao desenvolvimento de estratégias de apassivamento das massas.

Não temos como dissociar o início da formulação das políticas sociais da instauração e do aprofundamento do modo de produção capitalista, visto que, tais políticas surgem também para amenizar a intensificação da exploração da força de trabalho e garantir que os trabalhadores permaneçam em condições de serem explorados (PEREIRA 2008). Com isso queremos dizer que não temos como estudar tais políticas sem que olhemos para a realidade e busquemos compreender em qual conjuntura política e econômica estão sendo formuladas.

2.2 A “ERA DE OURO” DO CAPITAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS: O “ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL”

A partir da década de 40 do século XX, quando o sistema capitalista passava por mais uma de suas crises estruturais, novos rearranjos foram tecidos entre os detentores do capital para assegurar a hegemonia do sistema. Polanyi (POLANYI apud PEREIRA,2008,p.60) define esse processo como uma forma do capitalismo se defender dele mesmo. Não coincidentemente, nesse mesmo período, ocorre o recuo - estratégico - do modelo liberal, além de se processar uma maior intervenção estatal no fomento a políticas sociais, sobretudo nos países centrais.

A pressão exercida pela classe trabalhadora na reivindicação de melhores condições de vida e trabalho corroborou para que houvesse maior intervenção do Estado na garantia de proteção social, no entanto, devemos lembrar que, na conjuntura da época, o recuo do modelo liberal e a intervenção estatal na economia se faziam estratégicos para o processo de reestruturação do sistema capitalista, bem como, para “enfrentar a concorrência ideológica operada pelo então chamado socialismo real” (PAULANI,2006,p.70). A intervenção estatal ao mesmo tempo em que respondia as demanda da classe trabalhadora, colaborava para a reestruturação do modelo de produção capitalista de forma a garantir sua hegemonia. Para Montaño:

Se as políticas sociais eram, no Welfare State, funcionais ao capital, eram-no também, mesmo que de forma subordinada, contraditória e concomitante, funcionais à consolidação de demandas trabalhistas por direitos sociais universais. Se elas colaboravam para a acumulação capitalista, também confirmavam certas “conquistas históricas” dos trabalhadores. (MONTAÑO, 2002,p.7)

O economista Jonh Mayard Keynes (1883-1946), ainda que defensor do liberalismo, identificava que a interferência do Estado nas relações sociais era necessária para garantir o equilíbrio econômico que “somente seria assegurado se um agente externo ao mercado regulasse variáveis chaves do processo econômico” (PEREIRA,2008,p.91). O Estado, portanto, deveria ser esse “agente externo” regulador.

Essa ideia que concebe o Estado enquanto um “agente externo” responsável por regular os processos econômicos nos remete ao que Poulantzas (2000) definiu de Estado-sujeito, uma compreensão do Estado que o concebe como se este existisse “acima do bem e do mal”, dos conflitos travados entre as classes sociais e tivesse autonomia para governar e intervir nas relações sociais. Essa concepção de Estado não considera a ideia de que este seja produzido nas relações/contradições sociais entre classes e frações de classes em luta pela hegemonia.

Ainda que defendesse a intervenção estatal para a garantia do equilíbrio econômico, Keynes não era considerado um socialista, pelo contrário, era um defensor do capitalismo, mas, porém, não acreditava na eficácia da “mão invisível do mercado” como reguladora da economia. As propostas keynesianas defendiam a produção de políticas de pleno emprego,

almejavam a socialização dos bens de consumo, mas não entrava na discussão sobre a divisão dos meios de produção.

Fundamentado nas ideias keynesianas, Willian Beveridge, elaborou na década de 40 do século XX um relatório conhecido como Relatório Beveridge sobre o Seguro Social e Serviços Afins que se propunha a realizar “uma completa revisão do esquema de proteção social existente na Grã-Bretanha” (PEREIRA,2008,p.93). Embora o sistema de seguridade social de Beveridge, implementado pelo governo trabalhista de Clement Attle, tenha contribuído para a implantação de políticas sociais a ser assegurada para a população, “o mínimo concebido por Beveridge, como um direito de todos, tinha o velho ranço liberal e, por conseguinte, deveria funcionar apenas como um incentivo ao trabalho e à autoprovisão”. (PEREIRA,2008,p.94).

Fica explicado, portanto, porque, apesar do perfil predominantemente público das recomendações do Relatório de 1942, Beveridge, em trabalhos subseqüentes – Full Employment in a Free Society (Pleno Emprego em uma Sociedade Livre), de 1944, e Voluntary Action (Ação Voluntária), de 1948-, tenha conferido à sociedade civil papel de destaque na provisão do bem-estar social, papel que vai ser recuperado pelos neoliberais nos fins dos anos 1970. (PEREIRA,2008,p.95).

Mesmo com avanços na conquista de políticas sociais, ainda observamos a assistência, enquanto direito, caminhar ao lado do discurso da ajuda solidária, como se saúde, educação, trabalho, habitação, pudessem ficar a cargo da "boa vontade" dos que desejarem a promover.

O Welfare State, também conhecido como a “Era de Ouro” do capitalismo durou aproximadamente 30 anos (1945-1975). Com a reestruturação da Europa Ocidental e do Japão, em meados dos anos 60, e a recuperação de suas economias, reduziu-se o mercado consumidor dos EUA e esses passaram a competir com outros países para a exportação de seus produtos. Todo o cenário que compunha o que autores conceituaram como Estado de Bem Estar social, se reconfigura na década de 80.

Na década de 80 e início da década de 90, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época do entre-guerras, que a Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclica severa, contraposição cada vez mais limitada e despesas ilimitadas do Estado. (HOBSBAWM apud FRIGOTTO,1998, p.39)

Um novo período de crise se instaura e novos rearranjos foram promovidos pelos detentores do capital para que a hegemonia desse sistema não fosse abalada. Se durante a Era de Ouro, a intervenção estatal na economia foi necessária para reestruturar um sistema que estava em crise, trinta anos depois, esse cenário se modifica. Diante de uma nova crise do sistema, inicia-se nos países centrais, quanto nos países periféricos o processo de desregulamentação do Estado sendo esse julgado como rígido, burocrático, lento e ineficiente ao concentrar-se no controle dos processos e não nos resultados (BRASIL,1995), além de, supostamente, estar com despesas demasiadas na área social.

2.3 O BRASIL E A FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Uma análise que almeja remontar como se deu o processo de formação das políticas sociais no Brasil não pode limitar-se a olhar apenas para a realidade do país, mas entender que esta está relacionada com a conjuntura internacional, não de forma mecânica, mas a partir de uma organicidade de relações que se estabelecem entre os países centrais e periféricos do capitalismo.

No Brasil, a formulação das políticas sociais, não diferente dos países europeus, está intimamente associada ao desenvolvimento do sistema capitalista e este, diferente dos países centrais, já nasce de forma dependente (SANTOS,1999).

Para Santos (1999) são um equívoco as análises que abordam a questão da dependência apenas como o efeito de uma causa produzida por agentes exteriores, ou seja, seria um erro considerarmos o Brasil como vítima desse processo de dependência. Daí a importância de realizarmos uma análise que contemple a relação orgânica existente entre centro e periferia.

Outra questão muito importante a destacar é o fato do subdesenvolvimento não ser uma fase que antecede o desenvolvimento e sim uma condição, uma organização desigual e necessária para manter a relação entre centro e periferia, sendo assim a “dependência é uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia á qual a própria está submetida”.(SANTOS,1999,p.379).

É nessa relação entre centro e periferia que o desenvolvimento industrial de alguns países restringe o mesmo nível de desenvolvimento de outros, o que veremos mais a frente sendo o caso do Brasil no início do século XX em relação as economias centrais. Para além de uma divisão internacional do trabalho que se estabelece, observa-se também o crescimento dos países periféricos submetidos às “condições de crescimento induzido pelos centros de dominação mundial”. (SANTOS,1999,p.379) o que retrata a “forma necessária da desigualdade combinada entre vários países.” (SANTOS,1999,p.379).

É a partir da compreensão dessa relação orgânica que buscaremos compreender o processo de formulação das políticas sociais no Brasil e sua relação estreita com desenvolvimento do sistema capitalista.

Com uma economia dependente e predominantemente agroexportadora o Brasil, no período intitulado de República Velha (1889-1930), era um país voltado para a produção de produtos primários, destinados a demandas externas. A independência advinda com a Proclamação da República “criou as condições para o florescimento do espírito burguês, mas não em toda a sua plenitude e sem romper com o entrosamento visceral com o mercado externo” (BEHRING;BOSCHETTI,2011,p.75).

Até aproximadamente 1910, quando ocorre a crise da borracha, o país era um dos grandes fornecedores desse produto para as economias centrais e é para esse tipo de relação que chamamos à atenção, pois a base de nossa economia se desenvolvia a partir da demanda dos países centrais do capitalismo, o que exemplifica o crescimento dependente de nossa economia e a forma de desenvolvimento combinado e desigual que favoreceu o acúmulo de capitais nos países centrais e intensificou a exploração da força de trabalho nos países periféricos.

No final do século XIX e início do século XX, recém saído de um regime escravocrata, a classe dominante do país, que entregou a própria sorte os ex-escravos, precisava dar conta dessa nova classe de “trabalhadores livres” que se deslocavam das áreas rurais em direção aos centros urbanos em busca de trabalho. Tal situação contribuiu para o agravamento da pobreza. Além disso, com a substituição da força de trabalho escrava para a livre o país passou a receber grande contingente de imigrantes europeus que, fugindo de mais uma das crises cíclicas do capitalismo, buscavam trabalho e melhores condições de vida.

Esses imigrantes, influenciados pelas lutas e reivindicações travadas na Europa, trouxeram para o Brasil, não apenas sua força de trabalho, mas também suas ideias anarquistas e socialistas passando a fomentar discussões e lutas por melhores condições de vida e de trabalho.

O enriquecimento da burguesia contrastava com o pauperismo do proletariado, as iniquidades se agravavam com as péssimas condições de vida, ainda assim, o trato à questão social só se destacou enquanto “questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho” (BEHRING;BOSCHETTI,2011,p.78). É importante destacarmos que até 1887 não há registro de nenhuma legislação social no Brasil (BEHRING;BOSCHETTI,2011) e que após a Proclamação da República (1889) apenas poucas medidas foram tomadas, como por exemplo a “criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública, inaugurando uma dinâmica categorial de instituição de direitos que será a tônica da proteção social até os anos 60 do século XX”. (BEHRING;BOSCHETTI,2011,p.79). As poucas ações formuladas para o atendimento da classe trabalhadora já nascem fragmentadas e hierarquizadas, forma essa que se refletirá na elaboração das políticas sociais.

Foi ao longo desse processo de luta que esses trabalhadores conseguiram “organizar duas greves gerais no país, uma em 1917 e outra em 1919, através das quais o movimento sindical deu início à conquista de alguns direitos sociais”. (ESTRELA,2010,p.32) e nesse último ano foi “implantada a primeira medida ampla de legislação social, responsabilizando as empresas industriais pelos acidentes de trabalho.”(CARVALHO in IAMAMOTO;CARVALHO,2009,p.131).

Essas grandes greves evidenciavam a insatisfação de um proletariado paupérrimo que sofria com a intensa exploração da sua força de trabalho e suas reivindicações estavam

“na defesa do poder aquisitivo do salário- num período de constantes surtos inflacionários- na duração da jornada normal de trabalho, na proibição do trabalho infantil e regulamentação do trabalho de mulheres e menores, no direito a férias, seguro contra acidente e doença, contrato coletivo de trabalho e reconhecimento de suas entidades, que aparecerão com maior ou menor ênfase de acordo com a conjuntura e a características dos movimentos e de suas lideranças. (CARVALHO in IAMAMOTO;CARVALHO,2009,p.131).

É dessa correlação de forças entre uma burguesia conservadora acostumada com a antiga subordinação da força de trabalho escrava e a nova classe trabalhadora que lutava pela conquista de direitos que se formaram as políticas sociais no Brasil. Segundo Behring e Boschetti

Por um lado, os direitos sociais, sobretudo os trabalhistas e previdenciários, são pautas de reivindicações dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis- como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937-1945- e 1964-1984), que se instituem como tutela e favor: nada mais simbólico que a figura de Vargas como “pai dos pobres”, nos anos de 1930. (BEHRING;BOSCHETTI,2011,p.78).

A concessão de direitos trabalhistas no Brasil não foge a lógica dos países centrais, partindo da regulamentação dos acidentes de trabalho, “passa pelas aposentadorias e pensões e segue com auxílios doença, maternidade, família e seguro- desemprego.” (BEHRING;BOSCHETTI,2011,p.106).

É dialético esse processo de construção das políticas sociais, pois ao mesmo tempo em que garante aos trabalhadores parte das reivindicações solicitadas, fragmenta a luta e apassiva segmentos da classe trabalhadora já que em sua implantação nasce hierarquizado e setorializado. Tal fato se expressa na não universalidade das primeiras políticas que atenderam apenas setores estratégicos da sociedade, segmentos que estavam a frente do processo produtivo do país. De acordo com Behring e Boschetti

O ano de 1923 é a chave para a compreensão do formato da política social brasileira no período subsequente: aprova-se a lei Eloy Chaves, que institui a obrigatoriedades de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, a exemplo dos ferroviários e marítimos, dentre outros. [...] As CAPs foram as formas originárias da previdência social brasileira, junto com os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), sendo o dos funcionários públicos o primeiro a ser fundado, em 1926. (BEHRING;BOSCHETTI,2011,p.80).

2.4 A INDUSTRIALIZAÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO DO TRATO À QUESTÃO SOCIAL

Com o avanço da industrialização e a intensificação da lógica capitalista a forma de lidar com a questão social emergente se reconfigura. Estado e empresariado unem esforços para promover a qualificação da força de trabalho, no entanto, isso não significava apenas formar para o desempenho de funções mais complexas, mas o esforço de formar sujeitos

disciplinados, com conduta exemplar dentro e fora do ambiente das fábricas. Manter a ordem que contribuía para impulsionar a industrialização e cada vez mais promover o amadurecimento do capitalismo era tarefa assumida pelo Estado em parceria com o empresariado.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e a prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO in IAMAMOTO;CARVALHO,2009,p.77).

Essa parceria de objetivos bem traçados almejava além de qualificar força de trabalho para atuação nas indústrias através do ensino profissionalizante, “moralizar” essa classe formada não pelos filhos dos burgueses e sim do proletariado. Dessa maneira podemos compreender a origem da educação profissional no Brasil como ‘fruto de uma concepção que atribuía a esse tipo de ensino um caráter (...) de “moralização” desses setores da sociedade’(NEVES; PRONKO,2008,p.33). Importante destacar que o incentivo a formação profissional também deve ser visto, para além do caráter “moralizador”, como a formação do exército industrial de reserva, fundamental para a ampliação e manutenção do sistema capitalista. É nesse sentido que observamos

[...] uma mudança qualitativa no comportamento assistencial do Estado e do empresariado em relação ao proletariado. As atitudes aparentemente paternalista-absolutamente não desprovidas de interesse econômico - que geralmente procuravam responder, até mesmo preventivamente, e desvirtuar em seu conteúdo a pressão reivindicatória devem ceder o lugar a uma política mais global, representativa de uma nova racionalidade. Educação e saúde principalmente, aparecem como consumo produtivo na produção, conservação e reprodução de homens enquanto Força de Trabalho do capital. (CARVALHO in IAMAMOTO;CARVALHO,2009,p.257).

Ainda na primeira metade do século XX é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) pelo Decreto-lei nº4.048, de 22 de fevereiro de 1942, com a “incumbência de organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários”(CARVALHO in IAMAMOTO;CARVALHO,2009,p.253), ou seja, Estado e empresariado unidos para atuarem na formação da força de trabalho, de acordo com as necessidades criadas pelo mercado . Dessa maneira compreende-se que

A implantação do SENAI aparece assim, claramente, como elemento constitutivo desse processo de aprofundamento do capitalismo e submetido a essa nova

racionalidade, através da qual deve ser conduzida a “questão social” e as novas necessidades geradas por aquele aprofundamento. (CARVALHO in IAMAMOTO;CARVALHO,2009,p.257).

O processo de formação dos sujeitos à nova lógica do capitalismo monopolista, foi também desenvolvido pelo Serviço Social da Indústria (SESI) oficializado em 1946, através do Decreto-lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946. A esse serviço coube “estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar do trabalhador na indústria” (CARVALHO in IAMAMOTO;CARVALHO,2009,p.268), sendo essa uma estratégia para conter toda e qualquer organização/reivindicação do proletariado em prol de melhores condições de trabalho e conquistas de direitos, já que inspirado “no ideário de cooperação das classes e de paz social, tornou-se um valioso instrumento de combate ao comunismo”.(NEVES; PRONKO,2008,p.42).

Mais uma vez é possível observar o Estado, no exercício de sua função educativa atuar na/para a formação dos sujeitos coletivos, papel esse realizado em consonância com todo o processo de reestruturação das formas de produção do país. É nessa conjuntura que a questão social passa

da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, á medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. (IAMAMOTO in IAMAMOTO;CARVALHO,2009,p.78).

A criação do SESI, SENAI e dos seus correspondentes para o comércio, a agricultura, e o transporte, o chamado Sistema S, são ferramentas de consolidação do sistema capitalista em um período de forte industrialização no país, contribuindo não apenas para a qualificação da força de trabalho, mas para a formação de sujeitos “dóceis”, “disciplinados”, e adaptáveis a nova lógica de produção capitalista. Para além dessa formação, o SESI também fica responsável por promover ações de caráter assistencial nos campos da saúde e educação dirigidas aos funcionários das indústrias. Vemos assim o Estado transferir para as mãos de restrito segmento da sociedade (burguesia industrial) funções primordiais para todo o conjunto da população. É assim que

[...] o Estado institucionaliza a iniciativa da burguesia industrial – da sua fração dominante- para que essa classe organize e gere mecanismos assistenciais

unificadores das iniciativas já existentes em inúmeras empresas, num grande complexo assistencial, extrapolando sua ação das unidades de produção para o cotidiano da vida do proletariado. Tendo por base a experiência pioneira do SENAI, o surgimento do Serviço Social da Indústria faz parte da evolução da posição do empresariado relativamente à “questão social”, que se aprofunda nos pós-guerra. (IAMAMOTO in IAMAMOTO;CARVALHO,2009,p.80).

Se em períodos anteriores a disparidade entre classes era tratada com medidas paternalistas e caritativas, em meados do século XX com a intensificação da questão social as ações ganham caráter institucional. Como vimos na citação acima, são delegados legalmente ao SESI e SENAI- organismos criados para atender as demandas do empresariado- a responsabilidade de produzir e gerenciar ações relativas à assistência social.

Nesse período- primeira metade do século XX- ainda não tínhamos políticas sociais garantidas enquanto direito constitucional que atendesse a toda a população independente de vínculo ou não empregatício, o que ocorre apenas com a Constituição de 1988. Sendo assim organismos criados pelo Estado (SESI, SENAI, entre outros) acabam por ficar com a função de assistir socialmente segmentos da sociedade civil, dentre eles os trabalhadores das indústrias.

Vimos até o momento que se por um lado a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho foi relevante para a formulação e implantação das políticas sociais no início da década de XX, por outro, sendo essas formuladas no seio de um sistema capitalista em consolidação, também atenderam aos interesses do capital.

2.5 A REFORMA DO ESTADO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS

A reforma do Estado, enquanto uma das estratégias de ação para garantir a hegemonia do capital em um contexto de crise, se institucionaliza para nós através do Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL,1995) promovido no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL,1995) traz em seu conteúdo a reconfiguração do papel do Estado “que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento”(BRASIL,1995,p.12),

pautando-se no discurso da descentralização, flexibilização e das parcerias público-privado. O Plano destaca ainda, a suposta ineficiência do setor público e que o melhor a ser feito é “transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” (BRASIL,1995,p.12).

Segundo os organizadores do Plano a reforma seria um “instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia” (BRASIL,1995,p.6) sendo ainda uma ferramenta para “promover a correção das desigualdades sociais e regionais” (BRASIL,1995p.6). Importante observar que o Plano fala em corrigir as desigualdades sociais e regionais e não em acabar com elas, dessa maneira, veremos mais a frente o trabalho voluntário sendo estimulado para cobrir as necessidades de áreas como saúde e educação na medida a responsabilidade do Estado na promoção foi transferida para o campo da gestão, como vimos acima.

O processo de neoliberalização que ocorre no Brasil na década de 1990, não foi realizado de forma ingênua, muito menos nosso país pode ser considerado vítima desse processo. A inserção de nossa economia no cenário mundial não se daria da mesma maneira que a dos países centrais¹⁴. A orientação das agencias financiadoras internacionais (FMI e BM, entre outros) objetivava promover privatizações, reduzir investimentos em políticas públicas, flexibilizar as relações de trabalho e ainda assim as elites hegemônicas do nosso país aceitaram, sabendo que mais uma vez seriam beneficiadas à custa da exploração da classe trabalhadora precarizada.

Se na década de oitenta, no auge das discussões da constituinte, a organização das forças que lutavam por um Estado que governasse para todos e não apenas para o interesse dos detentores do capital conseguiu alguns avanços em relação às políticas sociais, na década de 1990 essa correlação de forças muda:

“A atuação do Estado se dá agora visando preservar não os interesses da sociedade como um todo (emprego, renda, proteção social etc.), mas os interesses de uma parcela específica de agentes, cujos negócios dependem fundamentalmente dessa atuação.” (PAULANI,2006,p.79).

¹⁴ De acordo com Márcio Pochmann (2007) a capacidade de produção e difusão tecnológica, a força militar e uma moeda de curso universal são as três características básicas que definem o que podemos chamar de economias centrais.

A reconfiguração do Estado, que sai da função de produtor de bens e serviços para a de gestor dessas áreas leva a proliferação de diversas políticas focalizadas de cunho voluntarista que se utilizam do discurso da solidariedade e do civismo para mobilizar a população a atuar voluntariamente em áreas como educação, saúde, etc. De acordo com Montaña¹⁵:

Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal – precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais – e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou auto-ajuda. (MONTAÑO,2002,p.4)

A criação do programa Comunidade Solidária pelo ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995¹⁶, e presidido pela então primeira dama Ruth Cardoso, expressava a descentralização das ações governamentais, a focalização das políticas e a propagação do ideário voluntarista, na medida em que contava com a participação de sujeitos que se dispunham a ceder seu tempo livre para o exercício de ações voluntárias. Segundo Ruth Cardoso¹⁷:

Em projetos como Universidade Solidária, a participação voluntária de estudantes e professores é decisiva para o êxito do programa. Outros projetos estão abertos à participação de voluntários segundo as características de cada um. Além disso a Comunidade Solidária desenvolve, por meio do Programa Voluntários, uma estratégia abrangente de promoção e fortalecimento do voluntariado no Brasil.

Três anos após a criação do programa Comunidade Solidária o ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso sanciona a lei do serviço voluntário- Lei nº 9. 608 de 18 de fevereiro de 1998. No ano seguinte à criação da lei é lançado pela Rede Globo de Televisão, o projeto Amigos da Escola que define seu objetivo em fortalecer a escola pública mediante o desenvolvimento de trabalhos voluntários e ações solidárias. (Guia de Ação Amigos da Escola,1999, p.11)

¹⁵ Disponível em:< http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2013.

¹⁶ Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112748/decreto-1366-95>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2013.

¹⁷ Disponível em:< <https://portaldovoluntario.v2v.net/posts/146>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2013.

O que nos chama a atenção é a forte atuação dos governos na criação de políticas sociais de cunho voluntarista. Antonio Gramsci (2007) nos ajuda a entender esse processo quando fala sobre o papel do Estado enquanto Estado educador na formação dos sujeitos coletivos. Segundo o autor:

[...] o Estado deve ser concebido como “educador” na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. (GRAMSCI,2007,p.28)

Se a criação desse novo tipo de civilização se constrói conjuntamente com as mudanças econômicas vemos então que a função educativa do Estado no processo de formação dos sujeitos coletivos está diretamente relacionada aos interesses¹⁸ que impulsionam o desenvolvimento do processo produtivo.

Ao voltarmos nosso olhar para a conjuntura política e econômica da década de 1990, veremos como se faz atual a análise de Gramsci ao considerar que “uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral”. (GRAMSCI,2007,p.19).

Vemos assim que ocorreu na década de 1990 a redefinição do papel do Estado que deixou de ser o produtor de bens e serviços para atuar como gestor. Essa intencional redefinição gerou a transferência de áreas fundamentais como saúde, educação e trabalho para as mãos do mercado e da sociedade civil sendo ora geridas no campo do mercado, ora no da filantropia.

Essa transferência retrata, para além do desmonte do Estado no provimento das políticas sociais, a construção de uma nova lógica que não mais identifica tais áreas como de responsabilidade estatal, portanto, podendo ser ofertadas no campo da solidariedade, do voluntariado ou vendidas enquanto um produto a ser consumido.

¹⁸ Interesses de classes e frações de classes que disputam a hegemonia.

O incentivo a prática de ações voluntárias ocorre internacionalmente e se intensifica nos anos 2000. A Organização das Nações Unidas (ONU) proclama o ano 2001 como o ano Internacional do Voluntariado. O governo brasileiro também continua com a criação de políticas públicas de cunho voluntarista para além da mudança partidária no governo (PSDB X PT) e, em 2008, cria o Plano de Mobilização Social pela Educação, que se constitui como “o chamado do Ministério da Educação (MEC) à sociedade para o trabalho voluntário de mobilização das famílias e da comunidade pela melhoria da qualidade da educação brasileira”¹⁹.

A organicidade entre os aparelhos privados de hegemonia na promoção do consenso a respeito da prática do voluntariado permanece ao longo dos anos 2000. Em 2012, por exemplo, a emissora Globo de TV promove uma ação envolvendo aproximadamente seiscentos voluntários que se disponibilizaram para recolher toneladas de lixo das encostas do morro dos Macacos, localizado em Vila Isabel, zona norte do Rio²⁰.

Essa ação reflete a reconfiguração do Estado e explicita o quanto suas ações promovem pedagogicamente o apassivamento das massas produzindo o consenso de que individualmente, cada um fazendo a sua parte se conseguirá transformar a realidade. Essa estratégia mascara a existência da luta entre classes e trabalha com a falsa ideia de que todos estão "do mesmo lado", lutando pelos mesmos ideais.

Poderíamos elencar dezenas de outras atividades de caráter voluntário promovidas após a ação descrita acima, no entanto, nosso estudo busca analisar o processo de refilantropização do trato à questão social e suas implicações na formulação das políticas sociais de educação. Desnaturalizar este processo pode contribuir para explicitar que o desenvolvimento de ações voluntárias inseridas na lógica do capital ao invés de ter força contra hegemônica, colabora para o enfraquecimento da luta coletiva pela conquista de direitos universais e fortalece o apassivamento das massas, invisibilizando a luta de classes.

¹⁹ Disponível em: < http://mse.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=192&Itemid=215 > Acesso em 15 de janeiro de 2013.

²⁰ Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/05/mutirao-no-morro-dos-macacos-recolhe-55-toneladas-de-lixo.html> >. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

Com a Reforma do Estado e conseqüentemente a redefinição do seu papel, redefiniam-se também o sentido da luta, Neves (2008) destaca ainda que “estava em curso uma redefinição da classe trabalhadora e do terreno no qual se travam as lutas de classe”. Se na década de 1980 a classe trabalhadora se unia –ainda que com contradições- pela conquista de direitos, na posterior identificamos a propagação do consenso em torno da prática do voluntariado.

Era transferido para o campo do voluntariado as áreas que no período da constituinte estavam sendo disputadas no campo das políticas públicas sociais. Esse discurso se torna mais perverso quando é institucionalizado e passa a ser assumido, via decretos e leis, ao longo dos governos FHC e LULA como política de governo, assim como veremos no próximo capítulo.

3 O EMPRESARIADO E A EDUCAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA A FORMAÇÃO TÉCNICA E ÉTICO-POLÍTICA DOS TRABALHADORES

A crise mundial pela qual passou o sistema capitalista na década de 1970 e início dos anos 1980 - crise cíclica oriunda do modelo de acumulação capitalista - trazia a tona, um dos grandes problemas do modo de produção capitalista, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a organização do conjunto das relações sociais. O curto período de aproximadamente trinta anos que antecedeu o início da crise, chamado por alguns autores de a “Era de Ouro”²¹ do sistema capitalista já dava indícios de esgotamento²².

Com a nova onda de crise, os detentores do capital precisavam realizar ajustes com o objetivo de reestruturar o sistema econômico vigente para garantir sua hegemonia. Os defensores desse sistema identificaram que para manter a sua expansão e garantir a sua supremacia seria necessário reformular as políticas econômicas, sociais e educacionais dos países, com intuito de promover uma nova forma de organização social. Tais alterações modificariam tanto as formas de sociabilidade dos sujeitos quanto as relações entre sociedade civil e Estado.

A reestruturação do capital, que se propagou pelos países com impacto diferente entre centro e periferia, se deu a partir do que Harvey (2008) chamou de neoliberalização. Para o autor, o neoliberalismo para se propagar nos países representou muito mais do que um pacote de medidas a ser adotado. Harvey identificou que o discurso neoliberal se apresentava enquanto uma forma "(...) necessária e até completamente 'natural' de regular a ordem social." (HARVEY,2008,p.50). A hegemonia do neoliberalismo passou a agir não apenas na forma de pensamento das pessoas, mas na maneira que elas agiam, interpretavam e compreendiam o mundo. (HARVEY,2008).

²¹ Leda Paulani identifica que nesse período a "economia cresceu aceleradamente no mundo todo, com desemprego muito baixo (praticamente em nível friccional) e inflação reduzida"(PAULANI 2006,p.72), porém é importante destacar que esse crescimento não se dá de forma homogenia entre os países centrais e os periféricos. Para uma abordagem mais detalhada ver Behring (2011).

²² Se entendemos que a expansão do sistema capitalista se dá pelo aumento da produtividade e que essa ocorre com a intensificação da exploração da força de trabalho - considerando mais valia absoluta e mais valia relativa- vamos perceber que é irrealizável garantir a expansão do capital na mesma proporção da expansão da garantia de direitos para a classe trabalhadora. Ainda que tal fenômeno tenha ocorrido em determinado contexto histórico- a chamada “Era de ouro”- não se deu em todos os países e nem de forma homogênea, além de apresentar após aproximadamente 30 anos indícios de esgotamento.

O neoliberalismo propunha que o bem estar humano poderia ser melhor promovido "(...) liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais (...)"(HARVEY,2008,p.12) dos trabalhadores. Como veremos mais a frente, essa "nova ordem" implicou na redução de investimentos em políticas sociais, no aumento da precarização do trabalho e no fomento ao discurso da responsabilidade individual, culpabilizando os trabalhadores que não conseguiam vender a sua força de trabalho, que não conseguiam se manter empregáveis, independente das condições que lhes são ofertadas.

Os defensores das políticas neoliberais criticavam o Estado "providência" culpando-o pela regulamentação das relações de mercado, bem como pelo intervencionismo no investimento em políticas sociais. Desta forma, o novo rearranjo mundial que se configurou na década de 1980 preconizou a interferência mínima do Estado nas áreas sociais, o que resultou em consequências danosas para a população que ficaria cada vez mais entregue a sua própria sorte. Nesse sentido Melo identifica que

Na década de 1980, aprofundaram-se os processos de liberalização, desregulamentação e privatização de cunho anti-social, ou seja, em detrimento dos interesses da maioria da população dos países. A implementação de medidas macroeconômicas cada vez mais conservadoras e a intensa exploração pelos países capitalistas periféricos fizeram com que ficassem cada vez mais claras e declaradas as intenções dos representantes do grande capital mundial na exploração e conformação da classe trabalhadora (...). (MELO *apud* NEVES,2005,p.71)

Melo deixa claro que o interesse do grande capital era a retomada de sua hegemonia, de seu poder de classe, porém para isso acontecer necessitava, dentre outras ações, redefinir dois pilares fundamentais, a formação técnica e ético política da classe trabalhadora com intuito de adaptar os sujeitos a "nova" lógica de produção. Para Harvey (1998,p.140) essa transformação no mundo do trabalho, fundamentada na lógica da acumulação flexível, prejudicava ainda mais a vida do trabalhador, pois promovia a intensificação da exploração da classe trabalhadora, o aumento da precarização dos vínculos empregatícios, a fragmentação do processo de trabalho e a perda de direitos trabalhistas historicamente conquistados. Essa reconfiguração do mundo do trabalho - com objetivo de atender a lógica do capital- acarretou grandes mudanças na vida dos trabalhadores.

Harvey (2008) aponta, com o exemplo da chegada de Margareth Thatcher ao poder em 1979 na Grã-Bretanha, que o objetivo da reestruturação do capital, com a neoliberalização, era o de acabar com todas as formas de solidariedade social principalmente as advindas dos movimentos sociais e dos sindicatos dos trabalhadores. Seria necessário desarticular a solidariedade e fomentar a lógica da liberdade individual. Para Harvey (2008,p.32) a chegada de Thatcher ao poder implicava em:

"(...) enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade, social que prejudicasse a flexibilidade competitiva (como as expressas pela governança municipal e mesmo o poder de muitos profissionais e de suas associações), dismantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar empresas públicas (incluindo as destinadas a moradia popular), reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para induzir um forte fluxo de investimentos externos (...)"

A reestruturação do sistema capitalista não se resumiu a uma reorganização econômica, mas a uma reorientação na forma de pensar e de agir da classe trabalhadora. Margaret Thatcher já dizia que "a economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito" (apud Harvey,2008,p.32), ou seja, a forma de sociabilidade dos sujeitos, a sua concepção de mundo, tal como nos alertava Gramsci (2007), ao afirmar que todas as reformas intelectuais e morais estão ligadas a reformas econômicas. Nesse sentido, seria necessário convencer a classe trabalhadora de que tais medidas eram necessárias a reestruturação da economia, bem como de que seria fundamental garantir as liberdades individuais.

Duas questões fundamentais estão ocultas neste discurso proferido pelos defensores do neoliberalismo. A primeira é a de que reestruturar a economia dos países significava manter a ordem burguesa, trabalhar pela manutenção da divisão de classes. A segunda é que a garantia das liberdades individuais indicava a necessidade de trabalhadores "livres", responsáveis individualmente por estarem ou não empregáveis em um mundo do trabalho onde a competição é extremamente estimulada.

Tanto Thatcher quanto Fernando Henrique Cardoso (FHC), buscaram convencer a classe trabalhadora da "necessidade" da desregulamentação do mercado, através de discursos fatalistas²³ que, ora justificavam que não haveria outra solução para se resgatar a economia

²³ Harvey (2008) aponta que nem sempre o convencimento da classe trabalhadora se deu a partir do consenso, mas também através da coerção identificada pelo autor em discursos fatalistas.

(HARVEY,2008), no caso da Grã-Bretanha, no final da década de 1970, ora com a chegada de FHC ao poder (1995), com o argumento de que não poderíamos perder o "bonde da história", deixar passar a oportunidade de "modernizar" o Brasil. Este último discurso foi identificado por Paulani (2006,p.87) enquanto o "(...) argumento mais forte dos arautos do neoliberalismo para, no Brasil do início dos anos 1990, advogar as medidas liberalizantes (...)"

Estes discursos coercitivos mostram para Harvey (2008,p.15) que "nenhum modo de pensamento se torna dominante sem um aparato conceitual que mobilize sensações, instintos, valores e desejos (...)". É nesse sentido que identificamos que o processo da reestruturação produtiva do capital é também processo de conquista de corações e mentes com o objetivo de propagar determinada concepção de mundo que garanta a hegemonia do capital e que um de seus aparatos conceituais se expressa no Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL,1995).

O discurso da responsabilidade individual, que delegava cada vez mais aos trabalhadores a responsabilidade do provimento de sua existência era funcional nesse contexto, mediante a redução de investimentos em políticas sociais e a intensificação da precarização do trabalho. Outro discurso, também funcional, que passou a ser muito disseminado foi o da solidariedade entre as pessoas, do fomento a ajuda mútua na lógica do "cada um fazendo a sua parte", ainda que, de forma individualizada e fragmentada.

O que essa lógica não explica é que se cada um se mantiver ocupado fazendo "a sua parte" sem promover uma reflexão crítica sobre ela, na busca de compreender a quais interesses ela está servindo, correrá o grande risco de estar atendendo a lógica do capital, ainda que não perceba.

É nesse contexto, da reforma Estatal, que observamos a proliferação de ações que promoviam o apassivamento dos sujeitos, a produção do consenso e o estímulo a prática do trabalho voluntário. Bonfim (2010) identificou na década de 1990 um elevado fomento a prática do trabalho voluntário em meio ao processo de reestruturação do capital. A autora constatou que a propagação da lógica do trabalho voluntário foi propícia e necessária na medida em que reconfigurava o padrão de sociabilidade dos sujeitos e agia enquanto elemento apassivador da classe trabalhadora. A lógica que fomentava a prática do trabalho voluntário

também estimulava a colaboração dos diferentes segmentos da sociedade civil na área educacional, sem que fossem explicitadas as diferentes concepções de educação em disputa.

A produção desse novo padrão de sociabilidade se torna funcional a expansão do sistema capitalista na medida em que invisibilizava a luta de classes e fomentava a lógica da participação e da colaboração de todos, ainda que de forma pontual e fragmentadas. O estímulo à solidariedade ocorria de forma orgânica, porém na promoção de ações individuais e fragmentadas. Tais ações se faziam necessárias para manter a coesão social e evitar possíveis conflitos mediante a redução de investimentos nas áreas sociais e intensificação da exploração da força de trabalho.

Esse "novo" padrão de sociabilidade almejava se tornar hegemônico e para isso se utilizam dos aparelhos privados de hegemonia - escolas, igrejas, mídias- tanto para a promoção quanto para a propagação de ações que promoviam a "repolitização da sociedade civil sob a direção da burguesia." (NEVES,2005,p.103).

É nesse contexto que a educação passa a ser vista, pelos detentores do capital, como estratégica para preparação/adaptação dos sujeitos às novas demandas do capital. Seria necessário "ajustar a escola às novas necessidades da economia" (MOREIRA;SILVA,2005,p.10) e para isso se fazia necessária a reformulação das políticas educacionais com objetivo de educar os sujeitos de acordo com um novo padrão de sociabilidade que atendesse a expansão do capital.

É a partir da década de 1990 que o empresariado, identifica a necessidade da reformulação das políticas educacionais, na medida em que observaram na educação uma ferramenta estratégica para a consolidação da formação técnica e ético- política dos trabalhadores. A formação técnica auxiliaria os sujeitos a lidar com a complexidade do mundo do trabalho, e a formação ético-política a criar um novo padrão de sociabilidade pautado na lógica da solidariedade, do trabalho voluntário e da colaboração.

3.1 O EMPRESARIADO E A EDUCAÇÃO

Diante dessa nova fase de acumulação o empresariado internacional e nacional, em parceria com os governantes e as agências internacionais trabalham de forma orgânica²⁴ para reformularem a educação nos países, de maneira a agirem tanto na formação técnica dos trabalhadores quanto na reconfiguração de sua sociabilidade, promovendo uma nova²⁵ forma de intervenção social fundamentada na lógica da boa vontade, da colaboração, do voluntariado, elementos importantes para a produção do consenso. Fontes (2008) identifica que a expansão do capital diante do cenário de crise da década de 1980, reconfiguraria a classe trabalhadora e seu campo de luta. Para a autora difundia-se nesse período uma nova "pedagogia da hegemonia"²⁶ fomentada e propagada por "entidades empresariais e governamentais, abrangendo o universo sindical, escolar (em todos os níveis), igrejas, entidades associativas e culturais e praticamente toda a mídia, agindo intensamente para espriar a dinâmica do capital em todos os espaços organizativos." (FONTES,2008,p.195)

A relação entre a burguesia local e os organismos internacionais- entre eles, o Banco Mundial- na formulação de um novo padrão de sociabilidade e de intervenção social, fica explícita nos documentos e nas orientações produzidas por estas agências. É possível observar a sua materialidade nas políticas educacionais do nosso país. Não faz parte do nosso objetivo analisar profundamente os relatórios produzidos por essas agências, porém destacamos alguns

²⁴ Em relação a esse aspecto é importante destacar que a relação do Brasil com as agencias internacionais não se dá por via da submissão e sim dos interesses comuns entre a burguesia local e a internacional. Cunha (2002,p.104) faz crítica à ideia de "imposição das agencias internacionais à educação brasileira." Para o autor as relações do Brasil com as agências, destacando o Banco Mundial, o Banco Internacional de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional não se configura em uma relação de submissão, mas de resistência e de interesses por parte das frações da classe dominante do Brasil. Ainda que a adesão do Brasil aos projetos das agências internacionais se constitua tanto a partir dos interesses dos governos locais quanto dos consultores das agências é importante destacar que ceder ou não as demandas sugeridas dependerá da força política que cada país exerce no escopo internacional, assim como da correlação interna de forças.

²⁵ Não negamos o fato de que intervenções sociais via ações voluntárias, já existiam antes do processo de reestruturação do capital,- como vimos no capítulo I- muitas delas realizadas por membros de igrejas, porém essa ação se intensifica na década de 1980- pelos motivos já explicados anteriormente- e se legitima enquanto política governamental na década de 1990, durante o mandato do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso com a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

²⁶ Conceito cunhado por Neves (2005), a partir da leitura de Gramsci. A nova pedagogia da hegemonia nos ajuda a compreender que as formas de produção de consenso se dão não apenas por via da coerção, mas pelo convencimento, pela produção de vontades e ideias que estrategicamente são difundidas com intuito de se legitimarem e se tornarem universais.

exemplos para ilustrar o quanto a produção da política educacional brasileira é intencionalmente orquestrada com as orientações advindas desses organismos.

No ano de 2001 o Programa de Produção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (PREAL), através do Grupo de Trabalho sobre Educação, Equidade e Competitividade Econômica na América Latina e no Caribe²⁷ lançou um relatório sobre a educação na região, cujo o nome é *Ficando para Trás*. O relatório propagava e reforçava a necessidade dos países latino americanos realizarem a reforma educacional além de mencionar que em comparação a educação dos países centrais, os latino americanos estavam ficando para trás.

Este mesmo grupo já havia lançado em 1998 o relatório *O futuro está em jogo*²⁸, no qual identificava quatro problemas centrais que implicavam diretamente na "quantidade, qualidade e equidade da educação na América Latina" (PREAL,2001,p.5). Os problemas identificados neste relatório foram: "falta de padrões para avaliação do aprendizado e do desempenho dos estudantes; falta de autoridade e de cobrança das responsabilidades no nível da escola; ensino de má qualidade; e investimento insuficiente nos níveis primário e secundário." (PREAL,2001,p.5).

Identificadas essas questões o relatório do PREAL, referente ao ano de 1998, ainda destacou que as escolas públicas latino-americanas "estavam mantendo em atraso a região e sua população, reforçando a pobreza, a desigualdade e o fraco desempenho econômico." (PREAL,2001,p.6), para tanto elencaram quatro medidas a serem adotadas pelos países latinos. São elas:

estabelecer padrões para o sistema de educação, e aferir o progresso em relação a eles; dar às escolas e comunidades locais maior controle sobre a educação, e cobrar suas responsabilidades; fortalecer a profissão docente elevando os salários, reformando o treinamento e fazendo que os professores tenham de prestar mais contas às comunidades que servem; e investir mais fundos por aluno na educação pré- escolar, primária e secundária.

²⁷ O grupo - não governamental- foi criado em 1996 a partir da preocupação com a qualidade educacional nas escolas. Foi concebido pelo Diálogo Interamericano (The Inter-American Dialogue) e pela Corporación de Investigaciones para el Desarrollo (CINDE) como parte do Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (PREAL). .

²⁸ Disponível em:< <http://www.preal.org/Archivos/Preal%20Publicaciones%5CInformes%20de%20Progreso%20Educativo%5CInformes%20Regionales/RC%20futurojuego.pdf>>. Acesso em 19 de abril de 2014.

Quatro anos após a publicação do Relatório do PREAL (2001), observamos as medidas sugeridas serem implementadas no Brasil, uma delas é a reformulação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), "reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb)²⁹ e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc)³⁰, conhecida como Prova Brasil."³¹

Ainda que o SAEB tenha sido criado em 1990, oito anos antes da produção do relatório do PREAL(1998), sua reformulação, no ano de 2005, converge com as medidas sugeridas por este programa. A reformulação do SAEB atendeu as medidas sugeridas pelo PREAL (1998) tanto em relação a padronização da avaliação, o que segundo o relatório (1998) facilitaria a aferição do resultados, quanto a responsabilização das instituições escolares, já que os dados são divulgados por escola, possibilitados pela avaliação censitária realizada pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

Dois anos após a reformulação do SAEB outras duas ações governamentais foram promovidas com intuito de ajustar a educação brasileira segundo os interesses comuns entre empresariado, governo e agências internacionais. Em 24 de abril de 2007 o Ministério da Educação (MEC) lança o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) simultaneamente a promulgação do decreto n. 6.094 que dispõe sobre o "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação". O Plano funciona como "um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC."(SAVIANI,2007,p3), bem como os novos programas criados com o objetivo de contribuir para alcançar as metas estipuladas/oficializadas com a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Em relação a divulgação dos dados do SAEB o documento do PDE reforça que o lançamento das informações por escola ajuda para aumentar a "responsabilização da

²⁹ A Aneb é aplicada para alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio das redes pública e privada do país, abrangendo áreas urbanas e rurais. A avaliação é aplicada por amostragem e tem por objetivo "avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira" . Disponível em:< <http://provabrazil.inep.gov.br/>>. Acesso em 19 de abril de 2014.

³⁰ A Anresc, também conhecida como Prova Brasil é uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo. (<http://provabrazil.inep.gov.br/>)

³¹ Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/historico>>. Acesso em 19 de abril de 2014.

comunidade de pais, professores, dirigentes e da classe política com o aprendizado." (PDE,2007,p.20). Outro elemento avaliado positivamente, pelo PDE, é o fato de se poder identificar "boas práticas"³² que ocorrem em diferentes escolas, e que podem ser disseminadas para toda a rede, já que o resultados do exame, como dito anteriormente, é divulgado por escola. Em relação as "boas práticas" o documento do PDE (2007,p.24) informa que

Logo após a divulgação dos resultados da Prova Brasil, em 2006, dois estudos foram realizados em parceria com organismos internacionais, em escolas e redes de ensino cujos alunos demonstraram desempenho acima do previsto, consideradas variáveis socioeconômicas. O objetivo central dos estudos era identificar um conjunto de boas práticas às quais poderia ser atribuído o bom desempenho dos alunos. Essas boas práticas foram traduzidas em 28 diretrizes que orientam as ações do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, programa estratégico do PDE.

É possível encontrar tanto no site do Plano de Mobilização Social pela Educação³³ quanto no do movimento Todos pela Educação uma área destinada a divulgar exemplos de "boas práticas" que ocorrem em regiões diferentes. O objetivo da divulgação é que essas ações possam ser reproduzidas em outros espaços, porém a compreensão das mesmas enquanto uma "fórmula" a ser seguida, desconsidera os fatores políticos, econômicos e sociais que a produzem. Ainda que na citação acima, o estudo realizado tenha levado em consideração as variáveis socioeconômicas, veremos ao analisar o documento da Mobilização Social Pela Educação que as ações sugeridas para mobilizar a população buscam apenas adaptar as pessoas às condições existentes- ainda que essas sejam precárias- solicitando que colaborem com a educação, com o desenvolvimento de "boas práticas", sem provocar nenhuma reflexão crítica a respeito das condições materiais que as famílias vivem.

³² "A expressão "melhores práticas" ou "boas práticas", derivada do campo da gestão empresarial, foi adotada pelos organismos internacionais nos últimos anos, ligada à ideia de tomada de decisões baseadas em evidências, para designar um repertório de técnicas, procedimentos e soluções que favorecem a eficiência e a eficácia do processo, independentemente do contexto no qual se aplicam. No âmbito educacional, a utilização de "boas práticas" pressupõe a consideração do processo educacional, nos seus diversos componentes (gestão educacional, processo de ensino-aprendizagem, etc) de forma isolada do conjunto da vida social. Por isso, na perspectiva desses organismos, a construção de um repertório de "boas práticas" pode ser uma ferramenta útil sobretudo pela sua trasferibilidade." (PRONKO,2014,p.14)

³³ O Plano de Mobilização Social pela Educação é lançado no ano de 2008 enquanto uma das estratégias do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a melhoria da qualidade da educação básica. No terceiro capítulo apresentaremos a sua estrutura.

É no resultado do trabalho orgânico entre governo, empresariado e organismos internacionais que vemos se materializar³⁴ a propagação de uma determinada concepção de educação que, voltada para atender as demandas do capital, busca se tornar hegemônica, convencendo a classe trabalhadora a contribuir para sua implementação.

Outro documento lançado, dessa vez pelo Banco Mundial, seguindo a mesma linha de sugerir medidas e orientações para a reformulação das políticas educacionais dos países foi o relatório intitulado *Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento - Estratégia 2020 para a Educação*, publicado no ano de 2011. No documento fica claro o que os organismos internacionais compreendem e propagam enquanto melhoria da qualidade da educação, como também as medidas que deverão ser adotadas pelos países para atingir tal objetivo. De acordo com o documento:

A nova estratégia centra-se na aprendizagem por uma simples razão: o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não no número de anos que passaram sentados numa sala de aula. No nível pessoal, embora um diploma possa abrir as portas para um emprego, são as competências do trabalhador que determinam a sua produtividade e capacidade para se adaptar a novas tecnologias e oportunidades. (BANCO MUNDIAL,2011,p.3)

O documento especifica que seu foco de ação para os próximos anos está na aprendizagem de maneira que esta possa ocorrer em diferentes espaços - não necessariamente no ambiente escolar - onde os sujeitos consigam desenvolver as competências necessárias para atenderem as necessidades do mercado de trabalho. Não por acaso a discussão sobre o modelo das competências profissionais é algo que começa a ser debatido no mundo empresarial a partir da década de 1980 (DELUIZ,2001), no auge do processo de reestruturação do capital e se intensifica na década de 1990.

³⁴ Essa materialidade pode ser vista com a reformulação das políticas educacionais que intencionalmente se subsidiam dos relatórios produzidos pelas agências internacionais.

O dinamismo das transformações que ocorreram no mundo³⁵, o avanço das tecnologias e a corrida pela competição entre os países- China, Índia e Brasil- foram aspectos apresentados no documento do BM para justificar sua nova estratégia, o investimento em aprendizagem. Segundo o documento (BANCO MUNDIAL,2011) a configuração desse novo cenário mundial provoca a modificação no perfil do trabalhador ao mesmo tempo em que demanda dele uma aprendizagem acelerada, daí, a necessidade de investir no desenvolvimento das competências, de maneira que os trabalhadores se adéquem mais rapidamente as exigências do mercado.

Além de fundamentar sua nova estratégia de atuação nas transformações que ocorrem no cenário internacional é apontando a suposta "incapacidade dos sistemas de educação" que o BM justifica seu foco de investimento em aprendizagem. Segundo o documento, "os níveis implacavelmente elevados de desemprego, especialmente entre os jovens, ressaltaram a incapacidade dos sistemas de educação para formar jovens com as competências correctas para o mercado de trabalho (...)." (BANCO MUNDIAL,2011,s/p).

O trecho acima evidencia os interesses que movem as agências internacionais, especificamente no que se refere a implementação da nova estratégia para 2020. De acordo com o documento, a implementação da estratégia se dará "promovendo reformas nos sistemas de educação dos países e criando uma base global de conhecimento suficientemente forte para liderar estas reformas." (BANCO MUNDIAL,2011,p.1). Para nós está nítido que esta nova estratégia configura-se em investir em uma aprendizagem acelerada, para que a classe trabalhadora desenvolva rapidamente as competências necessárias para atender as demandas do mercado de trabalho. Porém, o fato de identificarmos esse aspecto como o foco da estratégia para 2020, não o limita a única ação/intenção do BM. Além da propagação de medidas e sugestões com o objetivo declarado de reformar o sistema de educação dos países, o BM também é propagador de ideias que influenciam diretamente na sociabilidade e na forma de relação que se estabelece entre sociedade civil e Estado.

A concepção de educação propagada pelas agências internacionais, governo e empresariado no Brasil, age tanto para a formação acelerada da classe trabalhadora com

³⁵ Ainda que o documento não historicize de qual período de transformações se refere, entendemos, a partir de seu contexto, de que se remete ao início do processo de reestruturação produtiva, década de 1970.

intuito de atender as demandas do mercado, quanto para a sua conformação ético-política (NEVES, PRONKO, 2008). O investimento realizado nesses dois pilares, fundamentais para a promoção da expansão do capital em seu novo período de acumulação- pós crise de 1970- será propagado enquanto sinônimo de melhoria da “qualidade” da educação.

No próximo item veremos como se deu o lançamento do movimento TPE no campo empresarial, os argumentos utilizados para legitimar esse movimento enquanto uma política de governo e como funciona a sua estrutura. Veremos também a sua relação com o simultâneo lançamento do PDE, o quanto esse programa incorporou a agenda do TPE e o esforço realizado entre governo e empresariado para a legitimarem uma educação voltada a atender as demandas do capital.

3.2 TODOS PELA EDUCAÇÃO: DE MOVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL À POLÍTICA GOVERNAMENTAL

Dois anos antes do lançamento do Decreto 6.094- Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação- que ocorre simultaneamente ao lançamento do PDE, o empresariado já se organizava com intuito de reformular os rumos da educação brasileira. Organicamente associados aos interesses dos organismos internacionais um grupo de empresários constatando que a baixa avaliação do sistema de ensino brasileiro³⁶ prejudicaria a competitividade do país, bem como poderia implicar em desarranjos que afetariam o nível de coesão interna entre os cidadãos (MARTINS, 2009), se reúne com intuito de elaborar propostas para redefinir a Educação Básica no Brasil. De acordo com Saviani³⁷ (2007)

À luz dessa constatação, foram estabelecidas metas progressivas de melhoria desse índice, prevendo-se atingir, em 2022, a média de 6,0, índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ficaram entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo.

A avaliação internacional que mensura a "qualidade" da educação nos países é promovida pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) que a cada três

³⁶ A aplicação da Prova Brasil, no ano de 2005, constatou, em uma escala de 0 a 10 a média de 3,8, muito inferior a média obtida "pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ficaram entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo". (SAVIANI, 2004, p.4).

³⁷ Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2014.

anos disponibiliza um ranking dos países com "melhor nível educacional". Este programa é coordenado e desenvolvido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e sua coordenação a nível nacional, fica sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)³⁸.

Para que a meta estipulada - referente a média de 6,0- seja atingida são propostos diversas ações em nível de Programas educacionais, que convergem para o propósito de contribuir com a "melhoria da qualidade da educação" básica. Saviani (2004) destaca uma lista³⁹ de programas lançados para a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e superior, colaboradores nessa perspectiva.

Da união do empresariado resulta a criação do movimento Todos Pela Educação (TPE), no ano de 2005. Martins (2009) deixa claro que a preocupação desse grupo quanto ao nível da qualidade educacional do país assim como, com a implementação de políticas educacionais, está diretamente atrelada aos interesses que movem o capital, daí a preocupação em reformular as políticas educacionais e desenvolver programas a partir de parcerias governamentais que corroborem com a implementação de uma educação que se adéque as novas exigências do mercado.

Ainda que já estivesse sendo discutido e construído no meio empresarial desde 2005, como apontou Martins (2009), é somente em 2006 que o movimento TPE é lançado como um movimento da sociedade civil brasileira. Embora o movimento se apresente enquanto uma demanda do conjunto da sociedade brasileira, ele surge com o empresariado ao identificar a necessidade de se aproximar do campo educacional e intervir na reformulação das políticas educacionais reconhecendo esse campo como estratégico para a garantia da expansão do sistema capitalista.

³⁸ Desde a sua criação (1937) o Inep já passou por várias redefinições quanto ao seu papel. Em 1985 ele finalmente "retomar sua função básica de suporte e assessoramento aos centros decisórios do Ministério da Educação", Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>. Acesso em 23 de maio de 2014.

³⁹ Ações de apoio ao desenvolvimento da educação básica estão representadas pelos seguintes programas: "Transporte Escolar"; "Luz para Todos"; "Saúde nas Escolas"; "Guia das Tecnologias Educacionais"; "Educação"; "mais educação"; "Coleção Educadores"; "Inclusão Digital". No âmbito da educação infantil "Proinfância". No âmbito do ensino fundamental tem a "Provinha Brasil"; "Programa Dinheiro Direto nas Escolas"; "Gosto de Ler". A nível de ensino médio tem a "Biblioteca na Escola". Todas essas ações fazem parte do PDE.

Para o empresariado, a educação passa a ser, estrategicamente, uma das mais importantes políticas públicas e sua reformulação se fazia urgente. Através dela, seria possível formar a classe trabalhadora com as competências necessárias para atender as demandas do mercado de trabalho, bem como ético-politicamente a partir de programas governamentais e ações de “responsabilidade social” desenvolvidas pelas empresas. Em relação a educação, uma das lideranças do movimento, Milu Villela⁴⁰, em um evento realizado na Bahia, deixa claro que esta seria a prioridade do segmento empresarial para os próximos anos. Segundo a empresária⁴¹

(...) ao analisar o triste cenário no Brasil e na América Latina, os 250 participantes do evento chegaram à conclusão de que a educação é, neste momento, a mais importante política pública e que assegurar a sua qualidade, especialmente para os menos favorecidos, constitui o melhor instrumento para reduzir nossas históricas desigualdades sociais. A conclusão e o interesse pela causa não chegam a ser uma novidade. O fato novo é o sentido de urgência atribuído ao tema. (FOLHA DE SÃO PAULO s/n)

O saldo desse encontro foi a apresentação e legitimação do projeto "Compromisso Todos pela Educação" no meio empresarial. Para Martins⁴²

"No evento, foi possível apresentar e legitimar politicamente o projeto "Compromisso Todos pela Educação" e fortalecer no meio empresarial a importância de um organismo com capacidade para defender interesses da classe na sociedade civil e intervir na definição de políticas educacionais na aparelhagem de Estado. Os empresários brasileiros saíram do evento com metas, estratégias, cronograma e uma significativa mobilização para iniciar a construção de um pacto nacional em defesa da Educação Básica brasileira⁴³". (MARTINS,2009,p.23) Grifo nosso)

O lançamento do movimento TPE passa a ser divulgado, pelo empresariado, enquanto uma estratégia de ação para a "melhoria da qualidade da educação" brasileira, o discurso de que todos os segmentos da sociedade deveriam participar desta ação ganha força e se propaga. Milu Villela em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo aponta o lançamento do

⁴⁰ Atual presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo, presidente do Instituto Itaú Cultural, do Faça Parte - Instituto Brasil Voluntário e membro do Conselho de Governança do Compromisso Todos Pela Educação.

⁴¹ Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1107200608.htm>>. Acesso em 18 de maio de 2014.

⁴² Disponível em:< <http://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/viewArticle/467>>. Acesso em 03 de março de 2014.

⁴³ Para outros detalhes consultar: <<http://www.fundacaoemann.org.br/conferencia/port/news/04.asp>>

Compromisso Todos Pela Educação como estratégia de melhora para a qualidade do ensino de maneira a superar o "atraso educacional brasileiro". Segundo Vilella

Para romper esse ciclo, será lançado hoje, no museu do Ipiranga, em São Paulo, o Compromisso Todos Pela Educação. Criado a partir de uma inédita aliança entre lideranças da sociedade civil, empresas, MEC, Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e Undime (União Nacional de Dirigentes Municipais de Ensino), o movimento inicia sua jornada sob a orientação de duas firmes crenças. (FOLHA DE S. PAULO,2006,s/p)

Para a empresária o movimento é uma estratégia para contribuir com a “qualidade” da educação e para isso deve contar com o envolvimento de pais, "educadores, líderes comunitários, conselhos tutelares e promotores públicos". Essa é a grande tarefa de governos e empresários, mobilizar a classe trabalhadora no sentido de convencê-la a atuar na implementação de ações que contribuam para efetivar o modelo educacional propagado por essas instituições. Mais a frente, ao analisarmos o programa Mobilização Social, veremos a repetição desse discurso legitimado enquanto política pública, na medida em que convoca o envolvimento de todos pela educação, fomentando incisivamente a lógica do trabalho voluntário e mais, produzindo no imaginário das pessoas que o envolvimento com o campo educacional é algo que deve ser realizados por aqueles que amam a educação e que desejam a melhoria de sua qualidade.

Saviani (2007) aponta que a aproximação entre empresariado e Partido dos Trabalhadores (PT) e o distanciamento deste de suas bases originárias, talvez "explique, de certo modo, por que o MEC, ao formular o PDE, o tenha feito em interlocução com a referida parcela da sociedade e não com o movimento dos educadores."(SAVIANI,2007,p.13)

Fica nítida a crítica do autor ao distanciamento do PT de suas bases originárias- classe trabalhadora- e a sua aproximação com o segmento do empresariado, o que revela a organicidade entre governo e empresários na formulação das políticas educacionais.

Essa compreensão é fundamental para que percebamos os interesses que estão por trás do argumento que fomenta a melhoria da qualidade educacional do país, principalmente quando nos atentamos para o fato de que a construção desse argumento é produzida

por determinado segmento da sociedade que compreende qualidade educacional a partir de interesses específicos.

O que estamos tentando explicitar é que a concepção de uma educação de qualidade que almeja se tornar legítima e universal não é uma concepção de todos, mas de um restrito grupo da sociedade que atuou em conjunto com o Ministério da Educação para a elaboração do PDE. O que estamos chamando de restrito grupo se refere ao trabalho articulado entre empresariado, governo e organismos internacionais atuando juntos para a reformulação das políticas educacionais brasileiras.

Tanto para Saviani (2007) quanto para Neves (2008) a aproximação do empresariado com o campo educacional e sua orgânica articulação com o governo, ao proclamarem a urgente necessidade da melhoria da qualidade da educação estão referindo-se a uma melhoria que atenda diretamente a lógica do capital. Daí a necessidade de problematizar o que estamos compreendendo por uma educação de qualidade. Para Saviani⁴⁴, o Plano de Desenvolvimento da Educação Básica buscará atingir as metas que são produzidas pela lógica que o fundamenta, sendo assim

O questionamento do PDE se dirige à própria lógica que o embasa. Com efeito, essa lógica poderia ser traduzida como uma espécie de "pedagogia de resultados". Assim, o governo se equipa com instrumentos de avaliação de produtos, forçando, com isso, que o processo se ajuste a essa demanda. É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas "pedagogia das competências" e da "qualidade total". Esta, assim como nas empresas, visa a obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço, os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável. No entanto, de fato, sob a égide da qualidade total, o verdadeiro cliente das escolas é a empresa ou a sociedade, e os alunos são produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes. (SAVIANI,2007,s/p)

Saviani é categórico ao explicitar no que está embasada a lógica do PDE. Para o autor esse argumento que propaga a "melhoria da qualidade educacional" tem por objetivo, ajustar a educação a lógica do mercado, para atender as demandas do empresariado e consequentemente produzir uma nova forma de sociabilidade dos sujeitos.

É somente no ano de 2007, durante o governo Lula, que o movimento TPE é institucionalizado enquanto política governamental, a partir da promulgação do Decreto n.

⁴⁴ Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2904200704.htm>>. Acesso em 3 de março de 2014.

6.094 que dispõe sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. É importante observarmos a dinâmica desse processo, um movimento que surge do empresariado buscando se legitimar enquanto universal, ganha apoio governamental, se capilariza na sociedade civil e, ao atuar na formação técnica e ético-política da classe trabalhadora, atinge os fins de seus formuladores.

Neste sentido o segmento empresarial consegue tanto disseminar um determinado modelo educacional direcionado a classe trabalhadora, quanto educá-las em sua forma de sociabilidade, ou seja, apassivá-la invisibilizando o conflito travado na luta de classes e fomentando a lógica da colaboração, do "todos pela educação" sem explicitar que a educação não é a mesma para todos.

3.3 TODOS PELA EDUCAÇÃO - CONHECENDO A ESTRUTURA

Apresentando-se enquanto um movimento da sociedade civil brasileira o movimento TPE, define enquanto sua missão "contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o país assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade."

Para que a missão proposta seja cumprida o movimento estipulou cinco metas que deverão ser cumpridas e acompanhadas pela sociedade até 2022. São elas:

- **Meta 1** Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola - A Meta 1 trata do atendimento a um direito básico: o acesso à Educação. Até o ano de 2022, 98% das crianças e jovens entre 4 e 17 anos devem estar matriculados e frequentando a escola.
- **Meta 2** Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos- Até 2010, 80% ou mais, e até 2022, 100% das crianças deverão apresentar as habilidades básicas de leitura e escrita até o final da 2ª série ou 3º ano do Ensino Fundamental.
- **Meta 3** Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano- Até 2022, 70% ou mais dos alunos terão aprendido o que é essencial para o seu ano.
- **Meta 4** Todo jovem de 19 anos com o Ensino Médio concluído - Até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental, e 90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o Ensino Médio.

- **Meta 5** Investimento em Educação ampliado e bem gerido - Até 2010, mantendo-se até 2022, o investimento público em Educação Básica deverá ser de 5% ou mais do Produto Interno Bruto (PIB).

A partir do monitoramento das metas o movimento TPE lança, no ano de 2010, o que chama de cinco Bandeiras. De acordo com o movimento os "resultados dessas ações, entendidas como urgentes, podem impactar forte e positivamente a qualidade da Educação Básica no país na direção do cumprimento das 5 Metas". As cinco Bandeiras definidas pelo movimento são:

- Formação e carreira do professor
- Definição dos direitos de aprendizagem⁴⁵
- Ampliação da exposição dos alunos ao ensino
- Uso relevante das avaliações externas na gestão educacional
- Aperfeiçoamento da gestão e da governança da Educação

Na medida em que se define enquanto apartidário e plural, o TPE convoca diferentes segmentos da sociedade como "gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários" a comprometerem-se com suas ações e contribuirão individualmente para o atingimento das metas. Porém, apesar de se intitular apartidário, o movimento TPE é institucionalizado enquanto uma política de governo⁴⁶. Outro elemento não menos importante, é a convocação de diferentes segmentos da sociedade civil para contribuir com a implementação do movimento, tal ação não considera o campo educacional enquanto um campo de disputa ao mesmo tempo em que invisibiliza e deslegitima a luta entre diferentes concepções de educação.

⁴⁵ Ainda que o documento do Banco Mundial- Aprendizagem para Todos Estratégia 2020 - tivesse sido publicado em 2011, podemos observar que já ocorria previamente, por parte do empresariado, o fomento ao direito a aprendizagem o que difere do direito a educação. Ainda que parece uma efêmera disputa semântica essa mudança pode fragilizar a garantia do direito a educação e do investimento em políticas públicas que fortaleçam as instituições públicas formais de educação.

⁴⁶ No ano de 2007, durante o governo Lula, o movimento TPE foi institucionalizado enquanto política governamental, com a promulgação do Decreto n. 6.094 que dispõe sobre o "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação"

Além das 5 Metas e das 5 Bandeiras, o movimento TPE trabalha também com as 5 Atitudes. Estas surgem de uma ação promovida pelo movimento, no ano de 2013, com objetivo de compreender quais as "ações e comportamentos que fazem a tão almejada parceria entre família, escola e comunidade virar realidade e que impactam positivamente no aprendizado dos alunos". Para obter essas respostas o movimento ouviu um público variado de pais de alunos e educadores de cinco regiões diferentes do país e a partir de elementos comuns na fala desses sujeitos propôs as 5 Atitudes que têm por pressupostos⁴⁷: "vínculo afetivo, frequência, reconhecimento de avanços, diálogo e bons exemplos."

O site do movimento TPE não informou como se deu o levantamento dessas questões, qual a metodologia utilizada, quais as regiões percorrida, menos ainda o quantitativo de pessoas que responderam a questão proposta, informou apenas que as 5 Atitudes resultam de elementos comuns encontrados na fala de pais de alunos e educadores. Ainda que não tenham informado como se deu o processo, no site do TPE é possível ter acesso as 5 Atitudes, ações que, segundo o movimento, corroboram para a integração entre família, escola e comunidade. Abaixo destacamos quais são elas:

- Valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento;
- Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola;
- Colocar a Educação escolar no dia a dia;
- Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos;
- Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens.

A forma de atuação do movimento TPE baseada nas 5 metas, 5 bandeira e 5 atitudes possui três pilares de atuação que trabalham de forma bem articulada, são eles: Área Técnica, Área de Comunicação e Mobilização e Área de Articulação e Relações Institucionais. Durante a pesquisa para a elaboração desta dissertação, o site do Movimento Todos pela Educação foi reformulado e algumas áreas tiveram suas atribuições redefinidas, como veremos abaixo.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-atitudes>>. Acesso em 18 de abril de 2004.

Antes da reformulação do site a área técnica tinha por atribuição "contribuir com a quantidade e a qualidade das informações sobre Educação por meio de geração de conhecimento." Esta área também contava com "a assessoria da Comissão Técnica, formada por pesquisadores da área com experiência acadêmica e/ou em gestão de Educação." Após a mudança do site sua definição se altera para: "produz conhecimento e promove o monitoramento das Metas e das políticas educacionais." Esta comissão é coordenada pela empresária Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Sena- fundado no ano de 1994- e conta ainda com a participação de mais 13 membros dentre eles a ex-secretária de educação do Rio de Janeiro Claudia Costin⁴⁸, a deputada federal pelo partido DEM, Maria Auxiliadora conhecida como Dorinha⁴⁹ e a ex-deputada federal pelo PSDB, Raquel Teixeira.

A comissão é formada por um grande número de economistas, e possui, em menor número, pessoas da área da pedagogia, letras, matemática e engenharia. A estrutura dessa comissão, reflete o movimento de capilarização dos intelectuais orgânicos a serviço do capital, atuando em diversos setores chave da sociedade. Esses intelectuais desenvolvem o papel de organização das massas, conquistando a confiança dos sujeitos e promovendo, nesse caso em específico, o consenso a respeito de uma determinada concepção de educação, sem ao menos explicitar que existem outras, na tentativa de torná-la hegemônica.

Em relação a área de comunicação e mobilização, esta tinha três objetivos bem definidos, sendo eles: "disseminar informações sobre Educação, divulgar conhecimento gerado pelo movimento e mobilizar a sociedade brasileira pela melhora da qualidade da Educação Básica." Com a mudança do site suas atribuições foram apenas reescritas, mas o propósito permaneceu o mesmo, quanto a "fomentar no País a demanda social por Educação de qualidade, por meio da disseminação de informações, da divulgação do conhecimento

⁴⁸ Claudia Costin, especialista em gestão pública, foi secretária municipal de educação de 2009 até o primeiro semestre de 2014 durante o mandato do prefeito Eduardo Paes. Costin sai da secretaria municipal de educação para assumir a coordenação do departamento de Educação do Banco Mundial (Bird). Disponível em:< <http://oglobo.globo.com/rio/paes-confirma-saida-de-claudia-costin-da-secretaria-de-educacao-11924489>>. Acesso em 15 de maio de 2014. A saída de Costin para o Banco Mundial representa o seu retorno a instituição com atuação diferenciada. No ano de 2000 e 2001 Costin atuou como gerente do Banco Mundial para a América Latina no campo do setor público e redução da pobreza. Disponível em:< <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/04/ex-secretaria-do-rio-assume-diretoria-de-educacao-do-banco-mundial.html>>. Acesso em 14 de maio de 2014.

⁴⁹ Condenada pela Justiça Federal por improbidade administrativa. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2014/03/deputada-dorinha-tem-os-direitos-politicos-suspensos-por-cinco-anos.html>

gerado pelo movimento e da mobilização da sociedade pela melhora da Educação Básica no Brasil".

A última área é a da Articulação e Relações Institucionais, sua definição anterior baseava-se em promover " grupos de trabalho sobre importantes temas da Educação, formando uma rede de parceiros da iniciativa privada, do poder público e da sociedade civil", também fica responsável pela " promoção do alinhamento, em torno das Metas e Bandeiras, das ações, projetos e programas dos poderes executivo, legislativo e do sistema de justiça, bem como do investimento social privado, para que os resultados positivos possam ser acelerados." Sua redefinição sintetiza suas atribuições em ser "responsável por conectar poder público, organizações da sociedade civil e iniciativa privada em ações que tenham impacto positivo na qualidade da Educação.

Ainda em consideração a área de Comunicação e Mobilização, a identificamos como estratégica para o TPE já que lança mão de todo o aparato midiático possível para difundir as ações que são desenvolvidas, além de utilizá-las enquanto ferramenta mobilizadora de outros segmentos da sociedade.

As ferramentas utilizadas para promover a capilarização do movimento Todos Pela Educação são diversas: na página principal do site, profissionais da mídia são convidados a cadastrarem-se através do link Sala de Imprensa, para que possam receber sugestões de pauta - promovidas pelo movimento-, como também realizarem a cobertura de eventos do TPE. Outra iniciativa também encontrada na página principal do site é o Projeto Rádios, onde os radialistas podem realizar cadastro e fazerem parte de uma rede de mais de 5 mil profissionais em todo o Brasil que divulgam as entrevistas e depoimentos de educadores que colaboram com o TPE.

Com essas iniciativas o movimento é capaz de formar uma rede de profissionais que, atuando voluntariamente, contribuem tanto para a divulgação das ações promovidas pelo movimento quanto para que estas cheguem aos diferentes segmentos da sociedade formando, segundo Gramsci (2006) os diferentes níveis de intelectuais.

Abaixo listamos algumas das ações promovidas pelo TPE que ilustram a importância da área de comunicação e como esta permite a capilarização do movimento. São elas:

De Olho nas Metas – relatório⁵⁰ anual que mensura e analisa o esforço do Brasil, dos estados e dos municípios para as que 5 Metas sejam cumpridas.

Pesquisas - identificação e promoção dos estudos necessários para o aperfeiçoamento dos diagnósticos e das políticas públicas.

Educação em Pauta- promoção de encontro periódicos entre especialistas e jornalistas sobre temas ligados à Educação para auxiliar e incentivar a cobertura jornalística da área.

Boletim Notícias TPE – elaboração e envio de boletim com reportagens e sugestões de pautas geradas pelo movimento.

Boletim Educação na Mídia – envio de clipping diário com notícias sobre Educação Básica publicadas nos principais veículos de comunicação do País.

No Ar: Todos Pela Educação – distribuição mensal de kit com conteúdo editorial gravado para cerca de 2,5 mil radialistas do Brasil, apoiando uma rede de radialistas comprometidos com a Educação.

Campanhas publicitárias – parceria permanente com agências e diversos veículos de comunicação de todo o País para divulgação de campanhas publicitárias focadas em Educação de qualidade para todos.

Site institucional e redes sociais – atualização diária de conteúdo desse portal e de nossas redes sociais com o objetivo de disseminar informações e mobilizar a sociedade pela melhora da Educação Básica.

Observatório do PNE – iniciativa de vinte organizações⁵¹ ligadas à Educação sob a coordenação do TPE, é uma plataforma online que traz o monitoramento das metas do Plano

⁵⁰ Relatório:Disponível

em:[http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/educacao_debate_completo_\(1\).pdf](http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/educacao_debate_completo_(1).pdf). Acesso e 16 de março de 2014.

⁵¹ São elas: Capes, Cenpec, Comunidade Educativa Cedac, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho/Canal Futura, Fundação Santillana, Fundação Victor Civita, Instituto Avisa Lá, Instituto Natura, Instituto Paulo Montenegro, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Unibanco, Ipea, Mais Diferenças, SBPC, Todos Pela Educação, UNESCO e Unicef. O desenvolvimento da plataforma contou com o apoio do BID. Disponível em:<<http://www.observatoriodopne.org.br/sobre-observatorio>>. Acesso em 20 de maio de 2014.

Nacional de Educação (PNE) e de suas respectivas estratégias. Reúne indicadores, análise, informações sobre políticas públicas em vigor, estudos, pesquisas e notícias.

Grupos de assessoramento – coordenação de grupos de assessoramento sobre importantes temas da Educação, formando uma rede de parceiros da iniciativa privada, do poder público e da sociedade civil comprometida com o cumprimento das 5 Metas.

Articulações políticas e institucionais – promoção do alinhamento em torno das Metas, Bandeiras e Atitudes, das ações, projetos e programas dos poderes executivo, legislativo e do sistema de justiça, bem como de investimento social privado, para que os resultados possam ser acelerados.

A utilização da mídia é elemento estratégico para a divulgação das ideias propagadas pelo movimento TPE, emissoras de TV e rádio são utilizadas para publicarem as ações realizadas pelo movimento com intuito de legitimá-las e torná-las hegemônicas.

O discurso apelativo que busca convocar a todos para o envolvimento voluntário com a educação, desloca o sentido da luta do campo do enfrentamento pela efetivação dos direitos garantido na Constituição de 1988, para o campo da "boa vontade". Esta ação ganha capilaridade quando se legitima enquanto políticas de governo, sem que haja o questionamento de que, a qualidade da educação não pode depender do sentimento de paixão dos que nela estão envolvidos.

A sutil transposição do campo do enfrentamento para o da "boa vontade" é uma forte elemento utilizado pelo empresariado. A fala de Villela ao referir-se ao cumprimento das 5 metas estipuladas pelo Compromisso Todos pela Educação deixa claro esse pensamento. Segundo Villela o atingimento dessas metas "exigirá de todos os brasileiros paixão pelo tema, esforço concentrado e cooperação entre organizações da sociedade civil, empresas e governos." Para Saviani, referindo-se ao mesmo artigo, Milú Villela

(...) deixa transparecer a tendência dominante entre os empresários de considerar a educação como uma questão de boa vontade e de filantropia, que seria resolvida pelo voluntariado, ficando subjacente os interesses mais específicos que alimentam o desejo de ajustar os processos formativos às demandas de mão-de-obra e aos perfis de consumidores postos pelas próprias empresas." (SAVIANI,2007,p.22)

A fala de Saviani (2007) relata que o discurso promovido, propagado e legitimado enquanto política pública trazendo o slogan de "educação de qualidade" e "todos pela educação" objetiva atender o interesses de moldar o sistema de ensino para atender as demandas do mercado. O sentido de Todos pela Educação não condiz com a ideia de uma educação para todos, muito pelo contrário, o que observamos com o TPE é uma restrita formação humana para a classe trabalhadora conduzida pela classe empresarial (MARTINS, 2009).

3.4 PARCEIRO E MANTENEDORES DO TPE

O TPE conta com uma grande estrutura entre mantenedores e parceiros, estrutura essa que possibilita não apenas o desenvolvimento do projeto, mas corrobora para a divulgação de suas ações nos meios de comunicação. Dentre a lista de mantenedores estão: DPASCHOAL; Fundação Bradesco; Fundação Itaú- Itaú Social; Telefônica Vivo- Fundação Telefônica; Gerdau; Instituto Camargo Correia; Instituto Unibanco; Itaú BBA; Santander; Suzano Papel e Celulose; Fundação Lemann; Instituto Península.

É interessante observamos os diferentes segmentos de empresas que compõem esta lista e mantenedores e suas respectivas áreas, algumas dispensarão qualquer tipo de comentário, pois já são bem conhecidas e divulgadas na mídia televisiva, para outras daremos um pouco mais de atenção.

Uma das grande empresas que compõem o conglomerado de parceiros é a DPASCHOAL, considerada um dos maiores centros automotivos do Brasil com atuação desde 1949. No ano de 1989 a empresa cria a Fundação Educar DPASCHOAL, fundamentada na lógica do que as empresas chamam de "Responsabilidade Social". De acordo com informações disponibilizadas no site, a criação do instituto tem por objetivo promover "a educação cidadã como estratégia de transformação social, desenvolvendo projetos que trabalham o protagonismo juvenil, empreendedorismo universitário e incentivo à leitura⁵²."

Outro mantenedor do TPE é o grupo Gerdau, empresa do ramo de aços longos considerada líder nesse segmento nas Américas. Também voltando-se para a linha da

⁵² Disponível em: <http://institucional.dpaschoal.com.br/SitePages/grupo-dpaschoal.aspx>

"Responsabilidade Social" a empresa criou no ano de 2005 o Instituto Gerdau⁵³ que descreve enquanto objetivo

"(...) a realização de programas sociais junto às suas comunidades, cadeias de negócio e parceiros estratégicos da sociedade, utilizando o voluntariado organizado como agente transformador e buscando o desenvolvimento sustentável. Essas atividades são orientadas por três focos específicos de atuação: Educação, Mobilização Solidária e Gestão e Qualidade."

Em seu site a empresa ainda informa que no ano de 2011 destinou R\$ 61 milhões a projetos de responsabilidade social contando com a ação de 9,5 mil voluntários colaboradores além de intensificar cada vez mais sua ação de mobilizar outros setores da sociedade.

Ainda na lista dos mantenedores do TPE temos o Instituto Camargo Corrêa, que faz parte do grupo Camargo Corrêa, fundado no ano de 1939. De acordo com informações disponibilizadas em seu site⁵⁴, após longos anos a marca se tornou referência em diversos setores da economia brasileira como "engenharia e construção, concessões de energia e de transporte e mobilidade urbana, cimento, indústria naval offshore, incorporação imobiliária, e na gestão de marcas consagradas no segmento de vestuário e calçados." Seu Instituto, criado no ano 2000, passa por algumas reformulações em sua linha de atuação, desde 2007. O que antes era voltado para o desenvolvimento pessoal e social de famílias consideradas de baixa renda passa a ter como foco o "desenvolvimento comunitário, por meio da execução de programas voltados para a primeira infância, educação e geração de renda, prioritariamente nas cidades onde as unidades de negócio do grupo estão presentes"⁵⁵.

Outra grande empresa que compõe a lista do TPE é a Suzano Papel Celulose que atua no segmento de celulose de eucalipto há 90 anos. Em seu site⁵⁶ encontramos informações de que a empresa promove ações educacionais e culturais nas comunidades onde atua com o intuito de potencializar o capital sociais dos sujeitos envolvidos. A empresa é também a mantenedora do Instituto Ecofuturo fundado em 1999 e qualificado como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), este conta com a parceria

⁵³ Disponível em: <<https://www.gerdau.com.br/meio-ambiente-e-sociedade/sociedade-investimento-social.aspx>>. Acesso em 14 de março de 2004.

⁵⁴ Disponível em :< <http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/grupo/grupo-camargo-correa.html>>. Acesso em 14 de março de 2004.

⁵⁵ Disponível em :< <http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/grupo/grupo-camargo-correa.html>>.

⁵⁶ Disponível:<http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/quem-somos.htm>.

governamental do Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e do Ministério do Meio Ambiente.

Citando o exemplo de mais duas grandes empresas mantenedoras do TPE, que passaram a investir fortemente no campo da "Responsabilidade Social" temos ainda a Fundação Lemann e o Instituto Península. A Fundação Paulo Lemann se intitula enquanto uma organização sem fins lucrativos criada pelo empresário Jorge Paulo Lemann⁵⁷ no ano de 2002. De acordo com a fundação, seus objetivos são contribuir "para melhorar a qualidade do aprendizado dos alunos brasileiros e formar uma rede de líderes transformadores (...)"⁵⁸. Paulo Lemam ainda é cofundador da Fundação Estudar que se define enquanto uma "instituição sem fins lucrativos que apoia a formação de jovens brasileiros de alto potencial que inspiram e contribuem para transformar o Brasil (...)"⁵⁹.

Por último temos o Instituto Península, criado no ano de 2010 pela família Abilio Diniz que descreve como objetivo

"canalizar em uma única frente o investimento social dos membros da família Abilio Diniz. Desta forma, recursos e esforços são potencializados em prol de uma causa que interessa e mobiliza a todos: a qualidade da educação com foco na formação do professor."⁶⁰

O que chama a atenção é que cada uma das instituições citadas possuem diversos outros parceiros que por sua vez também realizam parcerias com outras instituições, como é o caso da Fundação Lemann, por exemplo. Esta é uma das mantenedoras do TPE e dentre as instituições que lhes são parceiras encontramos o Instituto Península e o Itaú BBA que por sua vez também são os mantenedores do TPE.

Vemos aqui a rede empresarial se articulando em prol de objetivos bem traçados, influenciando diretamente no campo educacional dentro e fora de suas instituições, promovendo o que denominam de ações educativas nas comunidades onde estão inseridas,

⁵⁷ Lemann é considerado, pela Forbes, o empresário mais rico do Brasil, no ano passado fechou com a Warren Buffett (a compra da Heinz) o maior negócio de alimentos do mundo. É ainda acionista da Burger King e da Ambev, além de ser cofundador da Fundação Estudar.

⁵⁸ Disponível em: < <http://www.fundacaolemann.org.br/quem-somos/#sobre> > Acesso em 12 de abril de 2014.

⁵⁹ Disponível em: < <http://www.estudar.org.br/institucional/quem-somos> >. Acesso em 15 de abril de 2014.

⁶⁰ Disponível: <<http://www.institutopeninsula.org.br/instituto>> Acesso em 15 de abril de 2014.

bem como assumindo a co-responsabilidade de definirem junto aos governantes os rumos da educação brasileira, como ocorreu com a elaboração do PDE.

Esse grupo de empresários, enquanto intelectuais orgânicos a serviço do capital, possuem capacidade técnica para organizarem as massas de maneira que estas passem a confirmar nas ações promovidas por eles (GRAMSCI,2006). Esse trabalho pode ser visto na capilaridade das ações produzidas pelo movimento TPE, que vai desde a produção de materiais⁶¹, como vimos acima, bem como através das fortes campanhas publicitárias.

Ainda em relação as empresas, podemos observar que as ações destinadas a área da "responsabilidade social" surgem, não por acaso, no final da década de 1990 e início dos anos 2000 período de rearranjo do sistema capitalista no âmbito mundial e de constituição de um novo padrão de sociabilidade dos sujeitos.

A utilização de aspas no termo responsabilidade social se dá por compreendermos, assim como Souza (2013), que a lógica que sustenta uma empresa privada no seio de um sistema econômico capitalista se baseia na apropriação privada do fruto do trabalho coletivo, bem como na acumulação de capital, desta forma se torna contraditório a seus princípios privados, a ideia de responsabilidade social por parte das empresas. Sendo assim, por negarmos a possibilidade histórica de haver responsabilidade social de empresas na sociedade capitalista, optamos também por utilizar, a expressão entre aspas.

Se negamos a possibilidade de ações de responsabilidade social imersas em um modelo de sociedade econômico capitalista, como compreender a razão pela qual diversas empresas, como as citadas anteriormente, passam a investir em tal área? Para isso é importante sabermos, o que estamos compreendendo por papel a ser desempenhado por uma empresa. Souza (2013) explicita duas concepções aparentemente divergentes sobre qual seria o papel, as atribuições a serem desempenhadas por uma empresa. Segundo a autora (2013), para alguns pensadores do campo da teoria da administração social, por exemplo, Milton Friedmam, a função de uma empresa privada se dá pela primazia da geração de lucro para

⁶¹ Como vimos nas páginas 50 e 51 dentre os materiais estão: Boletins com reportagens e clipping diário sobre Educação Básica.

seus proprietários, porém, outras concepções defendem o envolvimento das empresas com as questões sociais.

Tais concepções poderiam, em um primeiro momento, ser vistas como antagônicas, na medida em que uma se preocupam com o lucro e a outra, supostamente com as questões sociais, porém o que Souza (2013) evidencia são as ações de "responsabilidade social da empresa" ("RSE") vinculadas ao interesse pelo aumento de acúmulo de capitais.

É na década de 1990 que ocorre mundialmente o fortalecimento da concepção e "RSE", o que precisa ser analisado levando em conta todo o processo mundial de reestruturação produtiva. O empresariado passa a investir na "RSE" não impelido pelo sentimento de caridade ou amor ao próximo, mas por identificar nessa área um caminho para assegurar a boa imagem da empresa, visto que esta imagem interfere diretamente de forma positiva ou negativa em seu capital. Outro elemento que não pode ser desconsiderado é a forte atuação deste segmento no campo educacional a partir das ações de "RSE".

É importante considerarmos os condicionantes históricos para compreendermos os caminhos e as estratégias utilizados para a expansão do capital, de maneira a não incorremos no erro de considerar simplesmente o empresariado enquanto vilão, mas compreender que este está inserido em um sistema que tem por premissa a obtenção de lucro.

Considerando o contexto da reestruturação produtiva do capital, bem como do emergir das políticas neoliberais no Brasil desde o final da década de 1970, observa-se um movimento de cunho internacional que objetiva a ressignificação no padrão de sociabilidade. É ainda nesse mesmo contexto, sob orientação dos organismos internacionais e com interesses bem definidos do empresariado nacional que se fomenta e propaga no Brasil o desenvolvimento da prática do trabalho voluntário tanto através de projetos desenvolvidos a partir de ações de "RSE", quanto via política governamental.

A ressignificação do conceito de desenvolvimento social, por parte dos organismos internacionais na década de 1980- como veremos a frente- provoca/propõe uma outra forma de intervenção na questão social. Se pensarmos o contexto brasileiro na década de 1990, período de redemocratização do país vamos observar o grande movimento via governo, empresariado e organismos internacionais na formulação de um novo padrão de sociabilidade. Fontes (2008) aponta que desde a década de 1970 já era possível observar o campo da luta

contra-hegemônico perder espaço para uma intervenção fragmentada, pontual e menos radical na sociedade. As organizações coletivas fundamentadas na luta de classes vão sendo substituída por ações individualizadas com pautas variadas. A autora ainda identifica que nesse período ampliava-se nos países centrais, o fomento a ações de "cunho filantrópico, voltadas para os "pobres do mundo", apoiadas no 'benevolato' ou no trabalho voluntário (...)".(FONTES,2008,p;200).

As ações que fomentam a lógica do trabalho voluntário, da colaboração, da parceria se intensificam na década de 1990, mas é só em 1998 que o ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso sanciona a lei lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre o serviço voluntário. É também na mesma conjuntura que se redefine o conceito de capital social, muito utilizado nos discursos que convocam a população para participar de ações voluntárias.

O estímulo a prática de ações individuais pautadas na lógica do trabalho voluntário passa a ser o novo modelo de sociabilidade, de relação entre sociedade civil e Estado a ser construído. Os discursos e as ações que fomentam a colaboração dos sujeitos por meio da boa vontade, da caridade e do amor ao próximo trabalham na ressignificação do conceito de cidadania, que a partir da década de 1990 já não correspondia mais a organização da luta coletiva pela conquista de direitos, como ocorrido ao longo do período da redemocratização do país. É extremamente funcional a lógica do capital que os sujeitos passem a colaborar pacificamente acreditando ser responsabilidade de cada um a "melhora" da qualidade da educação brasileira.

Em relação ao conceito de capital social, este foi inicialmente sistematizado por Pierre Bourdieu e estava diretamente "associado a noção de 'estratégias', já que são elas que constroem a rede de ligações como investimento-consciente ou não- orientado para a reprodução de relações sociais imediatamente utilizáveis" (NEVES; PRONKO, MENDONÇA, 2009,p.79). Porém, este foi ressignificado a partir da segunda metade da década de 1990, quando os organismos internacionais passam a "incorporá-lo à sua estratégia de desenvolvimento social para os anos iniciais do século XXI". (NEVES; PRONKO, MENDONÇA,2009,p.79).

Para as autoras, essa estratégia dos organismos internacionais utiliza a ressignificação do conceito, para promover a ideia da consciência da responsabilidade coletiva, porém atuando no fortalecimento do campo da subjetividade, " a partir de práticas democráticas baseadas no voluntariado e na concertação social" (NEVES; PRONKO, MENDONÇA,2009,p.81). A ideia da responsabilidade coletiva e do exercício da democracia agora volta-se para o campo da subjetividade, da inserção dos sujeitos em uma atuação pacífica onde cada um voluntariamente contribuirá fazendo a sua parte, doando o seu "capital social" impelido pelo sentimento de amor pela educação, como visto anteriormente na fala de Villela.

Ainda segundo as autoras, esta estratégia dos organismos internacionais contribuiu/contribui para a manutenção das relações sociais capitalistas com o agravante da ressignificação do sentido da luta, na medida em que propaga e educa a população a respeito de uma nova forma de sociabilidade.

É importante atentarmos para o amplo movimento produzido dentro e fora do país com o objetivo de legitimar uma nova forma de relação entre Estado e sociedade civil. Como já apontado por Neves; Pronko e Mendonça (2009) é preciso considerar todo o movimento realizado pelos organismos internacionais com a intenção de propagar um novo modelo de desenvolvimento social, movimento este que deslegitima e invisibiliza as conquistas sociais pautadas obtidas a partir das lutas e busca legitimar uma nova lógica pautada na colaboração passiva entre os diferentes segmentos da sociedade, cada um contribuindo com a sua bagagem de capital social. Para Neves; Pronko e Mendonça:

O desenvolvimento de políticas sociais na América Latina e no Brasil nos anos 2000, inspiradas na utilização deste conceito, vem-se constituindo em instrumento de apassivamento dos movimentos sociais, pela conversão da sociedade civil de espaço de confronto a espaço de colaboração. Elas são executadas diretamente pelos órgãos governamentais e indiretamente pelos variados parceiros na sociedade civil, notadamente, os empresários nacionais e transnacionais, as igrejas e, até mesmo, parcelas da classe trabalhadora. "(NEVES;PRONKO,MENDONÇA,2009,p.81-82)

Para Martins (2009) e Neves (2008) o objetivo do empresariado no âmbito educacional além de elaborar um determinado modelo de educação para a formação da classe trabalhadora dita também, regras de postura e comportamento criando novas formas de sociabilidade.

Martins (2009) aponta para o fato de que a inserção do empresariado no campo educacional não se constitui em um dado novo, porém, a criação de um organismo com objetivo bem definidos a respeito da elaboração dos rumos da educação no país e "o discurso de que tal iniciativa refere-se a um projeto de nação em nome do bem- comum exigem reflexões." (MARTINS, 2009,24).

Até o momento pudemos observar de forma mais ampla o movimento realizado por empresariado e governo na formulação das políticas públicas educacionais. Vimos também que essa formulação não se restringe apenas a influências internas, mas conta com a parceria dos organismos internacionais que, desde a década de 1990, atuam na redefinição do conceito de desenvolvimento social.

No capítulo III abordaremos a implementação de um plano governamental conhecido como Mobilização Social Pela Educação lançado no ano de 2008 enquanto uma das ações estratégicas do Ministério da Educação para colocar em prática as 28 diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Analisaremos o fomento e a propagação da prática do trabalho voluntário via ação governamental, ou seja, se até o momento observamos o esforço do empresariado na formação de um novo padrão de sociabilidade da classe trabalhadora, veremos o quanto as ações governamentais atuam organicamente para atingir o mesmo objetivo.

4 PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO: CONQUISTANDO CORAÇÕES E MENTES PARA UMA EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO CAPITAL

Em maio de 2008, um ano após o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e da promulgação do Decreto 6094 que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Plano de Mobilização Social pela Educação (PMSE)⁶². O PMSE⁶³ promoveu a releitura das diretrizes propostas pelo PDE - diretrizes voltadas para as escolas- de maneira que fosse possível, através do trabalho voluntário dos mobilizadores, transmiti-las as famílias e comunidades.

A Mobilização Social se define enquanto um chamado do Ministério da Educação (MEC) à sociedade para o exercício do trabalho voluntário com intuito de mobilizar famílias, comunidade escolar e outros segmentos da sociedade para contribuírem com a "melhoria" da qualidade da educação brasileira. Ela se expressa enquanto "uma orientação"⁶⁴ e um incentivo às lideranças sociais para a realização de ações pautadas pelo Diálogo com os públicos de interesse sobre a importância da educação." Segundo o plano é através do diálogo que deve ser "despertada a consciência das pessoas sobre o compromisso social na afirmação do direito de todos os brasileiros à educação de qualidade", bem como enfatizar "o papel de cada um como protagonista dessa agenda que deve envolver amigos, vizinhos, parentes e membros de associação de moradores, entre outros sujeitos".

Para que haja a expansão da divulgação e adesão do Plano, o documento ainda destaca que o plano deve ser expandido para

Representantes de secretarias estaduais e municipais de Educação e das escolas de suas redes; membros de conselhos – tutelares, estaduais e municipais de Educação, da Criança e do Adolescente; além de titulares do Ministério Público e interessados em aproximar família e escola (...). As iniciativas devem envolver, também, empregados e colaboradores de empresas, membros de igrejas e de associações

⁶² Disponível em:<<http://mse.mec.gov.br/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

⁶³ É neste documento que tem por nome "*Plano de Mobilização Social pela Educação*", que estão as diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), bem como a forma como elas devem ser trabalhadas com as famílias. O plano está disponível na página do PMSE, no seguinte endereço:<<http://mse.mec.gov.br/index.php/materiais-de-mobilizacao>>. Acesso em 13 de julho de 2014.

⁶⁴ Mais que uma orientação, veremos na análise de um dos documentos sugeridos para a mobilização das famílias (power point), como a estrutura é fechada e não propicia a problematização das questões pertinentes a educação.

comunitárias e de bairros, pastores, padres, associados de entidades de trabalhadores e integrantes das comunidades alcançadas pelo trabalho destas entidades. Devem ter como alvo, ainda, membros de organizações não governamentais (ONGs) e de entidades de representação, além de técnicos que atuam em programas governamentais voltados ao atendimento às famílias, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Programa de Saúde da Família (PSF).

A análise de todo o plano foi realizada a partir das informações disponibilizadas no site da Mobilização Social pela Educação⁶⁵ e no Blog da Mobilização⁶⁶. Em ambos é possível ter acesso a estrutura do plano, aos materiais para a sua implementação, como também obter informações sobre as mobilizações nos diferentes estados.

Esta análise não poderia ser realizada sem que fosse considerada a conjuntura política e econômica que antecedeu o plano bem como a que ele foi lançado, de maneira que, pudéssemos compreender a quais interesses atende a sua implementação. Para isso veremos no próximo item a conjuntura que antecedeu a implementação do plano.

4.1 A CONJUNTURA QUE ANTECEDE O PLANO

A expansão ao fomento do trabalho voluntário no Brasil dos anos de 1990, propícia a reestruturação produtiva do capital, já apontava para a necessidade da formação de uma nova sociabilidade, de uma formação ético-política, o que vimos no capítulo dois. O lançamento de um plano governamental no ano de 2008, via Ministério da Educação, convidando a sociedade civil para o exercício do trabalho voluntário nos mostra o quanto as ações governamentais são orientadas pelos interesses do setor privado em prol do atendimento da lógica do capital.

Dessa forma, um plano governamental que toma como foco a educação, produzindo materiais com objetivo de orientar famílias e comunidades, a partir de uma determinada concepção de voluntariado, demonstra o que podemos chamar de, o Estado desenvolvendo o seu papel educador, (GRAMSCI, 2007) atuando na formação dos sujeitos, convencendo-os a agir pautados em determinada concepção de mundo.

⁶⁵ Disponível em:< <http://mse.mec.gov.br/index.php/o-plano-de-mobilizacao-social-pela-educacao>>. Acesso em 23 de janeiro de 2014.

⁶⁶ Disponível em:< <http://familiaeducadora.blogspot.com.br/>>. Acesso em 23 de janeiro de 2014.

Tanto os materiais disponibilizados para a orientação das famílias⁶⁷, quanto os slides⁶⁸ disponíveis aos mobilizadores- responsáveis pela mobilização das famílias-, almejam destacar não apenas a importância do envolvimento de todos com a concepção de educação que propagam, mas principalmente ditar a forma como as pessoas devem se envolver nesta área. O que queremos dizer é que um plano governamental como o PMSE atua diretamente na formação ético-política dos sujeitos, educando-os e dizendo qual é a maneira correta - segundo a concepção nele contida- de se contribuir para a "melhoria" da qualidade da educação brasileira.

Dessa maneira vemos que o papel desenvolvido pelo Estado na educação das massas não se dá apenas pela coerção, mas também por via da forte produção de consenso, educando a população não apenas a acreditar em determinada concepção de mundo, de educação, mas a colaborar para a produção desta realidade.

Ainda que a implementação do PMSE tenha ocorrido apenas em 2008, como já apontamos, desde a década de 1990, no Brasil, já ocorria uma grande expansão ao fomento da lógica do trabalho voluntário Bonfim (2010). Essa expansão, fundamentada na ideia de que é necessário o envolvimento de todos- aqui destacamos especificamente na área da educação- propõe que os sujeitos colaborem para manter vigente a concepção de educação hegemônica, a que, como já vimos no capítulo anterior, atende muito bem aos interesses do capital.

O trabalho voluntário que não é refletido criticamente atenderá com facilidade aos interesses do capital, ocultando a luta de classes, e ampliando a ideia de uma colaboração fragmentada e individualizada.

Fontes (2008) já apontava para o fato de que, desde a década de 1980 no Brasil, a luta de classes estava sendo transformada em militância filantrópica, onde a luta central entre capital x trabalho perdia espaço para ações fragmentadas. A autora identificou que tal fato se dava principalmente pelo crescimento de entidades associativas empresariais que realizavam

⁶⁷ Cartilha produzida pelo Ministério da Educação. - Acompanhem a vida escolar dos seus filhos. Disponível em: < <http://mse.mec.gov.br/images/stories/pdf/cartilhaziraldovisualizacao.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2014.

⁶⁸ Material produzido pelo Ministério da Educação. Disponível em: < <http://mse.mec.gov.br/index.php/dicas-para-mobilizar>>. Acesso em 10 de junho de 2014.

"assessorias a movimento populares", bem como com a proliferação das organizações não governamentais⁶⁹.

Ainda em relação as organizações não governamentais, Fontes (2008) identificou enquanto estratégico a utilização da expressão "não governamental", apropriada por determinado segmento da "sociedade civil", na medida em que o país saía recentemente de um período de 20 anos de ditadura militar. Esse discurso anti-Estado alimentava uma suposta dicotomia entre Estado e sociedade civil como se de um lado estivesse a sociedade civil organizada, representada pela classe trabalhadora que, em tese, seria responsável pela luta que a emanciparia do domínio do Estado, e do outro lado estivesse o Estado, representando apenas os interesses da burguesia, de forma a assegurar não somente a perpetuação dessa classe no poder, como garantir que seus interesses fossem plenamente atendidos. Para Neves (2005,p.87)

(...) essa visão dicotômica tem impedido uma percepção da sociedade civil também como locus importante de consolidação da hegemonia da burguesia brasileira (...), ou seja, espaço privilegiado de consolidação de uma pedagogia da hegemonia.

O não reconhecimento da sociedade civil enquanto espaço de luta, nos impede de perceber que escolas, mídia, movimento sociais, são também arenas de luta. Com a proliferação do discurso da parceria, da colaboração, da ajuda mútua, estes espaços acabam sendo mais eficazes para a propagação de consensos do que enquanto espaços de reflexão crítica a respeito dos processos que acentuam a produção da questão social, por exemplo. Para Fontes (2008,p.197), a não identificação da relação entre Estado e sociedade civil "dificultava a coesão necessária para a realização de lutas universalizantes, cuja viabilidade depende fortemente de uma estreita correlação entre os diferentes aparelhos privados de contra-hegemonia".

Se na década de 1980 a propagação do discurso anti- Estado, que de certa maneira promove a suposta dicotomia entre Estado e sociedade ainda era forte, levando em

⁶⁹ A autora aponta ainda em seu texto para o aspectos da mercantilização da filantropia, assunto do qual não iremos abordar, mas que poderá ser visto com riqueza de detalhes em Fontes (2008). Importante lembrar também que a criação dessas instituições não estão desvinculada das estratégias de reestruturação do capital.

consideração a conjuntura política e econômica, na década de 1990, mesmo com a intensa proliferação das Ongs, esse discurso se transforma.

Com a implementação do Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL,1995), o discurso ante-Estado sutilmente vai perdendo espaço para o discurso da parceria entre Estado e sociedade. A redução do papel do Estado de executor e prestador de bens e serviços para "regulador e provedor ou promotor destes" (BRASIL,1995,p.13) promove a chamada "publicização", ou seja, a transferência das áreas de educação e saúde, por exemplo, para o setor público não-estatal. É nesse contexto que ocorre a "(...) elaboração das Leis das Organizações Sociais (OS)⁷⁰ de 1998, da Lei do Voluntariado, em 1998⁷¹, e a Lei das Organizações da Sociedade Civil de interesse Público⁷² (Oscips). Para Montañó, a parceria entre

"(...) Estado e as "organizações sociais" (instituída mediante a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999), mais do que um estímulo estatal para a ação cidadã, representa desresponsabilização do Estado da resposta à "questão social" e sua transferência para o setor privado (privatização), seja para fins privados (visando lucro), seja para fins públicos." (MONTAÑO,2010,p.47)

Como vemos o discurso anti- Estado cede espaço para o discurso do estímulo a ação cidadã, a parceria entre público e privado, a colaboração, ao envolvimento de todos os segmentos da sociedade com a questão social , com isso, empresariado e governo, ambos com ações que fomentam o trabalho voluntário vão formando ético- politicamente a sociedade de forma que ela atue cada vez mais para atender aos interesses do capital.

A forma como se estrutura o PMSE nos revela qual o direcionamento político dado a ação do voluntário e a quais interesses ele está atendendo. No próximo item veremos como se estrutura o plano de que forma se dá a formação dos mobilizadores, os intelectuais orgânicos que atuam voluntariamente a serviço do capital.

⁷⁰ Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm>. Acesso em 10 de junho de 2014.

⁷¹ Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em 10 de junho de 2014.

⁷² Lei no 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em 10 de junho de 2014.

4.2 A MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO

O que é a Mobilização Social pela Educação? Essa é a pergunta com a qual nos deparamos ao acessarmos a página inicial da Mobilização Social pela Educação. Segundo o documento, a mobilização é o “o chamado do Ministério da Educação (MEC) à sociedade para o trabalho voluntário de mobilização das famílias e da comunidade pela melhoria da qualidade da educação brasileira.” O mesmo documento ainda aponta para a necessidade da educação pública ser ofertada com "qualidade" em todas as escolas do país, de maneira que a sociedade passe a “incorporar a educação como valor social e se mobilizar para que todos e cada um dos brasileiros tenham educação de qualidade”.

No Blog da Mobilização Social pela Educação encontramos os cinco itens que fazem parte de sua estrutura, são eles: Foco da Mobilização, Prioridades para a Mobilização, Lógica da Mobilização, Estratégia da Mobilização e Instrumentos da Mobilização.

O primeiro item aponta três frentes enquanto foco da mobilização, são eles: a família, destacando “pais, mães e responsáveis por alunos das escolas públicas da educação básica”; os conselhos escolares e por fim a escola, na figura dos “diretores, professores, coordenadores, demais profissionais”.

O segundo item apresenta as áreas que deverão ser priorizadas na mobilização. Dessa forma destaca as comunidades localizadas “no entorno de escolas com os mais baixos IDEB”, bem como municípios e periferias das capitais e grandes cidades que também apresentam baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

O texto que explica a Lógica da Mobilização, destaca que ela resulta da “leitura das diretrizes do Plano de Metas do PDE” e que seus atores-chave- termo utilizado no documento do site- são as “lideranças dos diversos segmentos sociais e voluntários (mobilizadores)”, como mostra a figura abaixo:

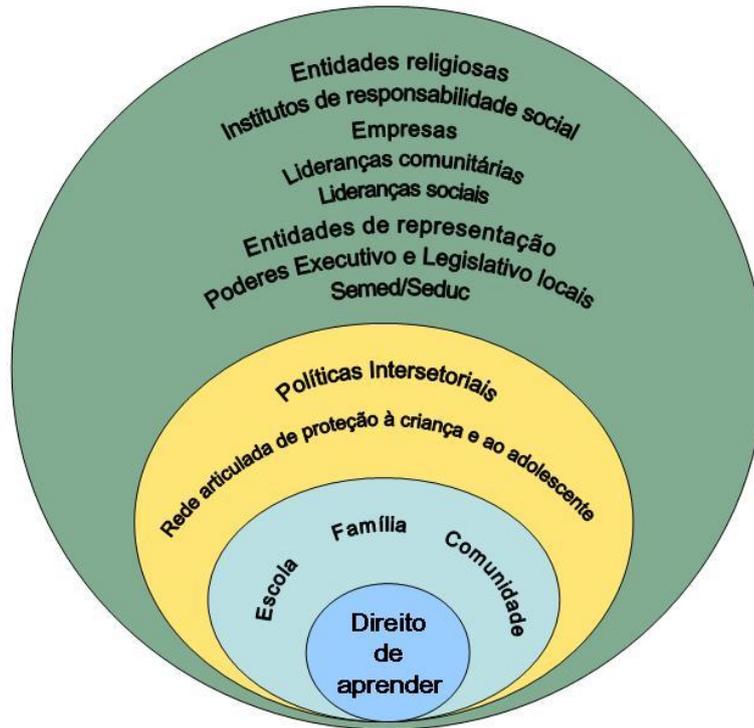


Figura 1: Lógica da Mobilização

Fonte: Blog da Mobilização Social pela Educação

Ao referir-se ao público a ser mobilizado o documento destaca que o foco da mobilização são: “famílias e comunidade, escolas e conselhos escolares, órgãos de controle e proteção à criança e ao adolescente”.

O quinto e último item se refere aos materiais que poderão ser utilizados durante as mobilizações, são eles⁷³: filipeta, marcador de página, adesivos, banner, cartaz, Plano de Mobilização Social pela Educação, Plano de Mobilização de Igrejas Cristãs pela Educação, folheto e cartilha.

Além de todos os materiais disponibilizados no site da Mobilização Social pela Educação, o mobilizador ainda tem acesso ao "Banco de Boas Práticas de Mobilização Social pela Educação". O plano define o Banco enquanto um "sistema de busca que facilita o acesso a informações sobre experiências bem sucedidas de incentivo à interação família-escola-

⁷³ Todos esses materiais estão disponibilizados no site da mobilização tanto para versão digital quanto para impressão. Disponível em: <<http://mse.mec.gov.br/index.php/materiais-de-mobilizacao>>. Acesso em 11 de junho de 2014.

comunidade promovidas por voluntários individuais, grupos de mobilizadores e demais parceiros do Plano". O Banco se constitui em um acervo de "boas práticas", definidas enquanto ações de fácil aplicação que podem ser desenvolvidas por diferentes segmentos como os "Comitês de Mobilização; representantes de instituições religiosas, entidades do terceiro setor e empresas; voluntários individuais; titulares e demais membros de secretarias de Educação; e profissionais que atuam nas escolas."

As ações realizadas por estes diferentes segmentos, de acordo com o Plano, almejam estimular a participação de famílias e comunidade no desenvolvimento de ações que contribuam para a "melhoria da qualidade" da educação brasileira. De acordo com o plano os "relatos contidos no Banco de Boas Práticas Mobilização Social pela Educação podem inspirar mobilizadores de todo o País na replicação dessas experiências em suas comunidades, com as devidas adaptações, de modo a chamar a atenção da sociedade para o compromisso de todos e cada um dos brasileiros com a garantia da qualidade da educação."⁷⁴

As cinco ações descritas acima mostram como o PMSE se estrutura, tendo como fundamentos "os direitos humanos, a cidadania, a ética, a solidariedade, a inclusão e a tolerância". O plano destaca ainda que na educação, estes foram sistematizados em direitos e deveres das famílias, quanto aos direitos, enfatiza que todos os brasileiros tem o direito de aprender e ao tratar da relação dos direitos e deveres das famílias elenca os seguinte pontos:

- Todas as famílias e responsáveis pelas crianças e jovens têm o **direito** de reivindicar que a escola dê uma educação de qualidade para todos e cada um de seus alunos. As famílias podem e devem cobrar providências, medidas e ações para que isso ocorra.
- Todas as famílias e responsáveis pelas crianças e jovens têm o **dever** de ajudar a escola em casa, criando disciplina e rotina de estudos;
- Todas as famílias e responsáveis têm o **dever** de se aproximar da escola;
- As escolas **devem** aceitar e incentivar essa aproximação.

⁷⁴ Essa é a ideia de "boas práticas" definida pelo plano, para uma abordagem crítica ver definição de Pronko (2014) na nota de rodapé número 32.

O documento do plano ainda aponta que sua base é calcada na educação enquanto um direito e um dever da família e que suas diretrizes são as sínteses das "boas práticas" ⁷⁵.

Apesar de toda essa estrutura, o desenvolvimento do plano se dá a partir das mobilizações realizadas pelos voluntários e esta, está dividida em oito partes estratégicas, são elas⁷⁶:

- Abertura de novas frentes;
- Capacitação de mobilizadores em oficinas e definição de planos de ação;
- Capacitação de multiplicadores para formação de novos mobilizadores locais;
- Lançamentos do Plano de Mobilização;
- Criação de comitês de mobilização;
- Monitoramento das ações planejadas;
- Divulgação e disseminação das ações realizadas;
- Formação da rede de mobilizadores.

O trabalho dos voluntários - mais a frente os identificaremos enquanto mobilizadores - na mobilização das famílias é, segundo o plano, uma forma de contribuir para a melhoria da qualidade da educação já que esta ação se propõem à aproximar as famílias da escola.

As ações de mobilização das famílias são realizadas pelos mobilizadores, sujeitos que exercem papel de "(...) lideranças em suas áreas de atuação, e que se comprometem em atuar como voluntário (...)". De acordo com o plano esses sujeitos devem "ter algum tipo de interação e atuação junto às famílias" buscando convencê-las da importância de aderirem ao Plano.

Como alguns não são envolvidos com discussões pertinentes a área da educação, são realizadas Oficinas de Capacitação - demandada pelos mobilizadores⁷⁷- que segundo o documento, objetivam apresentar o PMSE e suas estratégias para a mobilização.

⁷⁵ Lembrando que as "boas práticas" são as ações encontradas em escolas onde os alunos possuem conceitos acima da média. Logo o estudo realizado em parceria com os organismos internacionais identificaram que essas "boas práticas" são os fatores que influenciam positivamente para o elevado conceito dos alunos.

⁷⁶ Disponível em: <http://familiaeducadora.blogspot.com.br/p/o-que-e-mobilizacao_23.html>. Acesso em: 21 de junho de 2014.

As Oficinas de capacitação dos mobilizadores são ministradas pelos representantes do PMSE no Ministério da Educação. Segundo as informações disponibilizadas no Blog da Mobilização Social pela Educação - postadas em 2014-, das doze Oficinas de Capacitação realizadas até o primeiro semestre de 2014, nove foram conduzidas por representantes do PMSE/MEC⁷⁸ e apenas três por mobilizadores que já haviam passado anteriormente pela capacitação.

De acordo com o plano, mobilizadores e multiplicadores exercem funções distintas. Segundo o documento, os multiplicadores⁷⁹ são "lideranças com capacidade para divulgar o plano, identificar e formar novos mobilizadores fazer mais parcerias e ampliar a abrangência espacial das ações". Já os mobilizadores são "lideranças locais e voluntários que trabalham diretamente com as famílias e comunidades, divulgando a importância de as famílias participarem da educação dos filhos, orientando-as sobre como fazê-lo e acompanhando-as de perto."

É nítida a diferença entre as duas funções, de acordo com o próprio texto: o multiplicador é o sujeito responsável por ministrar as oficinas de capacitação e apresentar toda a proposta do PMSE para os futuros mobilizadores. Já estes últimos atuarão diretamente

⁷⁷ Informação disponível no site da Mobilização Social pela Educação no item "Como implementar o plano". Disponível em: < <http://mse.mec.gov.br/index.php/o-plano-de-mobilizacao-social-pela-educacao>>. Acesso em 23 de junho de 2014.

⁷⁸ Segue a relação dos representantes por estados visitados: Paulo Ronaldo dos Santos Bragança (PA); Ivanete Oliveira dos Santos (coordenadora do PMSE/MEC) São Miguel do Gostoso (RN); Luiza Catarina de Sousa Carvalho São Lourenço do Sul (RS); Sérgio Benedito Maia esteve no Pará, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Rio Grande do Sul. Paulo Ronaldo dos Santos Rio Grande do Norte; Doris Cardoso Prudente Bertolino esteve na Bahia e Rio de Janeiro.

⁷⁹ Ainda que essas duas funções apareçam no documento do plano, não constatamos nas informações disponibilizadas no Blog, menção a nomenclatura de multiplicador, porém a especificidade de sua função – formar os mobilizadores- é realizada pelos representantes do PMSE no MEC, daí compreendemos que tais sujeitos exercem o papel de multiplicador.

com as famílias, transmitindo⁸⁰ as informações que receberam durante a oficina de capacitação⁸¹.

A estrutura do PMSE, exerce função semelhante ao que Gramsci identificou enquanto partido político, "local" onde as vontades são aglomeradas e transformadas em coletivas. Segundo Gramsci (1984) três elementos são necessários para a formação de um partido. O primeiro é ter a presença de homens comuns, disciplinados e fieis aos ideais propostos, o segundo é o que o autor chamou de "elemento de coesão principal que centraliza no campo nacional e torna eficiente um conjunto de forças dispersas" e por último, o elemento articulador que possibilite o contato não apenas físico, mas moral e intelectual do primeiro com o segundo.

Se transpusermos essa estrutura para a forma organizacional do PMSE veremos que o primeiro elemento, descrito como "homens comuns" são as famílias e comunidades a serem mobilizadas, o segundo elemento, centralizador e responsável pela coesão nacional seria o Ministério da Educação e por fim, o terceiro e último elemento, responsável por fazer a articulação moral e intelectual dos "homens comuns" com a concepção de educação e de voluntariado propagada pelo MEC seriam os mobilizadores e multiplicadores. Ainda que os multiplicadores não entrem em contato com as famílias eles são responsáveis pela capacitação dos mobilizadores, por realizar a articulação moral e intelectual destes voluntários com os ideais propagados pelo MEC⁸².

⁸⁰ Entendemos que a função do mobilizador é transmitir as famílias, bem como a todo o público a ser mobilizado, as informações que obteve a partir da Oficina de Capacitação e dos materiais disponibilizados pelo Ministério da Educação. Como veremos mais a frente, os materiais produzidos pelo MEC não orientam os mobilizadores a refletirem, junto ao público a ser mobilizado, a respeito das diferentes concepções de educação, orienta apenas a maneira pela a população deve reivindicar e contribuir para a melhoria da "qualidade" da educação.

⁸¹ De acordo com o documento, o conteúdo trabalhado na oficina abrange o "panorama da educação no Brasil; organização da educação no Brasil; apresentação do Plano de Mobilização e contextualização das ações (dado o perfil dos participantes); elaboração de plano de trabalho para implantação e disseminação do Plano de Mobilização."

⁸² É importante resgatar toda a discussão realizada no capítulo II para compreender que a concepção de educação e de voluntariado propagada pelo MEC está organicamente associada aos interesses dos organismos internacionais sendo ela funcional para a formação ético-política dos sujeitos produzindo um novo padrão de sociabilidade.

Além de identificarmos nessa estrutura, diferentes níveis de intelectuais orgânicos⁸³ (os formuladores, os disseminadores, etc), é possível observar também que, a nova parcela que é formada é fruto de parcelas anteriores, o que justifica a perpetuação de determinada concepção de mundo. Outro elemento é que independente da categoria de intelectual que está sendo formada para atuar nos diferentes segmentos da sociedade, ela estará sempre em conexão com as ideias dos intelectuais formuladores.

Uma boa forma de ilustrarmos essa questão é pensarmos nos diferentes tipos de materiais produzidos (para mobilizar em igrejas, sindicatos, empresas, ongs, etc). Independente da categoria de intelectual que está sendo formado bem como da sua área de atuação, ele será associado a concepção de mundo dos intelectuais formuladores, os que pensaram a criação dos materiais e seu conteúdo, daí a manutenção da conexão com estes últimos.

As distintas, porém orgânicas, funções desempenhadas por esses sujeitos (incluindo os profissionais do MEC) nos revelam os diferentes níveis de intelectuais orgânicos atuando para a formação de uma vontade coletiva. A formação desta se dá na medida em que grupos dispersos detentores de concepções de mundo variadas aderem “por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção de mundo que não é sua, e afirma verbalmente e também acredita segui-la (...)” (GRAMSCI,2006,p.197).

Um elemento importante observado na descrição dos perfis de multiplicador e mobilizador é o fato das duas funções destacarem o papel da liderança, ainda que esta seja desempenhada de forma diferenciada, como veremos na tabela abaixo. O documento elenca as diferentes especificidades que multiplicador e mobilizador devem possuir para desempenhar suas distintas funções. Essas especificidades compõem o critério que será utilizado para a seleção desses sujeitos. Abaixo um quadro ilustrativo para nos ajudar a compreendê-las.

⁸³ Para Gramsci (2006) todos os homens são intelectuais, mas nem todos desenvolvem na sociedade tal função. “Forma-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função de intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.” (GRAMSCI,2006,p.18-19)

Crêterios para sele�o de público para oficinas	
Multiplicadores	Mobilizadores
Liderança nacional ou regional	Liderança local*
Compreensão e <u>concordância</u> com os objetivos do Plano de Mobiliza�o*	Ter atividades envolvendo o público-alvo*
Capacidade de <u>articula�o com diversos segmentos</u> *	Trabalhar em sua institui�o em projetos envolvendo famílias, crianças e adolescentes, jovens e mulheres
Capacidade didática para formar mobilizadores*	Desenvolver atividade profissional que tenha intera�o direta com o público-alvo
Capacidade de identificar novas lideranças	Protagonismo*
Capacidade de divulgar o plano*	Compreensão e <u>concordância</u> com os objetivos do Plano de mobiliza�o*
Trazer novas parcerias*	
Capacidade para organizar oficinas*	
Compromisso com o Plano*	
Capacidade de ampliar a área geográfica de atua�o*	
Protagonismo*	

* itens obrigat rios

Figura 2 Cr terios para a sele o de p blico para as oficinas

Fonte: Site da Mobiliza o Social pela Educa o

O trabalho dos mobilizadores ultrapassa a a o de orientar as fam lias da maneira como devem acompanhar a vida escolar dos filhos, ou da forma como a comunidade deve se envolver com os assuntos relacionados a  rea da educa o. Ele tem por base o convencimento, no sentido de fazer cora es e mentes acreditarem em uma determinada concep o de educa o, de sociedade naturalizando-as e considerando-as universais. Fam lias "abra am a causa" do voluntariado e acredita estar contribuindo para a transforma o da sociedade, sem questionar qual o sentido pol tico daquela a o e quais interesses ela atende.

A orienta o dada aos mobilizadores, segundo o documento do Plano,   que procurem despertar nas fam lias e comunidades a conscientiza o da necessidade de reivindicar uma educa o de "qualidade", no entanto, o que observamos at  o momento   que essa

reivindicação está atrelada a reprodução do modelo de educação hegemônica que atenderá aos interesses do capital. Dessa maneira, famílias e comunidades são orientadas pelos mobilizadores a reivindicar uma educação de "qualidade" sem que seja problematizado o que se está chamando de educação de qualidade.

No texto que explica "o que é a mobilização", no trecho intitulado de "Orientação aos mobilizadores" fica claro que as ações dos mobilizadores devem "incitar a expansão do Plano de Mobilização e, como consequência, contribuir com a aproximação entre a comunidade e a escola, por meio da realização de campanhas de conscientização e da adesão ao trabalho voluntário".

Espera-se que os mobilizadores convençam as famílias e comunidades a aderirem ao Plano e este traz exemplos de como as famílias podem atuar, tanto no ambiente escolar, como em suas próprias casas. No ambiente domiciliar, segundo o Plano, as famílias podem garantir "a disciplina das crianças e jovens para o estudo diário, para fazer o dever de casa, para criar o hábito da leitura, para não faltar às aulas e ser pontual". Já na escola, podem contribuir

conhecendo os professores, mostrando seu interesse pelo desenvolvimento dos filhos, mostrando o interesse em saber como está a qualidade do ensino, saber qual é o IDEB da escola, perguntar como são os professores, se fazem cursos de atualização, se não faltam, perguntar pela merenda, pelos livros e outros recursos que a escola recebe.

A adesão ao trabalho voluntário é o pilar que sustenta o plano, visto que o mesmo se define enquanto o clamado do Ministério da Educação à sociedade para a realização de tal prática. Em diversos trechos o plano destaca o papel do mobilizador no convencimento das famílias e na possibilidade de mobilizar outros sujeitos para a prática do voluntariado.

Alguns estados⁸⁴ incluíram, através de leis, o Dia Municipal da Mobilização Social pela Educação em seus calendários locais de datas comemorativas. Em Natal (RN) foram instituídos, por meio da Lei N.º 6.426 de 13 de dezembro de 2013 que o dia 19 de setembro e a semana em que ele incidir sejam considerados dia e semana da Mobilização Social e

⁸⁴ Belo Horizonte (MG) - 19 de setembro; Campinas do Sul (RS) - 21 de maio; Cana Verde (MG) - primeiro dia de aula do segundo semestre; Capivari de Baixo (SC) - 19 de setembro; Estreito (MA) - 14 de novembro; Ilhéus (BA) - 11 de agosto; Rio de Janeiro (RJ) - 19 de setembro; Santa Inês (MA) - 10 de setembro; São João do Cariri (PB) - 15 de abril; Unaí (MG) - último dia de aula do primeiro semestre; Joaquim Távora (PR) - 15 de agosto; São Luís (MA) - primeiro dia útil do segundo semestre letivo; Babaçulândia (TO) - 30 de setembro.

Educação. Outros estados⁸⁵, também através de leis, criaram a semana Municipal de Mobilização Social pela Educação.

Quando dizemos que a estrutura do plano exerce função semelhante a de um partido político, no sentido gramsciano, nos referimos a forma como ele promove e organiza as vontades coletivas em prol de seus interesses. Porém, a organicidade de sua estrutura age para manter a não organicidade da população através do estímulo a ações individualizadas e pontuais, o que atende diretamente aos interesses do capital.

Até o momento tivemos a oportunidade de conhecer tanto a estrutura do PMSE, quanto o perfil dos sujeitos que as desenvolve, o que identificamos por diferentes categorias de intelectuais orgânicos. Vimos também como se dá, a constituição de uma estrutura que age de forma semelhante a de um partido político, responsável pela organização das ideias coletivas e formação dos sujeitos. No próximo item veremos o papel dos comitês para a implementação e disseminação do plano, a necessidade de capilarizar as informações e repeti-las ao máximo com objetivo de produzir o consenso sobre a concepção de educação que se pretende manter hegemônica.

4.3 FORMAS DE DISSEMINAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS COMITÊS

Para que a divulgação e implementação do Plano se efetive em diversos Estados são formados Comitês⁸⁶ locais de Mobilização que funcionam como

(...) instâncias que articulam a implantação do Plano em determinada região. São compostos pelas lideranças com maior capacidade de articulação e disponibilidade entre as diversas instituições da sociedade, como Igrejas, entidades de classe empresariais e dos trabalhadores, Conselho Tutelar, conselhos e secretarias municipais ou estaduais de Educação, universidades, clubes de serviço e Ministério Público.

Os membros dos Comitês de Mobilização criam espaços para que as famílias possam refletir e discutir "a respeito da realidade da Educação no País, com base nas informações e nos dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC)." Esses espaços também servem

⁸⁵ Uruaçu, Pirenópolis e Jaraguá (GO) - última semana do mês de abril; Pindamonhangaba (SP) - semana do dia 19 de setembro; Campo Grande (MS) - semana do dia 19 de setembro; Araucária (PR) - semana do dia 19 de setembro; Icatu (MA) - semana do dia 19 de agosto; Coronel Pilar (RS) - semana do dia 19 de setembro; Camboriú (SC) - semana do dia 28 de abril; Natal (RN) - semana do dia 19 de setembro.

⁸⁶ Disponível em: < <http://mse.mec.gov.br/index.php/comites-de-mobilizacao>>. Acesso em junho 2014

como momentos de orientação às famílias, de forma que estas sejam "conscientizadas, ainda, a respeito da importância da participação dos pais na vida escolar dos alunos e sobre a contribuição dessa iniciativa para a melhoria da qualidade do ensino."

No site do PMSE, no link Comitê Local de Mobilização, é possível ter a informação dos Estados onde existem os comitês, bem como o contato de seus membros. Abaixo relacionamos a lista de alguns estados e regiões onde já foram criados os Comitês.

- * AMAZONAS - Manaus e região metropolitana;
- * BAHIA - Ilhéus; Lauro de Freitas, Planaltino e Salvador;
- * GOIÁS- Anápolis; Ceres; Pirenópolis; Nova Glória; Rialma e Campinorte
- * ESPÍRITO SANTO- Cariacica
- * MARANHÃO- Barreirinhas; Humberto de Campos; Icatu; Governador Nunes Freire; Estreito; São Luís; Icatu; Santa Inês
- * MATO GROSSO - Santo Afonso
- * MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande; Bataguassu; Distrito de Nova Porto XV de Novembro, localizado em Bataguassu
- * MINAS GERAIS- Belo Horizonte- Belo Oriente; Divinópolis; João Monlevade; Uberlândia
- * PARÁ- Jacundá; Santarém (Comunidade de Surucúá)
- * PARAÍBA- João Pessoa; Campina Grande; São João do Cariri; Santa Luzia
- * PARANÁ- Almirante Tamandaré;- Apucarana; Araucária
- * RIO DE JANEIRO- Rio de Janeiro; Em Nova Iguaçu; Belford Roxo
- * RIO GRANDE DO NORTE- Natal; Parnamirim; Equador; Santo Antônio e região do Agreste Potiguar; São Miguel do Gostoso
- * RIO GRANDE DO SUL- Campinas do Sul; São Lourenço do Sul; Bagé
- * SANTA CATARINA- Capivari de Baixo; Itajaí; Urubici
- * SÃO PAULO- Osasco / Região Metropolitana de São Paulo; Pindamonhangaba; Vale do Paraíba; Franca e Restinga; Bauru; Jaú; Presidente Prudente; Jacareí
- * TOCANTINS- Palmeirante

Mapa dos Estados onde estão localizados os Comitês. Disponível no site do PMSE.

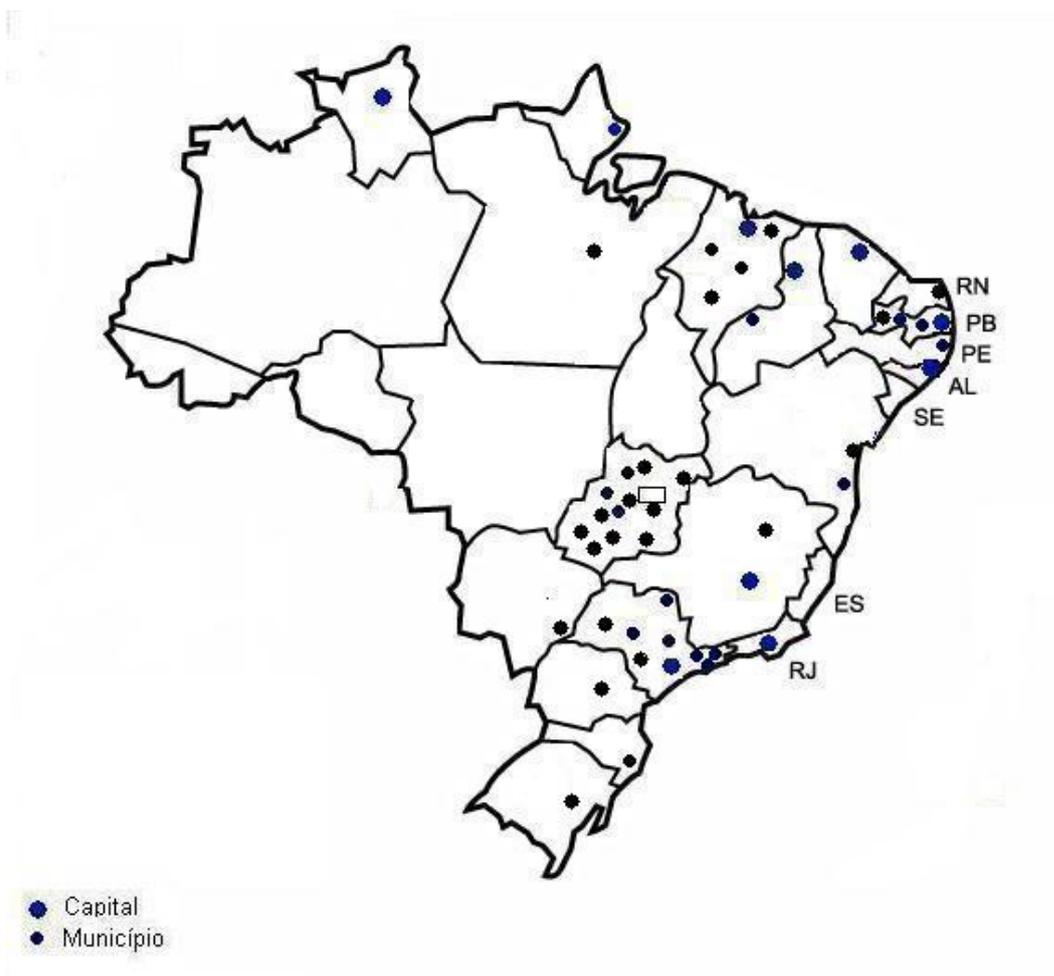


Figura 3 Localidade dos Comitês de Mobilização Social pela Educação

Fonte: Site da Mobilização Social pela Educação

No texto que tem por título "Comitês de Mobilização e outros contatos" é possível acessar o documento que contém informações sobre o funcionamento dos Comitês (Manual). O documento foi organizado em tópicos com perguntas e respostas a respeito da estrutura e do funcionamento de um comitê, contendo orientações a respeito de quem deve se inserir e como o Comitê deve funcionar.

A formação de um Comitê se dá a partir da junção de lideranças que já desenvolviam ações de mobilização social pela educação. Segundo o documento⁸⁷, é necessário

(...) inicialmente, identificar lideranças dos diversos segmentos sociais locais. Em seguida, conversar com cada um em particular para explicar o Plano de Mobilização e o que tem sido feito em sua região e em todo o País. Lembrar que as lideranças sociais têm papel importante como formadores de opinião e que podem ajudar muito no esforço de melhorar a qualidade da educação brasileira.

Os integrantes dos comitês, composto por pessoas de áreas diversas, desenvolvem a função de articuladores tanto no sentido de expandir parcerias com empresas, Ongs, Conselho Tutelar, entre outras instituições, quanto em ações que objetivem atingir maior número de pessoas, como a experiência realizada pelo Comitê de Urubici (SC) formado por representantes da Secretaria Municipal de Educação de professores, coordenadores e gestores escolares. Membros do Comitê promoveram um concurso de frases e desenhos sobre o tema Parceria Família e Escola do qual participaram estudantes do Ensino Fundamental I e II, Educação Infantil e Ensino Médio de três escolas do município. Ainda no mesmo estado, mas no município de Itajaí (SC) foram promovidas na Capela Santa Clara de Assis ações de incentivo a participação das famílias na vida escolar de crianças e jovens através da apresentação da cartilha Acompanhem a vida escolar dos seus filhos.

A propagação de uma determinada concepção de educação nesses espaços atinge um grande número de pessoas. Gramsci (2006) já identificava que escolas e igrejas eram as duas maiores organizações culturais visto o número de pessoas que concentram, daí a necessidade de disputarmos esses espaços com objetivo de propagarmos outra concepção de educação que não se pautem pela lógica do capital. É importante destacar que não desejamos disputar as concepções que fundamentam as religiões, mas fomentar discussões que provoquem a reflexão sobre os interesses que a educação hegemônica atende, bem como utilizar o espaço para propagar uma concepção de educação que não se pautem pela lógica do mercado.

⁸⁷ Disponível em: < https://70cafeaa-a-62cb3a1a-s-sites.googlegroups.com/site/familiaeducadora/Home/oquesaocomites.pdf?attachauth=ANoY7coHG3meffREl3C72bvHTChEDXQlfdJ34GF73VwZjuusJuisB3C-0-60dACJGsSG5nK-naEGdy7ajhbl2GrDv4dDGKmsdKtLWLdpKYhsPcsq8dxR6_plpZs7dcK5xttDswxaG2oXRfZUdjSMq_6EuVmmAhBTKLqfpLLO9OGPvVkGivb4umcvBMkoHTsT6Oxii9r9BSRF0zL4bGqAfsQJolbBfyZPtd7IU8uNkkgalfLcPOpT0E%3D&attredirects=0 . Acesso em: 18 de maio de 2014.

Em relação ao local de atuação do comitê, o documento informa que não existe área específica de atuação, no entanto, já se observou que ocorre maior eficiência nas atividades desenvolvidas pelo comitê quando ele atua “em seu próprio município ou em municípios vizinhos, desde que não estejam muito distantes geograficamente.”

O documento informa que os comitês não precisam ser registrados em nenhum órgão, porém é importante que “sua criação e suas atividades - incluindo calendário das reuniões, fotos, notícias, nomes e dados participantes -, sejam informadas para publicação no Blog da Mobilização.

Em levantamento realizado no Blog da Mobilização apenas das postagens feitas em 2014, observamos que a formação dos Comitês se dava a partir das Oficinas de Capacitação dos Mobilizadores. Quando essa informação não era explicitada a matéria apenas relatava as ações realizadas pelos integrantes do Comitê, referente a promoção de ações com intuito de realizar a aproximação entre família, escola e comunidade e com ampla divulgação da Cartilha Acompanhem a vida escolar dos seus filhos.

Ainda no manual, são descritos em tópicos atribuições do comitê que passam pela divulgação do PMSE; discussão de estratégias que possibilitem a mobilização de famílias e comunidades; levantamento da identificação de novos mobilizadores; monitoramento e avaliação do resultado do trabalho desempenhado pelos mobilizadores; discussão de temas que estejam relacionados à melhoria dos indicadores educacionais; levantamento de estratégias de sensibilização das famílias utilizando materiais de apoio como cartilhas e realizando palestras em diferentes instituições como escolas, igrejas, etc; busca de outros meios de divulgação do Plano que envolva mídias digitais, rádios, TVs, jornais e boletins informativos de instituições religiosas, associações, empresas e por último destaca a importância de se dar maior atenção às famílias que possuem crianças e adolescentes matriculados em escolas com baixo Ideb.

Como forma de expandir a divulgação do Plano, este convoca seus parceiros (Ongs, empresas, igrejas) para auxiliar nesse processo de divulgação de maneira que as informações possam ser publicizadas através de mídias. Malas diretas também são utilizadas para propagar ações e conteúdos do Plano.

Uma importante ferramenta de divulgação utilizada pelo Plano é o Blog da Mobilização⁸⁸ que segundo o Plano é um espaço de interação onde os conteúdos são produzidos junto com os parceiros. O Blog é utilizado para divulgar as ações que ocorrem em todos os estados, como Oficinas de Capacitação, formação de Comitês, articulação entre Comitês de diferentes municípios, campanhas promovidas por mobilizadores para provocar a aproximação da família com as escolas, entre outras. Segundo o manual o Blog representa um "instrumento para o compartilhamento de boas práticas", compreendendo essas "boas práticas" com as ações que são desenvolvidas nos diferentes estados.

As atribuições do Comitê revelam o quanto este atua para capilarizar o PMSE a partir de diferentes estratégias. Esta ação, também vista no movimento Todos Pela Educação ao longo do capítulo II, nos remete a necessidade da repetição, já apontada por Gramsci (2006), enquanto a forma mais eficaz para se agir sobre a mentalidade popular. Com isso queremos dizer que é a partir desses inúmeros canais de divulgação do PMSE (citados acima) incluindo as ações realizadas pelos mobilizadores dentro e fora do ambiente escolar, bem como as realizadas por empresas e Organizações Não Governamentais, que vão sendo formadas as vontades coletivas (Gramsci,2006), a forma de sociabilidade dos sujeitos, já que a própria Cartilha - Acompanhem a vida escolar dos seus filhos- aponta como os responsáveis devem agir na condução da vida escolar de crianças e jovens.

Ainda que estejamos falando de estratégias de produção de vontades coletivas, principalmente no que se refere a prática do trabalho voluntário, não observamos atividades que promovam o desenvolvimento de ações coletivas e sim pontuais e fragmentadas. A mensagem mais propagada pelos mobilizadores é a que busca convencer as famílias a passarem a acompanhar a vida escolar de seus filhos, porém essa é mais uma ação individualizada que compete singularmente a cada núcleo familiar. Por outro lado é possível observar organicidade, na produção de vontades coletivas, por parte de governos, empresariado e organismos internacionais ao propagarem uma determinada concepção de trabalho voluntário que, como já vimos, atende aos interesses do capital na medida em que produz uma nova forma de sociabilidade, pacífica, colaborativa e não questionadora.

⁸⁸ Disponível em: <<http://familiaeducadora.blogspot.com.br>>. Acesso em 20 de maio de 2014.

Comparando essas duas ações para a produção das vontades coletivas chegamos ao que Gramsci (1984,p.7) identificou enquanto vontade coletiva e vontade política, sendo esta última “a vontade como consciência atuante da necessidade histórica (...)”. Para este autor (1984) o homem ativo de massa até age na prática, movido por essa vontade coletiva, mas não possui consciência teórica sobre a sua atuação, o que ocorre com os voluntários que propagam o PMSE.

É nesse sentido que partindo das condições histórico materiais da necessidade de se reestruturar o sistema capitalista, os detentores do capital, precisavam convencer os sujeitos à criação de um novo Estado onde o conflito (oriundo da luta de classes) fosse substituído pela colaboração mútua entre os sujeitos criando desta maneira uma nova forma de sociabilidade.

Este papel de convencimento de corações e mentes é o mesmo destacado por Gramsci, na funções de o novo príncipe, este que não investido na figura de um homem, mas em um princípio orgânico de ideias seria capaz de convencer os sujeitos à fundação desse novo Estado, sendo movidos pela organização de suas vontade coletivas.

Em outro tópico do manual, que refere-se as informações que o comitê precisa saber para atuar de maneira eficaz, o documento especifica que é necessário os membros dos comitês conhecerem a realidade educacional do local onde atuam; identificar crianças e adolescentes que frequentam e que não frequentam a escola; realizar levantamento de informações para compreender as razões do abandono e da repetência escolar; identificar analfabetos, bem como os que desejam regressar a escola; identificar a escola em que estudam as crianças, os adolescentes, jovens e adultos das regiões onde atuam os mobilizadores; conhecer o Ideb das escola onde atua, bem como do conjunto “de unidades de ensino municipais e estaduais da cidade e do estado e quais são as metas para cada um deles”; realizar levantamento e saber como estão sendo gastos os recursos de apoio a educação no que tange a merenda, transporte, livro didático, Fundeb e por fim “conhecer e divulgar os nomes dos membros dos Conselhos Municipal de Educação (CME); do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e da Alimentação Escolar”.

Após realizar levantamento e análise de todas essas informações é atribuição do comitê realizar sua ampla divulgação, de maneira que sensibilize as famílias sobre a importância do trabalho desenvolvido nas mobilizações, daí a importância de realizar amplas reuniões com objetivo de apresentar as famílias e comunidades as ações que estão

desenvolvendo. Dessa forma a orientação do manual⁸⁹ é que sejam convidados para essa ampla reunião de divulgação os

secretários da Educação municipal e estadual para falar sobre o que está sendo feito em prol da melhoria da educação nas escolas sob suas responsabilidades; convite a diretores das escolas da comunidade para falar sobre o que está sendo feito com o objetivo de melhorar o Ideb; e convite aos membros dos conselhos municipais e estaduais de Educação; dos conselhos de Alimentação Escolar; e de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb para falar sobre sua atuação.

O MEC fica responsável por preparar materiais como "cartilhas, cartazes, folhetos, marcadores de página, calendário, agendinha de bolso" que servem como divulgação do Plano, além de disponibilizar informações através de seu próprio site⁹⁰, essas informações podem ser divulgadas junto com a apresentação do trabalho dos Comitês.

4.4 MATERIAIS PARA A MOBILIZAÇÃO

Após falarmos sobre a estrutura do plano, bem como do papel do mobilizador e multiplicador na função de intelectuais orgânicos a serviço do capital e por fim da estratégica atuação dos Comitês na promoção da capilaridade do plano, falaremos agora sobre os materiais produzidos pelo Ministério da Educação como subsídios aos mobilizadores. Os documentos disponibilizados no site são: Plano de Mobilização Social Pela Educação; Plano de Mobilização de Igrejas Cristãs pela Educação cartilha Acompanhem a vida escolar de seus filhos; folheto, panfleto e cartaz. Para os diferentes locais que o mobilizador se propuser a atuar existem também diferentes materiais que poderão ser utilizados, sendo eles:

- Para mobilizadores de Igrejas
- Para Empresas
- Para sindicatos e outras entidades de representação de trabalhadores
- Para entidades de representação empresarial e de profissionais liberais
- Para ONGs e voluntários de programas sociais

⁸⁹ Disponível em: < https://70cafeaa-a-62cb3a1a-s-sites.googlegroups.com/site/familiaeducadora/Home/oquesaocomites.pdf?attachauth=ANoY7co9VPAvxFHJV4HTkV8HRXfQGpJbrJrNwLFQFiPu5n5PqnS6DbFpJ10g-r_FcaIvtyScl_DluyFvyd2btJm2y3SZJKur4P-lIRXcA8qGU21tHqbpFoehj7zM9IPRU7X-6XqTKL8FDv53OJjEhRdhCTqRWLMAMX6EEB6C06tZHgQJSIfO5q_FPCYNbjWntQhoIImjX1Rs5wqSIDZYwylgBp5oFCF79aLk8g6xXJkBR9A6IvxTHNo%3D&attredirects=0>. Acesso em 20 de junho de 2014.

⁹⁰ Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 23 de junho de 2014.

- Para secretarias estaduais e municipais de Educação
- Para órgãos colegiados de direitos e controle social
- Para ministérios e autarquias governamentais

O PMSE disponibiliza materiais diferenciados para cada área que se deseja mobilizar com intuito de que o mobilizador desenvolva diferentes tipos de abordagem, o que facilita a capilarização do plano nos diferentes segmentos sociais. É importante lembrar que essas diferentes áreas representam a tentativa de se estabelecer novas parcerias de forma a ampliar a adesão do plano não apenas em quantitativo de pessoas, mas estrategicamente nos diferentes segmentos da sociedade contribuindo para o fortalecimento de uma determinada concepção de educação que almeja se manter hegemônica.

Como forma de envolver os seus parceiros o Plano também informa que os diferentes segmentos⁹¹ podem imprimir a logomarca de suas instituições na cartilha Acompanhem a vida escolar de seus filhos, uma forma estratégica de divulgar o material entre os diferentes parceiros e formalizar a organicidade dessa parceria. Por outro lado, as instituições que possuem sua logomarca em um material produzido pelo Ministério da Educação mostram para a sociedade que estão preocupadas com a educação do país e que para isso desenvolvem ações de “responsabilidade social” o que, como vimos no capítulo II, eleva o prestígio de sua imagem.

Além dos materiais de divulgação do PMSE disponibilizados no site os mobilizadores ainda têm acesso a dicas de como realizar a mobilização para diferentes tipos de público. No âmbito geral as dicas se dividem em cinco abordagens, a primeira buscar responder 'questões básicas, como “quem mobilizar”, “como mobilizar” e “que mensagem levar”. A segunda direciona o foco ao trabalho de mobilização que será desenvolvido junto às famílias e comunidade. A terceira e a quarta " (...) apresentam sugestões de como introduzir a Mobilização aos colegas de trabalho e nas instituições religiosas, respectivamente (...)"'. A quinta e última dica é voltada para a orientação do trabalho a ser desenvolvido pelos Comitês. É importante destacar que cada uma dessas dicas está disponibilizada no site da mobilização no formato de apresentação em Power Point. Abaixo destacamos as dicas em suas especificidades:

⁹¹ Essa opção não foi disponibilizada para os mobilizadores de igrejas, para órgãos colegiados de direitos e controle social e para ministérios e autarquias governamentais.

- Dicas de como mobilizar: geral
- Dicas de como mobilizar famílias, comunidade e colegas de trabalho
- Dicas de como mobilizar nas instituições religiosas
- Dicas de como mobilizar - Comitês de Mobilização
- Sugestão para peça de teatro na escola sobre a cartilha Acompanhem a vida escolar dos seus filhos.

Como nosso objetivo não é abordar cada uma das dicas, escolhemos apenas duas para analisar mais detalhadamente. A primeira a ser analisada é “como mobilizar famílias e comunidade”. Ela inicia explicando ao mobilizador o que ele precisa saber para desempenhar bem a sua função⁹² e a partir dessas informações discutir com as famílias a importância de se acompanhar a vida escolar das crianças e adolescentes. Informa também a necessidade de se manter o diálogo com os diferentes sujeitos dentro da comunidade onde atua.

Além do contato com as famílias o mobilizador também é orientado a realizar um levantamento para saber onde "estudam as crianças e adolescentes; quem é a pessoa responsável por cuidar delas no dia a dia: mãe, avós, tios, outros parentes." Também é sugerido ao mobilizador que

Converse com os responsáveis sobre a importância da educação e do aprendizado como garantia de um futuro melhor para cada um. Pergunte se eles participam da vida escolar das crianças sob sua responsabilidade. Explique que esse acompanhamento é muito importante. E que há estudos mostrando que os estudantes que recebem atenção e acompanhamento de seus responsáveis têm melhor rendimento do que seus colegas.

É possível observar o quanto as dicas para os mobilizadores possuem caráter prescritivo, orientando-os na abordagem que deverão realizar com as famílias no sentido de dizê-las o que deve ser feito e como deve ser feito. Destacamos alguns trechos que mais nos chamou atenção devido a tamanha capacidade de conduzir a conduta do mobilizador a atuar de maneira pré-determinada, sem permitir a problematização das questões que estão sendo levantadas.

⁹² Ela aborda a necessidade do mobilizador acessar o Blog da Mobilização mantendo-se sempre informado sobre as ações que ocorrem, de consultar o IDEB das escolas do bairro onde atua como também de seu município e do Estado.

Na tentativa de antecipar um possível questionamento realizado pelos pais referente a falta de tempo para acompanhar a vida escolar dos filhos, já que muitas vivem uma intensa rotina de trabalho saindo de casa cedo e retornando tarde, o Plano sugere aos mobilizadores responderem que “se eles dedicarem cinco minutos por dia para perguntarem aos filhos como vão nos estudos, se gostam da escola, se estão felizes e aprendendo, vão passar uma mensagem importante: a de que se preocupam com a educação e valorizam o esforço que os filhos estão fazendo para aprender”.

Outra questão que também foi antecipada aos mobilizadores, como possível questionamento a ser levantado pelos pais é o de que estes possuem "pouco estudo e não podem ensinar os deveres de casa que a escola manda". Antecipando a formulação da resposta a essa questão o Plano sugere que os mobilizadores respondam que "eles não precisam saber tudo que os filhos estão aprendendo. O interesse demonstrado pela família em acompanhar o estudo dos filhos contribui para que eles aprendam sempre mais."

Dando continuidade a linha de respostas prontas produzidas pelo Plano a serem reproduzidas pelos mobilizadores, encontramos mais uma que prepara o mobilizador no caso de encontrar "situações em que a família vive em condições precárias e sem um espaço próprio e adequado para a criança estudar e fazer os deveres." Nesse caso a dica sugere que o mobilizador explique a família que é

importante liberar durante algum tempo o espaço possível para isso. Por exemplo, se existe apenas um cômodo com uma mesa, em determinado horário, não se liga rádio nem televisão, não se faz barulho, deixando o espaço livre para que os estudantes façam seus deveres.

Em momento algum o mobilizador é orientado a problematizar com as famílias o porquê, os pais saem para trabalhar tão cedo de suas casas e chegam tão tarde sem que tenham tempo para conviver e acompanhar a vida escolar de seus filhos. Em ocasião alguma se buscou saber o motivo pelo qual os pais dessas crianças e jovens possuem baixa escolaridade. Outro elemento que também não é problematizado é o motivo pelo qual muitas dessas famílias vivem em condições precárias onde sequer existe um espaço onde a criança/jovem possa estudar, já que em muitos casos a casa se limita a um único cômodo.

Contrário a estas problematizações, o que identificamos ao longo de todo o material disponibilizado para as mobilizações são receitas prescritivas que ditam a forma como os sujeitos devem agir para que contribuam com a “melhoria” da qualidade da educação brasileira, deixando claro que, essa melhoria na qualidade se refere a concepção de educação propagada pelo MEC com o apoio dos organismos internacionais e do empresariado.

A segunda dica a ser analisada se refere a como mobilizar nas instituições religiosas. Esta mantém o mesmo padrão prescritivo, elas sugerem que o mobilizador faça um levantamento no bairro e na comunidade onde atua para identificar as lideranças religiosas. Caberá ao mobilizador através do contato com a liderança religiosa orientá-las a abordarem durante as pregações religiosas "a importância da educação e do envolvimento da família na vida escolar dos filhos". Ainda é sugerido que tais lideranças "usem as frases da cartilha como inspiração".

As dicas ainda destacam a importância do envolvimento de lideranças religiosas na mobilização de famílias e da comunidade visto que tais lideranças possuem "grande influência sobre seus fiéis (...)" sendo assim possuem, "grande responsabilidade social para ajudar a melhorar a educação."

Para ilustrar o quanto prescritiva são as dicas sugeridas pelo Plano, destacamos abaixo alguns exemplos que podem ser encontrados na apresentação em Power Point que se destina a mobilização de famílias e comunidade. São elas

- Faça um levantamento das pessoas que têm liderança na comunidade: o dono da mercearia, o padeiro, o gerente do clube, a cabeleireira, o gerente da farmácia, o dono do bar, o presidente da associação de moradores. É importante saber quem é popular, quem é respeitado e pode influenciar as pessoas com as quais tem contato.
- Converse com eles sobre a importância da educação e do envolvimento da família na vida escolar dos filhos. Use e explique as frases da cartilha. Peça que eles falem sempre sobre educação em seus contatos com os clientes, amigos, colegas.
- Lembre-os que, como são influentes naquela comunidade, têm uma grande responsabilidade social para ajudar a melhorar a educação

- Proponha o desafio de, com o esforço de todos, transformar aquela comunidade em um espaço educador. Melhorar a educação é responsabilidade de todos.
- E, lembre-se, incentive os adultos que pararam de estudar a frequentar o curso de Educação de Jovens e Adultos.

Seguindo a mesma lógica prescritiva das dicas, a cartilha⁹³ - Acompanhem a vida escolar dos seus filhos- serve também enquanto uma ferramenta que orienta/dita às famílias a forma como devem intervir na vida escolar de crianças e jovens. Dividida em tópicos ela aponta primeiramente como os pais devem participar da via escolar de seus filhos, o que se resume em seis tópicos, sendo eles:

- Visitem a escola de seus filhos sempre que puderem.
- Conversem com os professores.
- Perguntem como seus filhos estão nos estudos.
- Caso seus filhos estejam com alguma dificuldade na escola, peçam orientação aos professores de como ajudá-los em casa.
- LEIAM bilhetes e avisos que a escola mandar e respondam quando necessário.
- Compareçam às reuniões da escola. Deem sua opinião, ela é muito importante.

O segundo tópico indica aos pais a forma como eles devem demonstrar interesse pela vida escolar de seus filhos destacando a necessidade das crianças serem matriculadas desde cedo (educação infantil) nas escolas, de que devem ser estimuladas ao estudo de maneira que ele possibilitará “mais oportunidades e profissionais e pessoais”. Também é orientado aos pais que conversem com os filhos sobre a escola, que ajudem as crianças a cuidarem do material escolar e que mantenham sempre a vacina de seus filhos em dia.

Ainda que compreendamos as dicas e a cartilha como ferramentas prescritivas que não problematizam a realidade e que condiciona os sujeitos a adaptarem-se e ela, não deslegitimamos a importante de pais conversarem com seus filhos a respeito de seu dia a dia escolar, de lhes ajudar nas tarefas e no trato com seus materiais, entre outras atitudes, porém

⁹³ Disponível em:< <http://mse.mec.gov.br/images/stories/pdf/cartilhaziraldovisualizacao.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

essas ações são individualizadas, pontuais e não fortalecem a luta coletiva. Ações como o movimento Todos pela Educação, o Plano de Mobilização Social pela Educação, o projeto Amigos da Escola e tantas outras que clamam a sociedade para envolvimento desse modelo de trabalho voluntário reforçam apenas a lógica do “cada um fazendo a sua parte, individualmente”, servem como formadores e organizadores de vontades coletivas, mas essas vontades não se tornam vontade políticas, porque os sujeitos envolvidos –voluntários- sequer possuem reflexão crítica sobre a sua prática para compreender qual o sentido de suas ações, o que contribui para tornarem-se fáceis massas de manobra, conquistadas com apelos sentimentais e pregações morais (Gramsci 1984).

O terceiro tópico aponta como os pais podem ajudar a escola em casa, ele destaca que é importante os pais lerem para os filhos e solicitar que os filhos também leiam, que busquem a biblioteca da escola ou a do bairro com intuito de cultivar o hábito da leitura. Também é solicitado aos pais que organizem o tempo de seus filhos fazendo-os perceber que “que tem hora para brincar, jogar, ver televisão, conversar e estudar”. Ao final dessas orientações o texto relembra o que havia sido dito na dica que orientava a mobilização das famílias, de que não é preciso que os pais saibam tudo o que os filhos estão aprendendo, mas que “demonstrar interesse em acompanhar os estudos dos seus filhos contribui para que eles aprendam sempre mais”.

Precisamos saber o que estamos compreendendo por melhor rendimento escolar, por melhor qualidade educacional, compreender a quais interesses estamos atendendo ao nos mobilizarmos para fortalecer esta concepção de educação que nos está sendo ofertada como sendo única e universal.

Em relação a, *saber se a escola está ensinando direitinho*, sendo este o quarto tópico da cartilha e o que uma boa escola deve oferecer, sendo o quinto, os pais são orientados a saber qual a nota (0-10) que a escola possui de acordo com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Quanto ao sentido do que se compreende enquanto uma boa escola e o que ela deve oferecer, a cartilha destaca que nela:

- os professores não se atrasam e não faltam.
- os professores são valorizados.

- os professores são dedicados e bem preparados, são pacientes, atenciosos, conhecem seus alunos, conversam com a turma e sabem manter a disciplina.
- os professores promovem a educação integral, que desenvolve a ética, a solidariedade e a cidadania, respeitando a diversidade cultural e religiosa de seus alunos.
- há participação das famílias nas reuniões escolares e no conselho escolar.
- todos conhecem as necessidades de saúde de seus alunos.

É possível observar que o bom funcionamento de uma escola e conseqüentemente a sua boa avaliação no IDEB é atrelada ao desempenho individualizado dos docentes, sem que este esteja associado aos fatores que o influenciam diretamente, como por exemplo as péssimas condições de trabalho, o excessivo número de alunos em sala, entre outros. Essa responsabilização demandada aos professores, foi identificada por Bomfim (2012), nas estratégias do Banco Mundial (2010-2020) para educação. Segundo a autora a agenda do BM para Brasil "tem como um de seus pilares a eficiência do docente da educação básica". (BOMFIM,2011,p.20). Esta eficiência está atrelada a forma como é gasto o tempo do professor em sala de aula, segundo Bomfim (2011,p.20) "revigorando preceitos tayloristas" e para que esse tempo seja utilizado de forma eficiente, cursos de formação prática são ofertados aos docentes "a fim de assegurar um melhor desempenho dos estudantes nas avaliações padronizadas".(Bomfim,2012,p.20).

Ainda em relação a análise da cartilha, os pais também são orientados ao que devem cobrar da escola pública, a cartilha destaca que:

- os estudantes têm o direito a ter aulas todos os dias do ano escolar. Se o professor faltar, tem de ser substituído.
- seus filhos têm direito a uma boa merenda escolar todos os dias. Isso não é favor, é obrigação do governo. Verifiquem se a escola de seus filhos está oferecendo merenda de qualidade.
- a escola recebe do governo federal livros para as crianças estudarem. Seus filhos estão recebendo esses livros?

- as crianças com deficiência têm o direito de ser matriculadas nas classes comuns de ensino. Elas podem e devem conviver e estudar com as crianças que não têm deficiência.

Por fim a cartilha ainda destaca a importância de se existir conselho escolar nas instituições e que os pais incentivem a criação deste nas escolas que não possuam. Segundo a cartilha esses são espaços onde se pode discutir “as condições e o funcionamento da escola – professores, os resultados das avaliações, biblioteca, laboratórios de ciências e informática, os cuidados com o prédio, com os banheiros e as salas de aula”.

A disseminação dos materiais disponibilizados pelo plano tanto nos que se refere a formação dos mobilizadores, quanto os que eles podem utilizar para mobilizar as famílias nos revela o esforço despendido pelos intelectuais do grupo dominante (os formuladores) na produção do consenso, de maneira que os sujeitos passem a aceitar espontaneamente as orientações disseminadas por esses intelectuais e a contribuir para que estas se efetivem através das ações, que nesse caso se reflete na prática do voluntariado.

Toda a estrutura do PMSE aqui apresentada, desde a sua forma hierarquizada, a função de mobilizadores e multiplicadores, o papel do mobilizador no convencimento das famílias, a função dos Comitês na capilarização do plano, bem como a ampla divulgação e distribuição dos materiais produzidos pelo MEC, nos revela a necessidade que os intelectuais orgânicos de nível mais elevado⁹⁴, responsáveis pela formulação das políticas, têm de “criar condições favoráveis à expansão da própria classe (...)” (Gramsci,2006,p.15). A produção dessas condições, organicamente associada⁹⁵, permite que a classe hegemônica mantenha sob seu domínio as massas, na medida em que organizam as suas vontades e criam diversas outras categorias de intelectuais orgânicos (multiplicador, mobilizador, as famílias) que agirão inconscientemente para a expansão da classe hegemônica.

⁹⁴ Gramsci já apontava não apenas para as diferentes categorias de intelectuais orgânicos, mas para as diferentes funções exercidas por estes. Para o autor “a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus também do ponto de vista intrínseco, graus que, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma autêntica diferença qualitativa: no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo os mais modestos “administradores e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional e acumulada.” (GRAMSCI,2006,p.21)

⁹⁵ Aqui nos referimos a todo o esforço promovido por governo e empresariado desde a década de 1990 para organizar e transformar vontades dispersas em vontades coletivas a serviço do capital, desde as ações de “responsabilidade social” promovidas pelas empresas, passando pela criação da Lei do Voluntário de 1998, pelo bombardeio midiático com destaque para emissora Globo de TV com apoio a iniciativas como o projeto Amigos da Escola, a proliferação das organizações não governamentais, também na década de 1990, entre outras.

Os exemplos trazidos a partir dos materiais produzidos pelo Ministério da Educação tanto no que se refere aos disponibilizados as famílias, quanto os direcionados aos mobilizadores revelam a forma como os intelectuais formuladores propagam suas ideias e atuam na formação de novos intelectuais para a perpetuação da mesma.

A análise do Plano de Mobilização Social pela Educação nos permitiu identificar como o trabalho voluntário pode ser utilizado para atender aos interesses do capital, na medida em que (re)forma, a sociabilidade dos sujeitos orientando-os a maneira pela qual devem intervir na realidade, mas especificamente, no caso do plano, contribuir com a melhora na “qualidade” da educação. O que ficou claro para nós é que toda e qualquer prática de trabalho voluntário que não compreenda a centralidade da luta de classes em seu processo, dificilmente não será funcional ao projeto das classes hegemônicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado o momento de apresentar as considerações finais resultantes desse estudo, porém antes de expô-las, se faz necessário lembrar que foi a experiência de 15 anos no campo do trabalho voluntário, o principal estímulo para a sua realização.

A prática do trabalho voluntário, vinculada ou não ao âmbito religioso, era vista há três anos atrás, como uma ação benéfica que ajudaria a transformar a realidade desigual na qual vivemos. A naturalização da desigualdade não permitia compreendê-la enquanto uma construção humana fundamentada em interesses antagônicos de classes.

A realização desse estudo se deu a partir do início do processo de desconstrução de uma visão romanceada do mundo, onde acreditava que a boa vontade individual daria conta de transformar a realidade no sentido de torna-la menos desigual. Sim, eu disse menos desigual! Disse isso, pois no início desse processo eu não entendia a importância da luta pela conquista de direitos e por sua efetivação. No campo da saúde, por exemplo, acreditava que se cada médico doasse um pouquinho de seu tempo para atender aos que não tinham condições de pagar pelo serviço na rede privada, já estaria contribuindo para melhorar a saúde em nosso país.

São inúmeros os exemplos que seguem esse mesmo olhar ingênuo, porém no momento em que a realidade passa a ser compreendida a partir da luta de classes e que, o trabalho voluntário deixa de ser considerado, bom em si, despertou-se então a necessidade da realização desse estudo para compreender de que maneira o trabalho voluntário pode ser funcional ao modo de produção capitalista.

O resgate histórico realizado no capítulo I foi necessário para compreender que aos pobres, era destinada a atenção via ações de caridade e que elas precisavam ser mantidas mesmo após a pobreza ser tratada enquanto questão legal, através da Lei do Pobres.

Transformar em questão legal o cuidado a pobreza, não impediu a continuidade de ações de caridade, pelo contrário, essas eram tidas enquanto necessárias para auxiliar na contenção de possíveis conflitos provocados pelas condições precárias em que viviam as pessoas em condições de pobreza.

Vimos que a produção das políticas sociais é em si, um movimento dialético, pois ao mesmo tempo em que atende as reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho - me refiro ao início do período de industrialização na Europa- serve também enquanto elemento desmobilizador dessa classe que se organizava para a luta pela conquista de direitos.

Entender o processo dialético na formulação das políticas sociais foi fundamental para compreender que a prática do trabalho voluntário também poderia ser utilizada para manter o processo de produção das desigualdades. Nesse sentido o capítulo II buscou apontar a organicidade entre os interesses nacionais e internacionais na construção de uma nova sociabilidade entre os sujeitos na contemporaneidade.

Vimos que o campo da educação foi um dos escolhidos por empresários, governos e organismos internacionais para a formação dessa nova sociabilidade e que através do trabalho voluntário, conseguem propagar uma concepção de mundo e de educação pautada na colaboração e na ajuda mútua, mantendo o consenso apassivador, com o intuito de evitar possíveis conflitos. Tanto o discurso da "responsabilidade social", quanto o que propagava o envolvimento de "todos pela educação", ambos advindo do empresariado, fomentavam a prática do trabalho voluntário.

No terceiro e último capítulo com a análise do Plano de Mobilização Social pela Educação foi possível observar o refinamento e a complexidade do processo de convencimento da classe trabalhadora para a adesão do trabalho voluntário através de uma política governamental.

O discurso propagado pelo empresariado em 2006, através do movimento Todos pela Educação, é legitimado enquanto política governamental no ano de 2007, com a reeleição de Lula (2003-2010), selando a partilha de interesses entre governo e empresariado. Porém foi apenas no ano de 2008, com o lançamento do Plano de Mobilização Social pela Educação que uma política governamental, passa a convocar a sociedade para a prática do trabalho voluntário, ao mesmo tempo em que, a educa, no sentido de apontar de que maneira esse trabalho deverá ser desenvolvido.

Foi a partir da análise da estrutura do Plano e dos materiais utilizados, tanto para a mobilização das famílias e comunidades quanto para a formação dos mobilizadores que pude

perceber o quanto a prática do trabalho voluntário pode ser funcional aos interesses do capital sem que as pessoas envolvidas percebam a quais interesses estão servindo.

Ao longo dos três capítulos foi possível observar o quanto as ações voluntárias, tanto no sentido das doações destinadas aos pobres, como no estímulo a prática do trabalho voluntário, eram utilizadas enquanto ferramenta apassivadora. Vimos (nos capítulos II e III) o discurso do trabalho voluntário sendo propagado pelos grupos que defendem o interesse do capital, porém é no capítulo três que pudemos ver como, corações e mentes são conquistados a partir de um plano governamental que (re) forma a sociabilidade dos sujeitos prescrevendo (como vimos nos materiais analisados) a forma como eles devem intervir na sociedade.

No lugar de uma solidariedade crítica, observamos que a prática do trabalho voluntário propagada pelos defensores do capital estimula ações individualizadas e pontuais, como as vistas no Plano de Mobilização Social pela Educação. Tais práticas reforçam o discurso romantizado de que basta cada um fazer a sua parte, doar o seu tempo voluntariamente em prol de uma causa específica. Porém esse discurso não nos permite enxergar a importância do fortalecimento de uma solidariedade crítica para construção de outras formas de sociabilidade, que não mais sejam pautadas pela lógica do capital.

Não foi nada fácil a realização desse estudo, a desconstrução de uma determinada concepção de mundo foi dolorosa e revoltante. Ao longo desse processo minhas "verdades" foram desconstruídas e meu mundo linear perdia espaço para a compreensão de um mundo dialético onde as condições não eram mais naturalizadas, mas identificadas enquanto produções humanas.

Nesse sentido chego ao fim desse estudo entendendo que a prática do trabalho voluntário não é em si, boa ou má. O direcionamento político dado a ela é que apontará a quais interesses de classe ela irá atender, daí a importância de disputarmos a "função" de formadores e organizadores dessas vontades coletivas, com o objetivo de construir uma solidariedade capaz de produzir outra concepção de mundo, não mais pautada pela lógica do capital.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL: CONSULTAS SOBRE A NOVA ESTRATÉGIA DA EDUCAÇÃO 2020. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/ESSU/Strategy_Powerpoint_BR.pdf. Acesso em 13 de março de 2014.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** – 9.ed.- São Paulo: Cortez,2011.

BEHRING, E. R. **Política Social no Capitalismo Tardio.** São Paulo: Cortez,1998.

BLOG DA MOBILIZAÇÃO. Disponível em:< <http://familiaeducadora.blogspot.com.br/>>. Acesso em 23 de janeiro de 2014.

BOMFIM, M. I. **Trabalho docente na educação básica: a atual agenda do Banco Mundial**,v.38,n. 1, jan/abril.2012, p. 17–23, [s.d.]. Disponível em:< <http://www.senac.br/BTS/381/artigo2.pdf>>.Acesso em: 10 de julho de 2014.

BONFIM, P. A **“cultura do voluntariado no Brasil”:** determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm >. Acesso em 5 nov. 2012.

_____. Presidência da República. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm> Acesso em 5 nov. 2012.

_____. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - PDRAE. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília: MARE, 1995.

_____. Decreto nº1.366, de 12 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112748/decreto-1366-95>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2013.

_____. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm>. Acesso em 10 de junho de 2014.

_____. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em 10 de junho de 2014.

_____. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em 10 de junho de 2014.

CALDERON, Adolfo Ignácio. Amigos da Escola: Ações e Reações no Cenário Educacional. Disponível em < <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT05-3709--Int.pdf>> Acesso em 28 jun. 2012.

CARTILHA. Acompanhem a vida escolar de seu filhos. Disponível em: < <http://mse.mec.gov.br/images/stories/pdf/cartilhaziraldovisualizacao.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2014.

CAMARGO CORRÊA. Perfil. Disponível em: <http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/grupo/grupo-camargo-correa.html>. Acesso em: 14 de março de 2014.

DELUIZ, N. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/273/boltec273b.htm>>. Acesso em 10 de março de 2014.

DELUIZ, Neise; GONZALEZ, Wania; PINHEIRO, Beatriz. ONGs e políticas públicas de educação profissional: propostas para a educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 26-37, 2003.

FALEIROS, V. P. Política social do Estado capitalista, São Paulo: Cortez, 1980.

_____. O que é Política Social. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FONTES, Virginia. **A democracia retórica: expropriação, convencimento e coerção** In: Matta, Gustavo Corrêa; Lima, Júlio César França. **Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2008. p.189-226, tab.

VILLELA, MILÚ. Hora de pensar na educação. Folha de São Paulo. São Paulo, 11 de julho de 2006. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1107200608.htm>>. Acesso em 18 de maio de 2014.

VILLELA, MILÚ. Todos pela educação de qualidade. Folha de São Paulo. São Paulo, 06 de setembro de 2006. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0609200609.htm>>. Acesso em 14 de março de 2014.

MONACHESI, JULIANA. O ensino de resultados. Folha de São Paulo. São Paulo, 29 de abril de 2007. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2904200704.htm>>. Acesso em 3 de março de 2014.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

(_____). **Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio.** In: De Andrade J; De Paiva Lauriana Gonçalves (Org.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições.** Juiz de Fora, Edit.UFJF,2011, vol.1, pp.18-35.

BERTOLUCCI, R. Paes confirma a saída de Claudia Costin da Secretaria de Educação. O Globo, Rio de Janeiro, 19 mar. 2014. Disponível em:< <http://oglobo.globo.com/rio/paes-confirma-saida-de-claudia-costin-da-secretaria-de-educacao-11924489>>. Acesso em 15 de maio de 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política.** 2. ed. - ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

(_____). **Cadernos do cárcere, volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo.** 4. ed. - ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 7ª. ed. São Paulo: Loyola, 1998, p.135-162.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações.** Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M.;CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** -29.ed.-São Paulo:Celats/Cortez.2009.

INEP.Pisa Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>. Acesso em 23 de maio de 2014.

INSTITUTO FAÇA PARTE. Nossa História. Disponível em:
http://www.facaparte.org.br/?page_id=20. Acesso em 20 nov. 2012.

INSTITUTO GERDAL. **Diretrizes de Responsabilidade Social**. Disponível em:
<<https://www.gerdau.com.br/meio-ambiente-e-sociedade/sociedade-investimento-social.aspx>>. Acesso em 14 de março de 2004.

KOSÍK, Karel. Dialética do concreto; trad. **C. Neves & A. Toribio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento, São Paulo: Editora Cortez, 1994.

MANUAL AMIGOS DA ESCOLA GUIA DE AÇÃO. Disponível em <
<http://download.globo.com/amigosdaescola/manual.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2012.

MARTINS, André Silva. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”-Doi: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.4i1.021028>. **Práxis Educativa**, v. 4, n. 1, p. 21-28, 2009. Disponível em:< <http://revistas2.uepg.br/index.php/praxis-educativa/article/viewArticle/467>>. Acesso em 23 de maio de 2014.

MARX, Karl. Item 3: O método da Economia Política. In: Para a Crítica da Economia Política. Marx, Os Pensadores. 1972.

MISHRA, Ramesh. **O Estado Providencia na Sociedade capitalista**. Oeiras/Portugal:Celta,1995.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO: O que é a mobilização. Disponível em <
<http://mse.mec.gov.br/index.php/o-plano-de-mobilizacao-social-pela-educacao>>. Acesso em 3 nov. 2012.

MONTAÑO, Carlos E. "O projeto neoliberal de resposta à" questão social" e a funcionalidade do terceiro setor." *Lutas Sociais* 8 (2002): 53-64.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. 2008.

NEVES, Lucia Maria Wnderley (Org). A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias para educar para o consenso. São Paulo: Xamã. 2005.

_____. Educação e política no Brasil de hoje. São Paulo: Cortez,2005. (Coleção Questões de Nossa Época, v.36.).

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: FILHO, Daniel Aarão (org). O Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F. & NEVES, L. M. W. Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

PEREIRA, João Márcio Mendes e PRONKO, Marcela (orgs.), (2014), A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para educação e saúde (1980-2013), Rio de Janeiro, EPSJV (no prelo).

PEREIRA, Potyara AP. **Política social: temas & questões**. Cortez, 2008.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. Paz e Terra, 2000.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POCHMAN, M. Economia brasileira hoje: seus principais problemas. In: LIMA, J. C. F; PREAL – Programa de Promoción de la Reforma Educativa em America Latina y el Caribe. “Ficando para Trás”. 2001 – Boletim da Educação na América Latina. Disponível em: http://www.preal.org/BibliotecaN.asp?Id_Carpeta=268&Camino=63|Preal Publicaciones/262|Informes de Progreso Educativo/268|Informes Regionales Acessado em: 15/09/2011.

PREAL- Programa de Promoción de la Reforma Educativa en América Latina y el Caribe. **EL FUTURO ESTA EN JUEGO**. Disponível em:< <http://www.preal.org/Archivos/Preal%20Publicaciones%5CInformes%20de%20Progreso%20Educativo%5CInformes%20Regionales/RC%20futurojuego.pdf>>. Acesso em 19 de abril de 2014.

SAVIANI,Dermeval.O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUAÇÃO: ANÁLISE DO PROJETO DO MEC 2007. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em março 10 de 2014.

SAVIANI,Dermeval. **O ensino de resultados** 2007b. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2904200704.htm>>.Acesso em 14 de maio de 2014.

SANTOS, Theotonio dos. A Teoria da Dependência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOUZA, Silvana Aparecida de. *Educação, trabalho voluntário e "responsabilidade social"*. São Paulo: Xamã, 2013.

WANDERLEY, L. M. (Orgs.) Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 109-132, 2006.

PORTAL DO VOLUNTÁRIO. Disponível em:< <https://portaldovoluntario.v2v.net/posts/146>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2013.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO 2007. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2014.

RELATÓRIO. Educação em debate: por um salto de qualidade na educação.2012-2013.
Disponível em:[http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/educacao_debate_completo_\(1\).pdf](http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/educacao_debate_completo_(1).pdf). Acesso em 16 de março de 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. 2006 Disponível em < <http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em 3 nov. 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita (1995). “A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social”. Cadernos Abong, nº 3. São Paulo, ABONG.

YAZBEK, Maria Carmelita. "Estado e políticas sociais." Praia Vermelha 18.1 (2008).